

Revista de **Política Agrícola**

ISSN 1413-4969
Publicação Trimestral
Ano XIII - Nº 4
Out./Nov./Dez. 2004

**Publicação da Secretaria de Política Agrícola, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
e da Secretaria de Gestão e Estratégia, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária**

O atendimento à
agricultura empresarial
Pág. 21



O atendimento à
agricultura familiar

Pág. 26

Negócios estruturados
do Banco do Brasil

Pág. 54

Ponto de Vista

O Banco do Brasil
em sinergia

Pág. 74

Como publicar na Revista Política Agrícola

Instruções aos Autores

Objetivo

A Revista de Política Agrícola é uma publicação trimestral do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Embrapa, dirigida a técnicos, empresários, pesquisadores que trabalham com o complexo agroindustrial e aqueles que buscam informações sobre política agrícola.

Submissão dos artigos

Original: o texto deve ser digitado em Word, em espaço duplo, fonte Times New Roman, corpo 12, folha formato A4, com páginas numeradas, obedecendo a configuração de página e o padrão oficial do Word.

As figuras, na forma de gráficos, devem ser construídas em Excel.

As tabelas devem ser construídas em Excel ou Word.

Os originais devem ser enviados para:
reginavaz@agricultura.gov.br ou
marlene.araujo@embrapa.br.

Os manuscritos podem ser encaminhados pelos correios, para o seguinte endereço:

Regina Vaz
Secretaria de Política Agrícola
Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 5º andar
CEP 70043-900 Brasília, DF
ou
Marlene de Araújo
Secretaria de Gestão e Estratégia
Ed. Sede da Embrapa
Parque Estação Biológica - PqEB
Av. W3 Norte (final)
CEP 70770-901 - Brasília, DF
Caixa Postal 04315

Apresentação do artigo

O artigo deve ter no máximo 20 páginas.

A ordenação do artigo deve ser da seguinte forma: Título, Resumo, Introdução, Desenvolvimento, destacar de forma clara os títulos e subtítulos, Conclusão(es) e Referências.

Título: deve ter no máximo 7 palavras, grafadas em letras minúsculas, exceto a letra inicial, e em negrito.

Abaixo do título o nome completo dos autores, com chamada para nota de rodapé. Na nota de rodapé devem constar os seguintes dados: formação profissional, grau acadêmico, endereços institucional e eletrônico.

Resumo: deve conter, no máximo, 200 palavras, incluindo-se números, preposições, conjunções e artigos. Não deve conter citações bibliográficas.

Introdução: Deve apresentar de forma clara a importância, a justificativa e o objetivo do trabalho.

Desenvolvimento: As citações que constam no texto, devem constar nas referências, e devem ser normalizadas de acordo com NBR10520, da ABNT, Agosto de 2002.

Referências: devem ser normalizadas de acordo com a NBR 6023, Agosto 2002, da ABNT e devem ser apresentadas em ordem alfabética. Referenciar somente as fontes utilizadas na elaboração do artigo.

Tabelas

As tabelas devem ser citadas no texto em ordem sequencial numérica, com inicial maiúscula.

Ex.: Tabela 1.

As citações de tabelas podem vir entre parênteses ou integrar o texto.

O título da tabela (em claro) deve ser precedido da palavra Tabela e o número (em negrito).

Ex.: Tabela 1. Título...

Notas de rodapé das tabelas

Em título, usar algarismo arábico, em forma de expoente (entre parênteses), à direita do título.

No cabeçalho, usar algarismo arábico, em forma de expoente (entre parênteses), à direita do termo explicativo.

No corpo da tabela, usar algarismo arábico, em forma de expoente (entre parêntese), à direita do dado a que faz referência. Usar asterisco somente para indicação de significância.

As notas devem figurar na base da tabela. Se a tabela contiver a fonte, esta deverá figurar abaixo das notas.

Fonte: esclarecer a origem dos dados que constam nas tabelas, indicando o autor, a instituição e a data.

As fontes devem ser citadas com as demais referências.

Figuras

As figuras devem ser citadas no texto em ordem sequencial numérica, com inicial maiúscula.

Ex.: Fig. 1.

As citações de figuras podem vir entre parênteses ou integrar o texto.

A legenda da figura (em claro) deve ser precedida da palavra Fig. e o número (em negrito).

Ex.: Fig. 1. Legenda.

Fonte: esclarecer a origem das informações que constam nas figuras, indicando o autor, a instituição e a data.

As fontes devem ser citadas com as demais referências.

Outras informações

O editor e a assessoria científica reservam-se o direito de solicitar modificações nos artigos e de decidir sobre sua publicação.

São de exclusiva responsabilidade dos autores as opiniões e conceitos emitidos nos trabalhos.

Sumário

Conselho editorial

Eliseu Alves (Presidente)
Elísio Contini
Hélio Tollini
Antônio Jorge de Oliveira
Regis Alimandro
Biramar Nunes Lima
Paulo Magno Rabelo

Secretaria-geral

Regina Vaz

Coordenadoria editorial

Marlene de Araújo

Cadastro e Distribuição

Cristiana D. Silva

Supervisão editorial

Lillian Alvares
Lucilene Maria de Andrade

Revisão de texto

Francimary de M. e Silva

Revisão de referências

Celina Tomaz de Carvalho

Projeto gráfico e capa

Carlos Eduardo Felice Barbeiro

Foto da capa

Arquivo do Departamento de
Marketing do Banco do Brasil

Impressão e acabamento

Embrapa Informação Tecnológica

Carta da Agricultura

Banco do Brasil – Principal agente
financeiro do governo 3

O agronegócio brasileiro –
Desempenho, mercados e potencialidades 4

Evolução histórica do crédito rural 10

O crédito rural – Alavanca do agronegócio 18

O atendimento à agricultura empresarial 21

O atendimento à agricultura familiar 26

Banco do Brasil e cooperativas 36

Soluções inovadoras para o agronegócio 41

Investimento agropecuário –
Âncora do desenvolvimento 51

Negócios estruturados do Banco do Brasil 54

Referencial técnico da atratividade agropecuária 59

Oportunidades do agronegócio e novos mercados 62

Rally da Safra 65

O desenvolvimento regional
sustentável no Banco do Brasil 69

Ponto de Vista

O Banco do Brasil em sinergia 74
Ricardo Alves da Conceição

República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Roberto Rodrigues
Ministro

Secretaria de Política Agrícola

Ivan Wedekin
Secretário

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Conselho de Administração

Luis Carlos Guedes Pinto
Presidente

Silvio Crestana
Vice-Presidente

Alexandre Kalil Pires
Ernesto Paterniani
Hélio Tollini
Marcelo Barbosa Saintive
Membros

Diretoria-Executiva

Silvio Crestana
Diretor-Presidente

José Geraldo Eugênio de França
Kepler Euclides Filho
Tatiana Deane de Abreu Sá
Diretores-Executivos

Secretaria de Gestão e Estratégia

Antônio de Freitas Filho
Chefe (interino)

Embrapa Informação Tecnológica

Fernando do Amaral Pereira
Gerente-Geral

A *Revista de Política Agrícola* é uma publicação trimestral do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), dirigida a técnicos, empresários, pesquisadores que trabalham com o complexo agroindustrial e aqueles que buscam informações sobre política agrícola.

Interessados em receber a *Revista de Política Agrícola*, comunicar-se com:

Secretaria de Política Agrícola

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 5º andar
CEP 70043-900 Brasília, DF
Fones: (61) 218-2505 / 225-2785 / 218-2209
Fax: (61) 226-1927
www.agricultura.gov.br
reginavaz@agricultura.gov.br

Secretaria de Gestão e Estratégia

Edifício-Sede da Embrapa
Parque Estação Biológica (PqEB) Av. W3 Norte (final)
CEP 70770-901 Brasília, DF
Fones: (61) 448-4303
Fax: (61) 448-4319
www.embrapa.br
marlene.araujo@embrapa.br

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos e dados desta Revista, desde que seja citada a fonte. As matérias assinadas não refletem necessariamente a posição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Embrapa, nem dos seus editores.

Tiragem

2.500 exemplares

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Informação Tecnológica

Revista de política agrícola. — Ano 1, n. 1 (fev. 1992) - . — Brasília : Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 1992-
v. ; 27 cm.

Trimestral. Bimestral: 1992-1993.

Editores: Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria de Gestão e Estratégia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2004- .
Disponível também em World Wide Web: <www.agricultura.gov.br>
ISSN 1413-4969

1. Política agrícola. I. Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Política Agrícola. II. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Secretaria de Gestão e Estratégia.

CDD 338.18 (21 ed.)

Banco do Brasil

Principal agente financeiro do governo

Roberto Rodrigues¹

A missão institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é estimular o aumento da produção agropecuária e o desenvolvimento do agronegócio, com o objetivo de atender ao consumo interno e formar excedentes para exportação.

Para cumprir sua missão, o Mapa trabalha com diversos parceiros, que contribuem, dentro de suas áreas de atuação, para a consecução das políticas para o desenvolvimento do agronegócio.

Nesse contexto, destaca-se o Banco do Brasil, historicamente apoiando o agronegócio e contribuindo para o sucesso dos planos agrícolas e pecuários governamentais, com assistência financeira ao segmento.

O Banco do Brasil está presente em todas as partes do País, desde os pontos tradicionalmente produtores até as fronteiras agrícolas. É responsável pela implementação de quase 60% dos planos governamentais, tendo atuado com responsabilidade, desempenhando um papel social importantíssimo. Ademais, sua atuação é pautada pela inovação.

Essas inovações são visíveis tanto com o aperfeiçoamento dos instrumentos tradicionais de

crédito como com a criação de novos mecanismos de financiamento e apoio à comercialização. Um bom exemplo dessa criatividade fez 10 anos em 2004 – a Cédula de Produto Rural. Com um desempenho invejável, o Banco do Brasil tem disponibilizado essa forma alternativa ao crédito oficial, provendo os produtores rurais de recursos para custeio e comercialização a taxas inferiores às do mercado financeiro.

O Banco do Brasil está sempre visando o investimento sustentável, buscando a eficiência e gerando a melhoria da competitividade do agronegócio.

As medidas governamentais, implementadas com o apoio de seus parceiros, tem proporcionado ao País safras com recordes de produção de alimentos, superávits nas contas externas, geração crescente de empregos, inclusão social, e melhoria da renda, com sua distribuição mais equânime no campo.

É com esse desempenho que o Banco do Brasil reforça a profícua colaboração já existente com o Ministério da Agricultura, além de se confirmar como principal agente financeiro do governo.

¹ Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

O agronegócio brasileiro

Desempenho, mercados e potencialidades

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócio

Introdução

Este artigo tem o propósito de fazer uma reflexão sobre as oportunidades e potencialidades do agronegócio brasileiro em função de alguns aspectos dos cenários nacionais e internacionais.

Desempenho

Responsável atual por 34% do PIB e 32% dos empregos gerados, o agronegócio, com o apoio do Banco do Brasil, vem mostrando a sua importância para o País, proporcionando cada vez mais empregos, renda, divisas e desenvolvimento. Graças a ele, as cidades do interior do País estão despontando em qualidade de vida e a população voltou a prestigiar os campos e a respeitar o meio rural.

Graças ao saldo da balança comercial do agronegócio (US\$ 25,8 bilhões em 2003), o saldo total brasileiro foi positivo em US\$ 24,8 bilhões, podendo ampliar para US\$ 28 bilhões em 2004.

Pode-se dizer também que o agronegócio vem se transformando na escola de negócios internacionais, abrindo novos mercados e novos relacionamentos para todas as empresas brasileiras, inclusive de outros segmentos, como de prestação de serviços e até de finanças.

A produção brasileira de grãos vem batendo sucessivos recordes graças ao incremento das produtividades médias obtidas, sendo que as áreas plantadas evoluíram proporcionalmente menos.

Na safra 2004/2005, a produção pode ficar entre 130 e 135 milhões de toneladas de grãos.

A Tabela 1 apresenta a evolução das safras nos cultivos de soja, milho arroz, trigo, feijão, algodão e sorgo.

Investimentos em pesquisas e tecnologias tornaram a soja, carnes e outros produtos brasileiros os mais competitivos do mundo, compensando os subsídios concedidos nos países concorrentes.

Graças às safras recordes, o Brasil atraiu grandes empresas internacionais que contribuíram na melhoria da qualidade produtiva da agroindústria, via competitividade, até aos padrões internacionais. Prevê-se que várias empresas ainda estão por vir e prospectam fusões e acordos com empresas nacionais. Ainda na esteira das safras, o País pode ampliar a produção e a exportação de carnes, altamente agregadoras de valor, geradoras de empregos e renda e indutoras do desenvolvimento regional, conforme detalhamento na Tabela 2.

Em 2003, o Brasil já era o maior exportador mundial de café, fumo, suco de laranja, açúcar, álcool, carne bovina, couro curtido e calçados. Também, além de ser o primeiro ou segundo maior vendedor, detinha 38% do mercado de soja-grão; 44% do de café solúvel e, em agosto/04, ultrapassou os Estados Unidos, como o maior exportador mundial de carne de frango.

Tabela 1. Brasil - evolução da produção de grãos (em milhões de t).

| Grãos | 1965 | 1970 | 1975 | 1980 | 1985 | 1990 | 1995 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 ⁽¹⁾ | Var. % P ⁽²⁾ | Part. % 04 |
|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------|-------|--------|---------------------|-------------------------|------------|
| Soja | 0,00 | 5,01 | 9,89 | 15,16 | 18,30 | 19,90 | 25,58 | 30,76 | 32,34 | 38,43 | 41,92 | 52,01 | 49,78 | 893,6 | 41,7 |
| Milho | 12,11 | 14,11 | 16,30 | 20,40 | 22,01 | 21,34 | 36,28 | 32,39 | 31,64 | 42,29 | 35,28 | 47,41 | 42,16 | 248,1 | 35,3 |
| Arroz | 7,58 | 7,17 | 7,78 | 9,77 | 9,02 | 7,42 | 11,23 | 11,58 | 11,42 | 10,38 | 10,63 | 10,37 | 12,81 | 69,0 | 10,7 |
| Trigo | 0,58 | 2,03 | 1,79 | 2,70 | 4,32 | 3,09 | 1,52 | 2,40 | 1,66 | 3,19 | 2,91 | 5,85 | 6,07 | 946,6 | 5,1 |
| Feijão | 2,29 | 2,23 | 2,28 | 1,97 | 2,55 | 2,23 | 2,91 | 2,89 | 3,09 | 2,59 | 2,98 | 3,20 | 3,03 | 32,3 | 2,5 |
| Algodão | | | | | | | | | | | | | | | |
| caroço | 1,98 | 1,04 | 1,33 | 1,44 | 2,67 | 1,30 | 0,76 | 0,93 | 1,18 | 1,52 | 1,24 | 1,36 | 2,04 | 3,0 | 1,7 |
| Sorgo | 0,00 | 0,25 | 0,20 | 0,18 | 0,27 | 0,24 | 0,26 | 0,62 | 0,78 | 0,89 | 0,79 | 1,69 | 1,96 | 684,0 | 1,6 |
| Outros | 0,00 | 0,00 | 0,13 | 0,10 | 0,32 | 0,36 | 0,28 | 0,86 | 0,92 | 0,98 | 1,01 | 1,28 | 1,45 | 1015,4 | 1,2 |
| Total | 25,10 | 32,58 | 38,08 | 49,97 | 56,19 | 56,49 | 79,65 | 82,43 | 83,03 | 100,27 | 96,76 | 123,17 | 119,30 | 375,3 | 100,0 |

⁽¹⁾ Previsão Conab (2004).⁽²⁾ Var.% P = Variação Pontual %.

Fonte: IBGE (1965-2003) e CONAB (2004). (IBGE, 1970, 1975, 1989, 1995).

Tabela 2. Brasil - carnes - evolução dos suprimentos.

| Itens | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 ⁽¹⁾ | 2004 ⁽²⁾ | Var. % |
|--|---------|---------|---------|---------|---------------------|---------------------|--------|
| Avicultura de corte | | | | | | | |
| Produção de carne de frango (1.000 t) | 5.526,0 | 5.980,6 | 6.567,3 | 7.449,0 | 7.574,1 | 7.660,0 | 38,6 |
| Exportação (1.000 t) | 776,4 | 916,1 | 1.265,9 | 1.624,9 | 1.900,0 | 2.000,0 | 157,6 |
| Disponibilidade interna (1.000 t) | 4.749,6 | 5.064,5 | 5.301,4 | 5.824,1 | 5.674,1 | 5.660,0 | 19,2 |
| Disponibilidade per capita (kg/hab./ano) | 29,0 | 29,9 | 30,8 | 33,4 | 32,1 | 31,6 | -- |
| Bovinos | | | | | | | |
| Produção de carne (1.000 t equiv. carcaça) | 6.413,3 | 6.578,8 | 6.823,6 | 7.139,3 | 7.230,5 | 7.323,0 | 14,2 |
| Importação (1.000 t equiv. carcaça) | 62,5 | 76,5 | 42,2 | 73,8 | 70,4 | 70,4 | 12,6 |
| Exportação (1.000 t equiv. carcaça) | 559,5 | 580,7 | 821,9 | 964,8 | 1.202,1 | 1.442,0 | 157,7 |
| Disponibilidade interna (1.000 t equiv. carcaça) | 5.916,3 | 6.074,6 | 6.043,9 | 6.248,3 | 6.098,8 | 5.951,4 | |
| Disponibilidade per capita (kg/hab./ano) | 36,1 | 35,8 | 35,1 | 35,8 | 34,5 | 33,2 | -8,0 |
| Suínos | | | | | | | |
| Produção de carne (1.000 t equiv. carcaça) | 1.683,6 | 2.556,0 | 2.730,0 | 2.872,0 | 2.710,0 | 2.833,0 | 68,3 |
| Importação (1.000 t equiv. carcaça) | 1,3 | 0,5 | 0,3 | 0,2 | 0,3 | 0,3 | -76,9 |
| Exportação (1.000 t equiv. carcaça) | 99,4 | 141,1 | 283,3 | 474,3 | 550,0 | 550,0 | 453,3 |
| Disponibilidade interna (1.000 t equiv. carcaça) | 1.585,5 | 2.415,4 | 2.447,0 | 2.397,9 | 2.160,3 | 2.283,3 | 44,0 |
| Disponibilidade per capita (kg/hab./ano) | 9,7 | 14,2 | 14,2 | 13,7 | 12,2 | 12,7 | 30,9 |

⁽¹⁾ Previsões.⁽²⁾ Estimativas.

Fonte: Conab (2004).

Em 2003, as vendas do complexo-carnes chegaram a US\$ 3,6 bilhões, com incremento de 32% em relação a 2002, só superadas pelo complexo-soja. As exportações brasileiras de alimentos chegaram a R\$ 40,8 bilhões, o que representou 25% da produção total, em comparação 14% da produção em 2000.

Para 2004, espera-se que as exportações agrícolas atinjam o recorde de US\$ 35 bilhões, US\$ 4,8 bilhões mais que em 2003.

Só as vendas para a China podem chegar a US\$ 5,9 bilhões, três vezes mais que em 2001. Por questões de geopolítica, os chineses querem diversificar as fontes de suprimentos de alimentos, muito concentradas nos Estados Unidos. O grau de presença da China no comércio internacional de alimentos, hoje, é um dos fatores que mais influem no comportamento desses mercados, que abrem grandes perspectivas de ampliação das exportações de alguns produtos-chave do agronegócio brasileiro como bebidas (vinhos finos e cerveja), carnes, café, suco de laranja, frutas e grãos. Estima-se que, em 2004, o comércio com a China, que somou US\$ 4 bilhões em 2002 (US\$ 2,5 bilhões de exportações), possa mais que dobrar.

O agronegócio também é fundamental na geração de emprego. Estudo da Universidade de São Paulo (USP) revelava que, para cada R\$ 1,00 aplicado na agricultura, eram gerados R\$ 3,86 na economia em menos de um ano. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 1995)), investir nas fazendas é essencial para a ampliação da renda dos imóveis. Na média Brasil, o acréscimo de R\$ 1,00 no volume de investimentos por hectare elevava a renda agrícola em R\$ 2,57. Além disso, é importante

ressaltar que cada meio bilhão de dólares de exportações criava 50 mil empregos.

Somente a recuperação de 2 milhões de ha/ano para a produção de grãos e a implantação de 100 mil ha/ano de fruticultura asseguraria a criação de pelo menos 1 milhão de empregos por ano, diretos e indiretos.

Mercados

Em termos de mercado interno, sabe-se que o potencial consumidor brasileiro de alimentos e bebidas é um dos maiores do mundo. Em 2000, o nosso potencial de consumo teria chegado a US\$ 425,3 bilhões, em torno de R\$ 1 bilhão, sendo que as vendas de alimentos ainda eram de US\$ 80 bilhões.

Em 2002, a capacidade de consumo de US\$ 1,3 trilhão tornava o País a sexta economia mundial, atrás dos Estados Unidos, China, Japão, Índia e Alemanha, conforme Tabela 3.

Estudos mostravam que se o PIB per capita do Norte e Nordeste ampliasse 10%, em US\$, a produção de grãos teria que dobrar para atender a maior demanda interna por carnes e lácteos. Também, o mesmo ocorreria se as exportações tivessem acréscimo de 30%, o que já vem ocorrendo.

A população brasileira continua a crescer, com previsão de atingir, daqui a 18 anos, 200 milhões de indivíduos. O crescimento econômico, ainda que por taxas modestas, incorporará mais pessoas ao mercado e melhorará as perspectivas para o aumento do consumo de alimentos.

Tabela 3. Mundo – 2002 – comparativo do PIB real e do PIB de paridade de poder de compra⁽¹⁾ (em US\$ trilhões).

| Itens | Estados Unidos | China | Japão | Índia | Alemanha | Brasil | Reino Unido | França |
|-------------------------|----------------|-------|-------|-------|----------|--------|-------------|--------|
| PIB real (A) | 10,70 | 1,16 | 4,25 | | 1,87 | 0,50 | 1,41 | 1,30 |
| PIB poder de compra (B) | 9,91 | 5,51 | 3,44 | 2,55 | 2,11 | 1,34 | -- | -- |
| Var.%(B)/(A) | -7,4 | 375,0 | -19,1 | -- | 12,8 | 168,0 | -- | -- |

⁽¹⁾ Considerada a forma mais precisa de medição de riquezas dos países.
Fonte: FMI e World Bank e FGV-Brasil.

Segundo estimativas do Grupo de Estudos da USP (Pensa), em 2000, o grande mercado consumidor no Brasil ficava em torno de 30 milhões de pessoas, concentradas nos grandes centros urbanos e cidades de médio porte. O potencial de crescimento desse segmento girava em torno de 20% a.a.

É preciso também lembrar que a demanda mundial por alimentos praticamente dobrará nos próximos anos; que há certo desenvolvimento econômico nas principais nações, sobretudo naquelas em desenvolvimento (China), aumentando a demanda, e que boa parte da população mundial ainda passa fome, devido a fatores como má distribuição de renda.

Quanto à necessidade de expansão da produção de alimentos no mundo, o Brasil é um dos poucos países com elevado potencial para a sua produção. A colheita de grãos aumentou cerca de 375% entre 1965 e 2004, com destaques para as produções de soja, milho e arroz. A capacidade potencial de produção de grãos é de 500 milhões de t., segundo os atuais níveis de produtividade.

Para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com a taxa atual de crescimento da população mundial, haverá a necessidade de dobrar a quantidade de alimentos a cada 50 anos. Já o Hudson Institute, de Indianápolis (EUA), estima que, até 2040, será preciso duplicar a produção mundial de alimentos. A situação poderá ficar ainda mais grave se a China continuar com desenvolvimento de 7% a 9% a.a.

Hoje, para a FAO, existe 0,30 hectare cultivado por pessoa; há 25 anos, essa relação era de 0,50 ha/pessoa. Daqui a 30 anos, cada habitante do planeta corresponderá a 0,15 ha cultivado. Ou seja, a população amplia, consome mais e cultiva menos.

Segundo o agrônomo Norman Borlaug (apud SOUZA, 2004a,2004b), Prêmio Nobel da Paz e pai da chamada "Revolução Verde", mesmo que o consumo per capita de alimentos permaneça constante, o aumento da população irá requerer a produção de mais 2,6 bilhões de

toneladas brutas em 2025. Todavia, se os cardápios melhorarem para os pobres (cerca de 1 bilhão de pessoas), a demanda mundial por alimentos aumentaria 100%, o que requereria colheitas anuais de 9,0 bilhões de toneladas brutas, contra as 4,5 bilhões de t. de 2000.

O Brasil destaca-se como um dos poucos países do mundo em condições de suprir tal aumento de demanda.

Potencialidades

O Brasil tem uma série de vantagens comparativas no agronegócio e que não serão eliminadas por crises conjunturais de preços. Entre as principais, destacam-se:

Pelo lado da oferta:

- Elevada oferta de áreas agricultáveis, com clima, solos e relevo favoráveis. Em nenhum lugar do planeta a soja pode crescer tanto.
- Bom potencial de avanço da produção vertical, através de ganhos de produtividade.
- Avanço recente em pesquisas e no desenvolvimento de variedades adaptadas aos cultivos regionais.
- Consolidação dos binômios de exploração lavoura-pecuária.
- Maior profundidade e permeamento dos solos, reduzindo os riscos ambientais.

Pelo lado da demanda:

- Tendência natural de aumento da renda interna, com excelente potencial de consumo "*per capita*", sobretudo de carnes. É evidente que o País não ficará em recessão para sempre e algumas projeções apontam aumento das chances de que venha a ter crescimento da renda a partir de 2004.
- Consolidação da produção de carnes, tanto mundial como internamente, sendo esse processo mais forte nas carnes brancas, o que produz efeito quase que proporcional na demanda por farelo de soja e milho.

- Com o crescimento vegetativo da população mundial permanece em crescimento o consumo potencial de proteínas. Na escala mundial, são cerca de 80 milhões de habitantes a mais por ano.

- Com a intensificação do processo de industrialização, o País observa um processo de urbanização, elevando também o consumo de proteínas.

- Nova política cambial a partir de janeiro/1999, restabelecendo a competitividade do setor exportador brasileiro. Esse processo favoreceu todo o complexo-carne e, de modo especial, às vendas do complexo-soja.

- Desoneração do ICMS na exportação, incentivando as vendas, para os analistas.

- Parque industrial moderno. É notório o processo de reformulação que o parque industrial brasileiro vem sofrendo nos últimos anos, especialmente visando ao aumento da escala, tanto de processamentos como de suprimentos. Embora pequenas unidades estejam sendo desativadas, novos investimentos estão sendo feitos e vem aumentando a produtividade média das plantas industriais.

Quanto à integração comercial dos Continentes, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) será a maior área de livre comércio do planeta, pois terá 770 milhões de pessoas e um PIB de mais de US\$ 10,0 trilhões. A União Européia tem 700 milhões de habitantes e US\$ 7,5 trilhões de PIB. A agroindústria brasileira é o setor que mais teria a ganhar com a Alca, caso os Estados Unidos concordem em rever sua política de subsídios à produção local. Também haveriam substanciais ganhos com o Acordo com a União Européia, aliás com melhores parcerias em agronegócios.

Em 08/2001, estudos da Câmara do Comércio Exterior (Camex) apontavam que, após a Alca, as exportações agrícolas brasileiras poderiam ter incremento entre US\$ 3,0 bilhões e US\$ 8,0 bilhões/ano. A nossa competitividade seria ampliada em açúcar, álcool, suco de laranja e carne de frango, em que haviam restrições à entrada nos Estados Unidos. Também ampliariam nossas vendas de carne bovina, suína, fumo e cigarros.

As vendas de carne de frango (peito) para os Estados Unidos chegariam a US\$ 1,0 bilhão/ano (500 mil t) e as de carne bovina entre US\$ 500,0 milhões e US\$ 1,0 bilhão em 5 anos, a depender da assinatura concomitante de um acordo sanitário, facilitado após o Acordo.

Segundo estudos do Inter-American Development Bank (apud SOUZA, 2004a), divulgados pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Brasil aumentaria em 27% suas exportações agrícolas após o Acordo. Ainda a CNA prevê que o Brasil poderia ganhar US\$ 8,0 bilhões/ano em exportações, após a Alca.

O Brasil tem área de cerca de 11,2 milhões de km², sendo 8.547.403 km² em terra e cerca de 2,66 milhões de km² no mar de 200 milhas. Somos um país gigante. A nossa dimensão equivale a 23 vezes a do Japão; 15 vezes a da França; a 1,6% da superfície do globo; a 6% das terras emersas; a 20,8% do continente americano; a 41,5% da América Latina e a 47,7% da América do Sul. Somos também o terceiro País em extensão no continente americano, só superado pelo Canadá e Estados Unidos.

No Brasil, estima-se que existam 582 milhões de hectares aptos para a agricultura, dos quais 190 milhões ainda não explorados e com elevado potencial para a produção de grãos e de outros produtos agrícolas. Só a capacidade potencial de produção de grãos no Brasil é da ordem de 500 milhões de toneladas, para os atuais níveis de produtividades, conforme a Tabela 4.

Também nossas características de solo, relevo e clima permitem cultivar o ano todo inúmeros produtos. O Brasil é um dos poucos países do mundo com essa condição. Em apenas 30 anos, graças às pesquisas e ao apoio financeiro, a produção de grãos quase quadruplicou, ante incremento de apenas 43% na área.

A área total dos cerrados atinge mais de 204 milhões de hectares – equivalentes a 24% do território brasileiro – dos quais 151 milhões de hectares ainda a serem explorados. Desse total, cerca de 127 milhões têm potencial agrícola e apenas 47 milhões eram ocupados em 2000 (35 milhões com pastagens cultivadas, 10 milhões com cultivos anuais e 2 milhões com culturas perenes e reflorestamentos). Dispúnhamos, portanto, de 80 milhões de hectares agricultáveis somente nos cerrados ainda por serem explorados.

Tabela 4. Mundo – 1997 – agricultura – potencial do Brasil no cenário mundial.

| Itens | Unidades | Mundo | Part. % | Brasil | Part. % |
|---|---------------|--------|---------|--------|---------|
| Área total | Milhões de ha | 13.000 | 100,0 | 846 | 100,0 |
| Área total agricultável | Milhões de ha | 2.900 | 22,0 | 547 | 65,0 |
| Área plantada | Milhões de ha | 1.500 | 51,0 | 53 | 10,0 |
| Área agricultável disponível para plantio | Milhões de ha | 1.400 | 49,0 | 494 | 90,0 |

Fonte: ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness (1997).

Dessa área, cerca de 54 milhões situam-se nas proximidades dos “Corredores de Transporte”, em implantação.

A competitividade do agronegócio brasileiro podia ser observada em 2001 pelos itens a seguir:

a) O custo de produção do açúcar brasileiro era da ordem de 7,50 cents/libra, metade do custo do segundo exportador mais eficiente.

b) Uma saca de café adensado, custava entre US\$ 50 e US\$ 65 e só o Vietnã produzia mais barato.

c) O suco de laranja brasileiro custava menos da metade do produto da Flórida (EUA).

d) A soja nas regiões mais produtivas (Paraná e Mato Grosso) tinha produtividade maior que a estadunidense.

e) O custo de produção de uma tonelada de carne vermelha era de US\$ 3.000 na União Européia, US\$ 2.600 nos Estados Unidos, US\$ 1.600 na Austrália e entre apenas US\$ 1.000 e US\$ 1.200 no Brasil. A carne branca européia custava 80% mais que a brasileira, enquanto a dos Estados Unidos era 10% mais cara.

f) A carne bovina brasileira, além da engorda natural em pastagens e de não conter hormônios, custava US\$ 0,99/kg em 2000, ante US\$ 1,80/kg nos Estados Unidos, US\$1,60 na Austrália e US\$ 1,30 na Argentina, nossos maiores concorrentes.

g) O custo de produção de celulose era dos mais baixos do mundo.

h) Na suinocultura, nosso custo médio de produção de US\$ 0,63/kg em 2001 era menos da metade do da França de US\$ 1,27/kg e bem abaixo do dos Estados Unidos (US\$ 0,99/kg).

Por tudo isso, somos, sem dúvida, um dos países de melhor futuro no agronegócio mundial e nada há de desviar-nos de nossa vocação natural de celeiro da humanidade. Temos, ainda, à favor, o melhor do Brasil: o produtor brasileiro, acostumado a enfrentar e a vencer desafios.

Referências

ABAG. Associação Brasileira de Agrobusiness. **A Agricultura na Virada do Século XX**. São Paulo, 1997.

CONAB. Conjuntura econômica. Suplemento de carnes. Disponível em: www.conab.gov.br. Acesso em: 20 out. 2004.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. C. **Transformações da agricultura e política públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

IBGE. **Levantamento sistemático da produção agrícola**: 1965-2003. Rio de Janeiro, 1965-2003. 120 p.

IBGE. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro, 1995. 299p. (IBGE. VIII Recenseamento Geral 1970. Serie Nacional, v.3).

SOUZA, Clímaco César. **Indicadores Globais do Agronegócio**. Ribeirão Preto, SP: Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD), 2004a. (Agronegócios: diagnósticos e tendências). Livro-Vivo 1. Disponível em: www.bmf.com.br ou www.agrovision.com.br. Acesso em: 25 out. 2004.

SOUZA, Clímaco César. **Suprimento e Comércio de Alimentos**. Ribeirão Preto, SP: Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD), 2004b. (Agronegócios: diagnósticos e tendências). Livro-Vivo 3. Disponível em: www.bmf.com.br ou www.agrovision.com.br.

SOUZA, Clímaco César. **Segmento Fornecedor Pecuário**. Ribeirão Preto, SP: Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD), 2004c. (Agronegócios: diagnósticos e tendências). Livro-Vivo 4. Disponível em: www.bmf.com.br ou www.agrovision.com.br.

ZYLBERSTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava (Org.). **Economia & Gestão nos negócios agroalimentares**. São Paulo: Pensa: Editora da USP: Pioneira, 2000.

Evolução histórica do crédito rural

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

“O Sistema de equivalência-produto já é apontado como uma das principais formas de financiamento do plantio para médios e grandes produtores (renda anual bruta superior a R\$18 mil) ...”¹

O texto acima, de caráter apenas ilustrativo, foi retirado de um artigo publicado na edição da Agrofolha de 13 de setembro de 1994 e, certamente, outros assuntos relacionados a “planos de safra” ocuparam lugar de destaque nos meios de comunicação desde que o presidente Humberto Castello Branco sancionou a Lei nº 4.829, que institucionalizou o Crédito Rural, em 05 de novembro de 1965 (BRASIL, 1965b).

De fato, desde o princípio da colonização é reconhecida a importância da agropecuária para a economia nacional, destacando-se na história do Brasil os ciclos da cana-de-açúcar, do algodão e do café, além de outros como o da mandioca, o do milho e, mais recentemente, o da soja. Dada essa relevância, os governos, ao longo do tempo, preparam a estratégia para a produção agropecuária, materializando-a nos “planos de safra”, geralmente divulgados no início do segundo semestre civil de cada ano.

Basicamente, os planos de safra contemplam as medidas de incentivo à produção de determinados produtos e o volume de recursos destinados à agropecuária, inclusive o montante de crédito a juros favorecidos a ser disponibi-

lizado no ano safra (período compreendido de julho do ano corrente a junho do ano seguinte). Esse montante depende da disponibilidade orçamentária do Tesouro Nacional para viabilizar o subsídio financeiro que, direta ou indiretamente, sempre esteve presente nas políticas para o setor.

Cabe salientar que o subsídio à produção agropecuária é prática adotada, com maior ou menor intensidade e de forma diversificada, pelos governos de todos os principais países produtores, como política de incentivo, sob a argumentação de que a dependência climática é um risco adicional da atividade agropecuária, quando comparada à indústria ou ao comércio.

Objetivos e finalidades do Crédito Rural

Desde sua institucionalização, em 1965, o Crédito Rural cumpre os seguintes objetivos²:

- Estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários, quando efetuados por cooperativas ou pelo produtor na sua propriedade rural.
- Favorecer o custeio oportuno e adequado da produção e a comercialização dos produtos agropecuários.

¹ Agrofolha, 13 de setembro de 1994. Suplemento do Jornal Folha de São Paulo.

² Lei nº 4.829, que institucionalizou o Crédito Rural, em 5 de novembro de 1965 (BRASIL, 1965b).

- Possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores, notadamente considerados ou classificados como pequenos e médios.

- Incentivar a introdução de métodos racionais de produção, visando o aumento da produtividade e a melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada defesa do solo.

Quanto à finalidade, o Crédito Rural pode ser agrupado em:

Custeio: quando atende às despesas do ciclo produtivo.

Investimento: quando é destinado a inversões em bens e serviços que gerem benefícios por mais de um ciclo de produção.

Comercialização: quando atende às despesas de pós-produção.

As principais linhas de crédito, por finalidade, estão listadas neste artigo.

Avanços legais:

Os principais dispositivos legais, nos os quais está normatizado o Crédito Rural, são:

- Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (BRASIL, 1965a).

- Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, que institucionalizou o Crédito Rural (BRASIL, 1965b).

- Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966, que aprovou a regulamentação da Lei nº 4829.

- Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre títulos de crédito rural e dá outras providências (BRASIL, 1967).

- Medidas Provisórias e Portarias Interministeriais específicas.

- Resoluções, Circulares, Cartas-Circulares e Normas divulgadas pelo Banco Central do Brasil que compõem o Manual de Crédito Rural (MCR)(BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1987-2004).

Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR)

O SNCR é constituído de órgãos básicos, vinculados e articulados. São órgãos básicos o Banco Central do Brasil (Bacen), Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia (Basa) e Banco do Nordeste (BNB). Como órgãos vinculados temos o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bancos privados e estaduais, caixas econômicas, cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito. Por último, existem os órgãos articulados que são os órgãos oficiais de valorização regional e entidades de prestação de assistência técnica (Fig. 1).

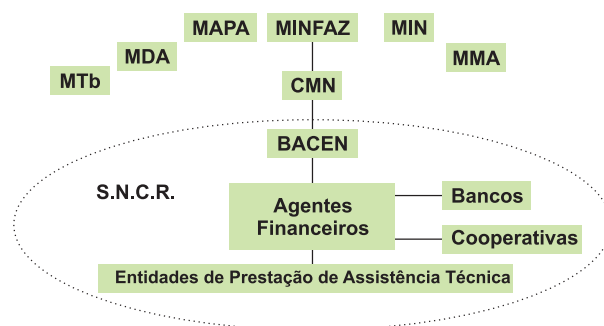


Fig. 1. Sistema Nacional de Crédito Rural.

Fonte: Manual de Crédito Rural do Banco Central do Brasil (adaptado).

Antes de 1965, o crédito rural era executado somente pelo Banco do Brasil, por meio de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (Crai), criada em 1935.

A legislação básica, como se depreende, foi elaborada num contexto bastante diferente do atual agronegócio brasileiro e, por isso mesmo, vem sendo complementada com outras leis, decretos e programas no decorrer dos anos, para que se mantenha adequada à realidade da agropecuária nacional.

Algumas medidas foram verdadeiros marcos na história e evolução do crédito rural:

- 1967: a resolução do Conselho Monetário Nacional tornou obrigatório o direcionamento de 10% dos depósitos à vista

no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola.

- 1986: extinção da Conta Movimento o que limitou os recursos para o Crédito Rural à disponibilidade da União.

- 1986: criação da Poupança Rural. Os bancos oficiais ficaram autorizados a operar com essa fonte de recursos que se tornou, em 1988, na maior fonte supridora para o Crédito Rural.

- 1991: aumento da participação do BNDES no crédito rural por meio da Finape Rural (Agência Especial de Financiamento Industrial - Finape), do Programa de Operações Conjuntas (POC) e do Programa de Operações Diretas do próprio Banco. Até então, tradicionalmente, o BNDES sempre esteve voltado para o financiamento de investimentos industriais.

- 1995: criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

- 1996: criação do Programa de Securitização das dívidas dos agricultores, que permitiu o reescalonamento do vencimento das operações a taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária.

A Securitização das dívidas foi necessária pois, nas tentativas de estabilização da economia que se sucederam no Brasil, diversos desencontros entre a correção das dívidas e dos preços mínimos foram muito desfavoráveis aos agropecuaristas.

Transição para consolidação

Até 1994, o financiamento do agronegócio brasileiro caracterizou-se por uma forte dependência de recursos oficiais e o governo exercia grande interferência no mercado, por meio da Política de Preços Mínimos (PGPM). Essa fase culminou com um grande descompasso entre o custo do financiamento (indexado) e o preço dos produtos agrope-

cuários. Nesse contexto, o sistema financeiro reduziu sua atuação no crédito rural em razão do elevado risco da atividade.

Aconteceram, então, fatos relevantes para a reversão desse quadro, entre os quais destacamos:

- Estabilização da economia (Plano Real).
- Definição de taxas prefixadas para o crédito rural.

- Criação de programas especiais para o reescalonamento das dívidas rurais (Securitização Rural (1996), Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) (1998), Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias (Recoop) (1998) e Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Oficiais (2001).

- Definição de novas linhas de crédito, com destaque para as linhas direcionadas a investimentos.

Nessa época (1994-1995) o mercado já assimilava o conceito de “Cadeia Produtiva”, exhaustivamente divulgado pela Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), que trouxe uma nova visão do mercado do agronegócio no Brasil, inclusive para os agentes financeiros. A cadeia produtiva é composta pelos vários agentes de um segmento econômico e como são “elos” interdependentes, as políticas e medidas governamentais precisam prever e planejar visando beneficiar todos os agentes da cadeia, conforme pode-se ver na Fig. 2.

O Banco do Brasil também tomou decisões importantes, nesse período, que lhe garantiram a posição de liderança no mercado do agronegócio, resgatando uma parceria histórica com o setor. Algumas dessas ações merecem destaque:

- Aperfeiçoamento do modelo de relacionamento negocial com os agentes das mais diversas cadeias produtivas.

- Implementação de novas modalidades de financiamento.

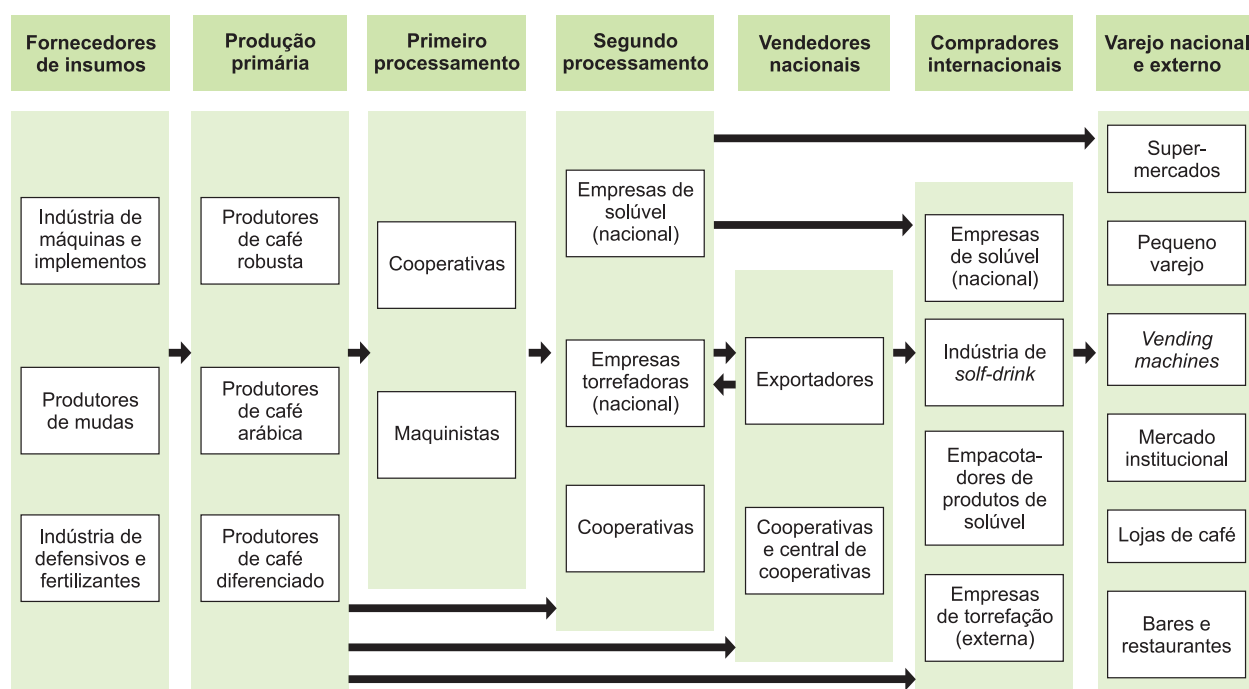


Fig. 2. Diagrama do sistema agroindustrial do café do Brasil.

Fonte: Saes e Nakazone, 2002.

- Desenvolvimento de novos mecanismos de apoio à comercialização.
- Estímulo à prática de proteção de preços pelos produtores.
- Reformulação do processo de concessão de crédito e de definição de risco dos empreendimentos agropecuários.
- Implementação dos programas de renegociação das dívidas anteriores a 1995.

As garantias tradicionais (penhor, hipoteca e aval de terceiros) foram substituídas, em parte, por novos mecanismos mitigadores de risco como o compartilhamento de riscos com terceiros, os convênios de integração, os negócios com mercados futuros e opções, os prêmios governamentais, os seguros rurais e os seguros garantia.

As medidas adotadas pelas áreas governamentais, pelo Banco do Brasil e o excelente trabalho das instituições de pesquisa, notadamente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), proporcionaram uma

verdadeira revolução no agronegócio brasileiro, tornando-o muito competitivo, mesmo quando comparado às grandes potências mundiais, tradicionais nesse mercado, como os Estados Unidos.

Profissionalização e modernização

O campo se profissionalizou. Os produtores atuam em toda a cadeia produtiva e com reduzidos índices de inadimplência.

O perfil do financiamento da produção nacional também se modificou. Em números redondos, o Crédito Rural é responsável por 30% da demanda de crédito anual. Outros 30% são atendidos pelas vendas antecipadas – inclusive Cédula de Produto Rural (CPR), trocas de produtos por insumos ou adiantamento de fornecedores e os restantes 40% são provenientes de recursos próprios dos produtores. Segundo pesquisa da Associação Brasileira de Marketing Rural (ABMR)(2004), mais de 80% dos produtores rurais utilizam recursos próprios

na atividade, mesmo que parcialmente, e 37% utilizam recursos do Crédito Rural.

As fontes de recursos para o crédito rural podem ser classificadas em três grupamentos, conforme sua origem:

1. Recursos controlados (taxas controladas pelo governo):

- Da exigibilidade dos depósitos à vista.
- Os obrigatórios da Poupança Rural, equalizáveis³.
- Do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), equalizáveis.
- Do Tesouro Nacional.

2. Recursos não-controlados (taxas livres):

- Os obrigatórios da Poupança Rural, não equalizáveis.
- Da poupança rural de aplicação livre.
- Recursos externos.

3. Fundos e Programas (principais):

- Do BNDES.
- Dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO); do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO).
- Do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

Participação do Banco do Brasil no Sistema Financeiro Nacional (SFN)

Historicamente, o Banco do Brasil é o maior aplicador de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sendo responsável por cerca de 60% dos aportes de recursos junto ao Sistema Financeiro Nacional (Fig. 3).

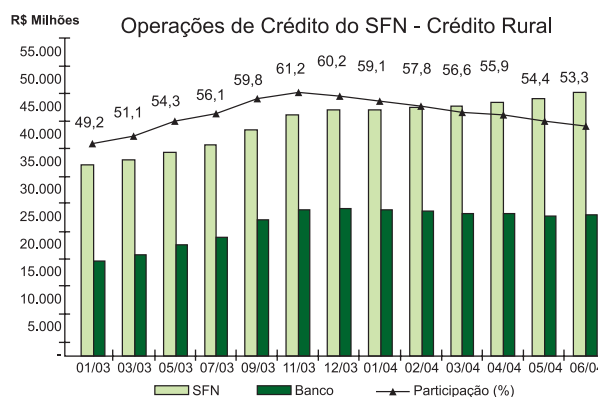


Fig. 3. Participação do Banco do Brasil nos financiamentos ao setor rural.

Fonte: Análise do período de 2003-2004. Banco Central do Brasil (1987-2004).

Linhas de crédito para a Agricultura Familiar

Apresenta-se, aqui, as principais linhas de crédito oferecidas pelo Banco do Brasil. As linhas de crédito específicas para a Agricultura Familiar são: Crédito para Custeio Agropecuário e Crédito para Investimento Agropecuário, a seguir⁴:

Crédito para custeio agropecuário:

- Custeio agropecuário para produtores do Grupo A/C

Itens financiados: despesas normais do ciclo de produção.

- Custeio agropecuário para produtores dos Grupos C, D e E

Itens financiados: despesas normais do ciclo de produção.

Crédito para investimento agropecuário

- Pronaf Agroindústria

Itens financiados: estruturas fixas ou semifixas para a verticalização da produção

³ Sistemática pela qual o Tesouro Nacional paga aos agentes financeiros a diferença entre o custo de captação e aplicação dos recursos, inclusive o operacional, e os juros cobrados do produtor. Esse mecanismo permite que alguns tipos de financiamentos sejam efetuados com encargos favorecidos aos produtores.

⁴ Informações detalhadas sobre a Agricultura Familiar poderão ser obtidas em artigo específico constante nesta revista.

para empreendimentos conduzidos por pessoas jurídicas ou físicas em regime familiar, inclusive suas associações e cooperativas.

- Pronaf Florestal

Itens financiados: despesas para implantação de florestas para produtores enquadrados no Pronaf.

- Pronaf Semi-Árido

Itens financiados: estruturas fixas ou semifixas para produtores enquadrados no Pronaf em empreendimentos conduzidos na Região do Semi-Árido.

- Pronaf Mulher

Itens financiados: estruturas fixas ou semifixas para esposas ou companheiras de produtores enquadrados no Pronaf.

- Pronaf Planta Brasil

Itens financiados: estruturas fixas ou semifixas em empreendimentos conduzidos por produtores assentados do Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incra) ou beneficiários do Banco da Terra.

- BB Agricultura Orgânica.

Itens financiados: despesas normais do ciclo de produção de produtos orgânicos, comprovados por certificadores credenciados.

- Proger Rural – Custeio

Itens financiados: despesas normais do ciclo produtivo de empreendimentos agropecuários, para produtores enquadráveis no Programa de Geração de Emprego e Renda.

- Funcafé – Custeio da Colheita

Itens financiados: todos os relacionados às despesas normais de colheita de café.

- Funcafé – Custeio dos Tratos Culturais

Itens financiados: todos os relacionados aos tratos culturais de lavouras de café.

• Aquisição de bens para fornecimento a cooperados

Itens financiados: todos os itens passíveis de financiamento nas linhas de custeio, para cooperativas de produtores rurais, suas centrais ou federações.

Linhas de crédito para os demais produtores

Os produtores rurais que não se enquadram na classificação do programa de Agricultura Familiar possuem as seguintes linhas de crédito: Crédito para Custeio Agropecuário; Crédito para Investimento Agropecuário e Crédito para Comercialização, a seguir:

Crédito para custeio agropecuário

- Custeio Agrícola Tradicional (diversas fontes)

Itens financiados: despesas normais do ciclo de produção.

- Custeio Pecuário Tradicional (diversas fontes)

Itens financiados: despesas normais do ciclo de produção.

Crédito para investimento agropecuário

- Investimento Agrícola Tradicional (diversas fontes)

Itens financiados: estrutura fixa ou semifixa para implantação ou melhoramento da condução de atividades agrícolas.

- Investimento Pecuário Tradicional (diversas fontes)

Itens financiados: estrutura fixa ou semifixa para implantação ou melhoramento da condução de atividades pecuárias.

- BNDES/Finame – Moderfrota

Itens financiados: máquinas e equipamentos novos, fabricados por empresas cadastradas na Finame.

- BNDES/Finame – Finame Especial

Itens financiados: máquinas e equipamentos novos, fabricados por empresas cadastradas na Finame e não financiáveis no Moderfrota.

- BNDES/Finame – Finame Agrícola

Itens financiados: máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, incluindo as não específicas para a agricultura. Além disso, é aplicado a taxas pós-fixadas.

- BNDES/Finame – BNDES Prodeagro

Itens financiados: estruturas fixas e semifixas para empreendimentos relacionados à apicultura, aquicultura, avicultura, floricultura, ovinocaprino-cultura (inclusive matrizes e reprodutores), Sericultura, suinocultura, ranicultura e pecuária leiteira, e defesa animal.

- BNDES/Finame – BNDES Moderagro

Itens financiados: os relacionados à recuperação de pastagens e sistematização de várzeas para a produção de grãos.

- BNDES/Finame – BNDES Moderinfra

Itens financiados: estruturas fixas e semifixas relacionadas à irrigação agropecuária sustentável e aqueles destinados a ampliar a capacidade de armazenamento em propriedades rurais.

- BNDES/Finame – BNDES Propflora

Itens financiados: os relacionados à implantação ou manutenção de florestas para uso industrial ou reserva legal ou produção de madeira para a geração de energia para secagem de produtos agrícolas.

- BNDES/Finame – BNDES Prodefruta

Itens financiados: os relacionados à implantação ou melhoramentos na fruticultura.

- BNDES/Finame – Finame Proleite

Itens financiados: máquinas e equipamentos relacionados à pecuária leiteira.

- BNDES/Finame – Prodecoop

Itens financiados: estruturas fixas e semifixas, treinamentos e capital de giro associado à projetos de investimento para cooperativas de produção agropecuária. Também admite o financiamento a cooperados, para integralização de cotas-partes vinculadas à projeto.

- Proger Rural – Investimento

Itens financiados: estruturas fixas e semifixas para empreendimentos agropecuários conduzidos por produtores enquadrados no Proger.

- Aquisição de bens para fornecimento a cooperados

Itens financiados: todos os itens passíveis de financiamento nas linhas de investimento, para cooperativas de produtores rurais, suas centrais ou federações.

- FCO – Programa de Desenvolvimento Rural

Itens financiados:

a) Bens e serviços necessários à implantação, ampliação ou modernização de agroindústrias conduzidas por produtores rurais, suas associações ou cooperativas.

b) Bens e serviços necessários à produção artesanal de produtos desenvolvidos por mini ou pequenos produtores rurais, suas associações ou cooperativas.

- FCO – Programa de Desenvolvimento de Sistema de Integração Rural – FCO-CONVIR

Itens financiados: bens e serviços necessários à implantação, ampliação ou modernização de projetos conduzidos em regime de integração.

- FCO – Programa de Conservação da Natureza – Pronatureza

Itens financiados:

Bens e serviços necessários para:

a) Reabilitação de áreas degradadas.

b) Conservação e recuperação de microbacias, nascentes e mananciais.

c) Implantação de sistemas para aproveitamento de fontes alternativas de energia.

d) Tratamento de efluentes de origem agropecuária.

e) Produção de alimentos associados a práticas ecologicamente sustentáveis.

f) Produção de insumos orgânicos para uso próprio.

g) Conversão da agricultura tradicional para a agricultura orgânica.

- FCO – Programa de Retenção de Matrizes Pantaneiras

Itens financiados: fêmeas bovinas com idade entre 12 e 36 meses.

- FCO – Pronaf

Itens financiados: os admitidos nas linhas de crédito do Pronaf.

Crédito para a comercialização

- Comercialização e Industrialização de Produtos/Insumos Agropecuários

Itens financiados: produtos e insumos utilizados na produção agropecuária.

- Comercialização de Produtos de Produção Própria

Itens financiados: produtos agropecuários de produção própria.

- Linha Especial de Crédito à Comercialização – (LEC)

Itens financiados: milho, sorgo, café e trigo.

- Desconto de NPR/DR

Itens financiados: NPR ou DR emitidas na comercialização de produtos agropecuários.

- Empréstimo do Governo Federal (EGF)

Itens financiados: produtos abrangidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM).

- Adiantamento a Cooperados por conta de Produtos Entregues

Itens financiados: os admitidos nas linhas de crédito para comercialização.

- BB Agricultura Orgânica

Itens financiados: os admitidos nas linhas de comercialização, de origem orgânica.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MARKETING RURAL – ABMR. Disponível em: <<http://www.abmr.com.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual de Crédito Rural**. Brasília, 1987-2004. 3 volumes.

BRASIL. Decreto-Lei nº167, de 14 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 fev. 1967. p. 1841.

BRASIL. Decreto nº 58.380, de 10 de maio de 1966. Aprova o regulamento da Lei nº 4829, que Institucionaliza o Crédito Rural. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D58380.htm>. Acesso em: 20 out. 2004. Ou então a data, seção e página da publicação no Diário Oficial.

BRASIL. Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 fev. 1965a.

BRASIL. Lei nº 4.829, de 05 de novembro de 1965. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 nov. 1965b.

SAES, M.S.M; NAKAZONE, D. **Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: Impactos das Zonas de Livre Comércio: Cadeia Café**. Campinas (SP): Unicamp, 2002. 142 p.

O crédito rural Alavanca do agronegócio

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

O valor do agronegócio brasileiro

O Agronegócio é um dos principais setores da economia brasileira, tendo fundamental importância para o crescimento do País.

O faturamento bruto da agropecuária cresceu 6,8% em 2004, se comparado a 2003. Assim, o Valor Bruto da Produção (VBP) do setor rural em 2004 é de R\$ 172 bilhões, contra os R\$ 161 bilhões, obtidos em 2003. Essa performance extremamente positiva só foi possível graças ao aumento da produção e a recuperação de preços para a maioria dos produtos, tanto no mercado externo quanto no interno.

É um setor com elevado grau de profissionalização. Com uma área média plantada de 41 milhões de hectares nos últimos 12 anos, a produção saltou de 58 milhões de toneladas (1990/1991) para 118,9 milhões de toneladas (2003/2004) (Fig. 1).

Os expressivos resultados do agronegócio têm impulsionado o crescimento brasileiro, sendo o responsável pelos superávits da balança comercial brasileira nos últimos anos, conforme mostra a Fig. 2.

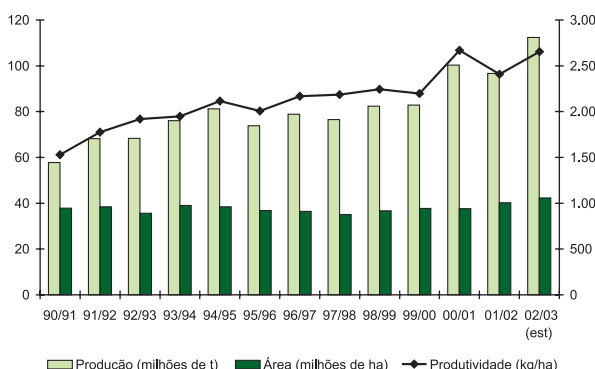


Fig. 1. Evolução da produção nacional.

Fonte: IBGE (2004) e CONAB (2004).

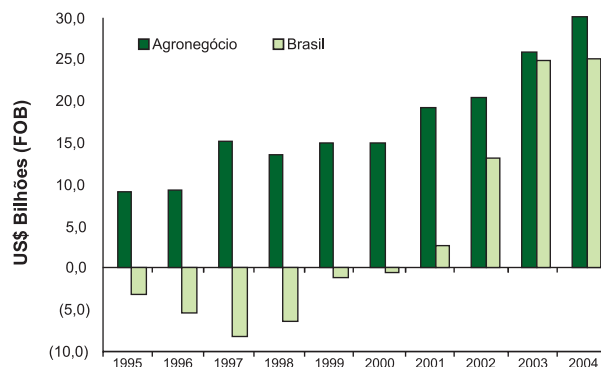


Fig. 2. A balança comercial brasileira e o agronegócio.

Fonte: MAPA (BRASIL, 2004a) e MDIC/ALICE/SECEX/ (BRASIL, 2004b).

O valor do agronegócio para o Banco do Brasil

Como ativo participante do desenvolvimento contínuo da tecnologia, administração, comercialização e financiamento do setor, o Banco do Brasil é responsável por quase 54% do saldo do Sistema Financeiro de Crédito Rural (Fig. 3).

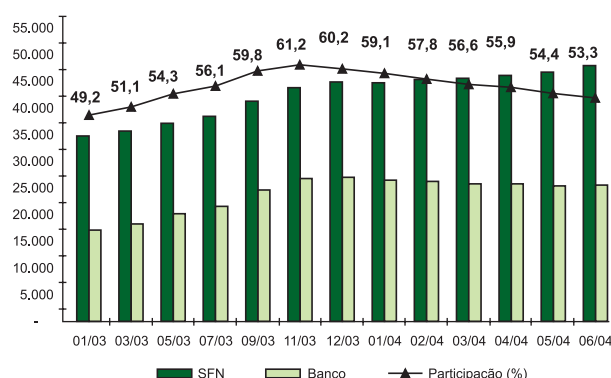


Fig. 3. Participação do Banco do Brasil no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Fonte: Banco Central do Brasil (2004). (Não consideradas as operações cedidas ao TN - Res. CMN/BACEN 2196).

O Plano de Safra do governo federal para 2004/2005 prevê a aplicação de R\$ 46,5 bilhões em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (crescimento de 43% em relação à safra anterior, quando foram aplicados R\$ 32,5 bilhões). O volume de recursos a serem aplicados pelo Banco do Brasil na safra 2004/2005 alcançará R\$ 25,5 bilhões, com incremento da ordem de 23,8% em relação à safra 2003/2004, assim distribuídos, em R\$ milhões (Tabela 1).

Por meio do Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e dos programas do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES/Finame), o Banco do Brasil contribui também para o desenvolvimento econômico e social do campo. No ano de 2003, os recursos disponibilizados pelo FCO foram integralmente utilizados, num valor total de R\$ 573 milhões. As mais de 13 mil operações contratadas com recursos do BNDES e do Finame totalizaram 796 milhões.

O Banco do Brasil baseia sua ação de execução de políticas governamentais mediante recebimento de adequada remuneração pelos encargos assumidos. O governo federal prevê no seu orçamento a equalização da taxa de aplicação para os empréstimos cujos *spreads* não são compatíveis com a rentabilidade projetada para os negócios do banco.

A expansão observada na carteira de crédito rural ao longo dos últimos anos ocorreu de forma bastante sustentável. Além dos mecanismos de administração de riscos aplicáveis a todas as carteiras de crédito da empresa, o banco aplica, na gestão da carteira

de agronegócios, métodos específicos para identificar riscos e minimizar perdas.

Para definição do nível máximo de exposição com cada cliente, o banco desenvolveu sistema de limite de crédito específico para o produtor rural – ANC produtor rural (sistema de análise de crédito) – levando em conta dados comportamentais e o risco técnico das atividades.

Na mensuração do risco técnico das atividades de cada cliente, o Banco do Brasil dispõe do Referencial Técnico de Atratividade Agropecuária (RTA), composto de base de dados microrregionais, contemplando séries históricas de preços dos produtos, produtividades observadas nas lavouras e custos modais de produção. São 106 mil planilhas de produção que representam os diversos tipos de sistemas produtivos existentes no País. A partir desses dados, o Banco do Brasil mensura, de forma automatizada, o grau de viabilidade econômica de cada proposta de financiamento.

Além de melhorar a qualidade dos ativos, essa base de dados viabiliza a automação do processo de crédito. Tal sistema, associado à observância dos parâmetros do zoneamento agrícola do governo federal, também criou condições para a implementação de uma nova sistemática de seguro rural, o Seguro Ouro Agrícola. Esse instrumento, lançado em setembro de 2000, protege o agricultor contra prejuízos de riscos climáticos.

Por meio das parcerias negociais, envolvendo a cadeia do agronegócio, em 2003 foram contratados mais de R\$ 3,8 bilhões. Tais

Tabela 1. Distribuição do crédito do Banco do Brasil.

| Finalidade | Safra 2003/04 | Safra 2004/05 | Variação |
|-------------------------|---------------|---------------|----------|
| Agricultura Familiar | 3.422 | 4.100 | 19,8% |
| Agricultura Empresarial | 17.168 | 21.400 | 24,7% |
| Custeio/Comercialização | 14.788 | 18.000 | 21,7% |
| Investimento | 2.380 | 3.400 | 42,9% |
| Total geral | 20.590 | 25.500 | 23,8% |

Fonte: Banco do Brasil (2004).

parcerias permitem ao banco atuar desde a originação do produto, com financiamentos de custeio e investimento junto ao produtor rural, até o beneficiamento e comercialização da produção.

O balcão de agronegócios, serviço de comércio eletrônico pela Internet no site Agronegócios-e (www.agronegocios-e.com.br), movimentou, desde o seu lançamento, R\$ 4,17 bilhões em mais de 156 mil operações.

O banco avalizou, também, a partir do lançamento das Cédulas de Produto Rural (CPR), em 1994, mais de R\$ 7 bilhões, posição em setembro/2004. Desse total, foram R\$ 1,533 milhão apenas em 2003, representando um incremento de 44,5% em relação ao ano anterior (que foi de R\$ 1,061 milhão.).

As operações de proteção de preços nos mercados futuros e de opções apresentaram, em 2003, um incremento de 144% em relação ao ano de 2002. Foram realizadas 8.105 operações, ante 3.315 no mesmo período do ano anterior.

Com relação aos contratos futuros referenciados na BM&F, em 2003, verificou-se um incremento dos negócios da ordem de 226%

comparativamente a 2002. Foram realizadas 7.071 operações, sendo 3.190 contratos de café, 2.364 de milho e 1.388 de boi gordo.

No tocante aos contratos de Opções, foram negociados 1.034 contratos de Opções referenciados nas bolsas de Chicago e Nova Iorque, com destaque para a soja, com 98% das operações realizadas.

Referências

BANCO DO BRASIL. **Seção Balcão de agronegócios**. Disponível em: <<http://www.Agronegocios-e.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Sistema Financeiro Nacional**. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 19 out. 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). **Plano agrícola e Pecuário**: safras 2003/2004 e 2004/2005. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 18 out. 2004a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior **Produtos e Serviços**. Aliceweb. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 20 out 2004b.

CONAB. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2004.

IBGE. **Censo agropecuário**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: out. 2004.

O atendimento à agricultura empresarial

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

Qualquer que seja o objetivo – definição de estratégias empresariais ou de políticas públicas – o agronegócio será melhor compreendido mediante análise dos modelos patronal e familiar de produção.

Diferenciação entre agricultura patronal, empresarial e familiar

Enquanto no modelo familiar o trabalho e a gestão estão intimamente relacionados e centrados no possuidor dos meios de produção, no modelo patronal ocorre uma total separação entre gestão e trabalho, conforme Tabela 1, comparativa a seguir:

De maneira geral, os produtores familiares desenvolvem atividades diversificadas e estão mais voltados à produção para o mercado interno e, até por isso, necessitam de maior apoio governamental. A agricultura patronal, entretanto, é mais concentrada em culturas voltadas à exportação dentro de uma visão mais empresarial do negócio.

Mudança comportamental

As informações tratadas a seguir foram resumidas do suplemento do Relatório de Administração do Banco do Brasil (2002).

A diminuição acentuada dos recursos subsidiados destinados à agricultura empresarial

Tabela 1. Comparativa: modelos patronal e familiar de agricultura.

| Modelo patronal | Modelo familiar |
|--|---|
| Completa separação entre gestão e trabalho | Trabalho e gestão intimamente relacionados |
| Organização centralizada | Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários |
| Ênfase na especialização | Ênfase na diversificação |
| Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis | Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida |
| Trabalho assalariado predominante | Trabalho assalariado complementar |
| Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões de momento (pouca flexibilidade) | Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo |
| Área média (ha) = 600 | Área média (ha) = 50 |
| Área ocupada (milhões ha)= 240 | Área ocupada (milhões ha)= 108 |
| Número de estabelecimentos (milhões) = 0,5 | Número de estabelecimentos (milhões) = 4,1 |
| Participação na área total = 68% | Participação na área total = 30% |

Fonte: FAO (1994) e MDA/Pronaf (BRASIL, 1994).

– tanto para custear a atividade agrícola quanto para comercializar os produtos oriundos desta – acarretou acentuada mudança comportamental nos produtores rurais que passaram a se preocupar com o uso racional dos fatores de produção, situação e perspectivas dos mercados agrícolas, custos de produção, profissionalização, utilização intensiva de tecnologia e conservação/preservação ambiental.

O reflexo dessa mudança comportamental pode ser percebido pelos ganhos de competitividade que o setor rural vem obtendo nos últimos anos, resultado construído de forma conjunta com os diversos agentes públicos e privados.

Na década de 90, esses ganhos foram favorecidos por alguns fatores: abertura comercial do País; estabilização econômica; mudança na política agrícola com a redução da participação do Estado e o equacionamento do então elevado endividamento financeiro dos produtores e cooperativas.

A revolução gerencial

As restrições nas disponibilidades de recursos determinaram, não só aos produtores, mas a todos os agentes da cadeia produtiva, a procura por informação, compartilhamento e transmissão de conhecimentos e habilidades, essenciais para eliminar as causas que originavam as ineficiências, dentro e fora da propriedade. Profissionalização se tornou condição essencial.

Hoje inúmeras propriedades agrícolas são administradas como verdadeiras empresas, com adequado planejamento e gerenciamento de todas as etapas de produção e comercialização. Os produtores buscam permanentemente novas tecnologias, valorizam o serviço de profissionais técnicos como agrônomos, veterinários e zootecnistas, sempre com a visão da maior rentabilidade e perenidade de seus empreendimentos.

Os resultados dessa revolução gerencial podem ser constatados com os ganhos de produtividade obtidos ao longo dos últimos anos. Com uma área média plantada de 38 milhões de hectares nos últimos 10 anos, a produção de grãos saltou de 76 milhões de toneladas para 123 milhões

de toneladas no período de 2002/2003, representando um crescimento na produtividade de 44%.

Colhendo os resultados

Hoje o agronegócio é uma das principais competências nacionais, sendo a sua importância para a economia do País estimada sob diversos aspectos, entre os quais destacam-se:

a) Participação no PIB: os fluxos financeiros entre os diversos agentes integrantes do agronegócio representavam cerca de 29% do PIB brasileiro, ou R\$424 bilhões, conforme dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP), (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2003) distribuídos conforme Fig. 1.



Fig. 1. Cadeia do agronegócio – participação relativa dos segmentos (% ano 2003).

Fonte: Universidade... (2003)

b) Desempenho da balança comercial: o agronegócio é o setor que mais tem contribuído para melhorar a balança comercial brasileira, sendo responsável por 42% das exportações brasileiras. Em 2003, produziu um superávit de US\$ 25,8 bilhões, conforme Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2004), em 2004, a previsão é de atingir um superávit de US\$ 30 bilhões, conforme mostra a Fig. 2.

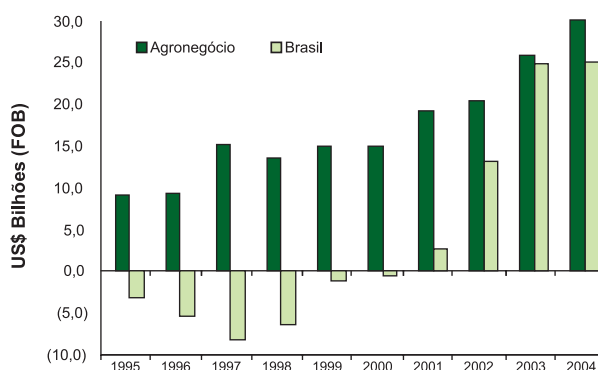


Fig. 2. Contribuição do agronegócio no desempenho da balança comercial.

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2004).

c) Participação dos produtos agrícolas no mercado mundial: o Brasil é líder mundial nos seguintes produtos:

- Laranja: detém 81,9% do mercado mundial do suco de laranja.
- Soja: detém 38,4% do mercado mundial.
- Café: vende 28,5% do café em grãos consumido no planeta e 43,6% do café solúvel.
- Açúcar: vende 29% do volume consumido no mundo.
- Carnes: assumiu em 2003 a liderança na produção de carne bovina com 19% de participação no mercado.

Primeiro em vendas com a carne de frango, com exportações de US\$ 1,9 bilhões.

- Fumo: vende 23,1% do tabaco consumido no mundo.

d) Internacionalização do agronegócio: as vantagens competitivas do agronegócio brasileiro vêm atraindo investimentos internacionais, seja pela aquisição de empresas do setor, seja pela implantação de novas unidades produtivas no País. Pode-se afirmar que hoje todas as grandes empresas que operam com agronegócios no mundo estão presentes no Brasil. Além de capital, elas trazem tecnologias modernas que favorecem ainda mais o desenvolvimento do setor.

Banco do Brasil contribuindo para o crescimento do agronegócio

O agronegócio constitui uma das principais competências do Banco do Brasil. Pioneiro no apoio ao crédito para o setor rural, o Banco do Brasil é o principal agente financeiro do agronegócio brasileiro, respondendo por 55% da assistência oferecida a esse setor pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Internamente, a carteira de agronegócios do Banco do Brasil representava, em junho/2004, cerca de 36% da carteira de crédito total, conforme mostra a Fig. 3.

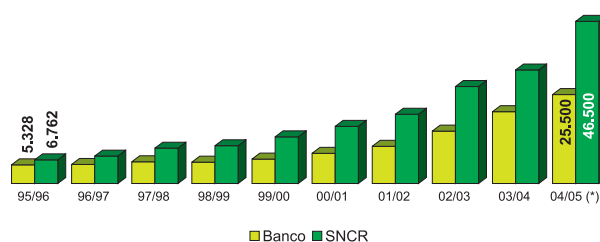


Fig. 3. Participação do Banco do Brasil nos planos de safras – R\$ milhões.

Fonte: Banco do Brasil (diversos planos de safra) (BANCO DO BRASIL, 1995-2005).

Participando na construção das alternativas que conferem e mantêm, de forma sustentável, a eficiência e a competitividade ao agronegócio brasileiro, o Banco do Brasil desenvolveu um amplo portfólio de serviços específicos para as demandas dos vários agentes, localizados “dentro e depois da porteira”¹.

Como principal agente financeiro e fomentador da produção agrícola, o Banco do Brasil possui a maior carteira de clientes do agronegócio nacional. O resultado da importância da atuação desse banco no setor rural pode ser observado quando se verifica a estimativa de participação na geração de produtos (Tabela 2).

A forma de ação nesse mercado, adotada pelo banco, pode ser assim sintetizada: foco nas necessidades dos clientes a partir da visão sistêmica de todo o agronegócio.

Os segmentos, produção, agroindústria, exportação e governo são atendidos com os seguintes serviços:

Produção

- Crédito rural.
- CPR.
- Mercados futuros e de opções.
- Agronegócios-e.com.br.
- Seguro ouro agrícola.

¹ Expressão utilizada para generalizar os participantes da cadeia produtiva: produtores rurais, produtores de insumos agrícolas, comerciantes de produtos agrícolas, entre outros.

Tabela 2. Estimativa de participação do Banco do Brasil na geração de produtos. Culturas selecionadas - safra 2003/2004.

| Culturas | Valores financiados (R\$ mil) | | | Área financiada (mil ha) | Produção financiada (mil t) | Participação na produção Brasil (%) |
|-------------------|-------------------------------|----------|-----------|--------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|
| | Custeio tradicional | BB - CPR | Total | | | |
| Soja | 3.991.238 | 541.551 | 4.532.789 | 6.490 | 18.381 | 37 |
| Milho | 2.579.887 | 114.028 | 2.693.915 | 2.895 | 16.732 | 40 |
| Algodão em caroço | 618.361 | 19.926 | 638.287 | 247 | 778 | 39 |
| Total | 7.189.486 | 675.505 | 7.864.990 | 9.632 | | |

Fonte: Banco do Brasil (2004) - Diretoria de Agronegócios.

Agroindústria

- Crédito agroindustrial.
- Crédito geral.

Exportação

- Crédito agroindustrial.
- Adiantamento sobre Contrato de Câmbio/Adiantamento sobre Cambiais Entregues.

Governo

- Leilão eletrônico.
- Estoques reguladores.
- Proagro.
- CPR alimento.

A partir desse conceito de agronegócio, o Banco do Brasil passou a desenvolver soluções que permitissem o atendimento das necessidades individuais e coletivas dos agentes integrantes das cadeias produtivas.

Foram expandidas as linhas de crédito e criadas formas alternativas de financiamento, desenvolveram-se mecanismos de redução de riscos, soluções de comercialização e logística, bem como novos modelos de negócios.

Entre os novos instrumentos, destacam-se, a seguir, os resultados já alcançados:

- Balcão de agronegócios: serviço de comércio eletrônico pela Internet no site www.agronegocios-e.com.br, que atingiu, entre julho/03 e junho/04, o montante de R\$ 2,2 bilhões em negócios realizados. Esse resultado representa um incremento de 64% sobre o volume de negócios no mesmo período da safra anterior.

- Os negócios com as CPRs (Cédula de Produto Rural), também apresentaram evolução de destaque. No período, safra 03/04, os negócios foram da ordem de R\$ 2,4 bilhões, contra R\$ 1,1 bilhão do idêntico período da safra anterior, representando um incremento de 122%.

- Proteção de preços agropecuários: entre as principais dificuldades apontadas pelo agronegócio brasileiro - tanto dos produtores rurais como das agroindústrias e de outras empresas - está a garantia de comercialização por preços justos, obviamente acima dos custos de produção, de forma a possibilitar a manutenção ou o incremento das atividades. Nesse sentido, os negócios, envolvendo mercados futuros e de opções, têm sido incrementados. Em 2003, foram fechados 8.126 contratos, sendo 4.160 no período de janeiro a junho. No primeiro semestre de 2004, já foram fechados 5.200 contratos, significando um incremento de 25% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Conclusão

Como pode ser observado nas páginas anteriores, o agronegócio nacional vem se

afirmando como um dos mais competitivos do mundo, possuindo, ainda, enorme capacidade de expansão, por vantagens comparativas do País.

O Banco do Brasil, por sua vez, possui experiência e capacidade de atuar que o habilitam para continuar sendo o banco do agronegócio brasileiro.

Referências

BANCO DO BRASIL. **Banco do Brasil e o Agronegócio**. Brasília, 2002. 40 p. Suplemento do Relatório de Administração de 2002.

BANCO DO BRASIL. **Relatórios Gerenciais e Prestação de Contas de Safras**: 2004. Brasília, 2004.

BANCO DO BRASIL. **Relatórios Gerenciais e Prestação de Contas de Safras**: 1995-2005. Brasília, 1995-2005. BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Balança Comercial. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 18 ago. 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar. Disponível em: <<http://mda.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2004.

FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura). INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária). Projeto UTF/BRA/036/BRA. Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável (1994). Disponível em: <http://www.incra.gov.br/_htm/serveinf/_htm/pubs/pubs.htm>. Acesso em: 20 jan. 1994.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). ESALQ. PIB do Agronegócio. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2004).

O atendimento à agricultura familiar

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

Evolução da política para agricultura

Nas décadas de 60 e 70, a agricultura brasileira sofreu diversas transformações com direcionamento concentrado para alguns grupos de produtores. As concessões de crédito privilegiaram as transações de maior volume e de menor custo administrativo. Essas e outras situações contribuíram ainda mais para as distorções regionais, ampliando as diferenças na distribuição de renda entre as regiões e os próprios agricultores.

O Banco do Brasil que sempre foi o principal agente do governo federal para o desenvolvimento da agricultura, em meados de 1986, com o fim da Conta Movimento reduziu drasticamente o volume de recursos disponibilizados para as operações de crédito rural, uma vez que os créditos tinham praticamente como fonte esses recursos, conforme informações do Manual de Crédito Rural (MCR 6-2)¹.

Com a redução da oferta de crédito rural e frente a uma demanda crescente, principalmente com a abertura de novas fronteiras agrícolas nos estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins, entre outros, surgiram os Fundos Constitucionais de Financiamento para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Mesmo com o surgimento dos fundos, até 1993, o agricultor familiar, considerado “mini-produtor” disputava com os demais produtores, sem nenhuma diferenciação, os escassos recursos destinados ao crédito rural.

Dentro desse contexto e diante do universo de 4,1 milhões de propriedades rurais familiares existentes no Brasil, comprovadas pelo censo agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1996, o governo federal procurou repensar a sua forma de atuação junto a esse extrato de produtores (Tabela 1).

Tabela 1. Número de estabelecimentos por estratos de área total.

| Estratos | % | Nº de estabelecimentos |
|---------------------|------|------------------------|
| Até 5 ha | 36,6 | 1.780.054 |
| De 5 a 20 ha | 27,2 | 1.323.737 |
| De 20 a 200 ha | 30,1 | 1.461.384 |
| De 201 a 1.000 ha | 4,6 | 223.650 |
| Acima de 1.000 ha | 1,5 | 71.040 |
| Total de produtores | | 4.859.865 |

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1996.

Para isso, o governo necessitava estabelecer uma política voltada para o fortalecimento da agricultura familiar, de forma a agregar mecanismos com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável do segmento, a partir de ações que possibilitassem o aumento da capacidade produtiva e a elevação da renda, visando à melhoria da qualidade de vida dos produtores familiares.

Assim, com esse escopo, o Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução Bacen nº 2.101, de 24.08.1994,

¹Capítulo do Manual de Crédito Rural conceitua como recursos obrigatórios a exigibilidade de aplicações em crédito rural.

aprovou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape), com condições especiais para o financiamento das despesas de custeio da safra de verão 1994/1995. (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004c).

Com base no Provape, foi instituído em 1995, por meio da Resolução CMN/Bacen nº 2.191, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), linha de crédito especial destinada ao custeio e investimento das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2004d).

A agricultura familiar passou, assim, a contar com uma política de crédito específica, com medidas que, além da disponibilização de recursos, simplificaram e agilizaram todo o processo de concessão dos empréstimos.

A agricultura familiar nos dias de hoje

Atualmente vivemos um processo de exclusão social, de um lado o desperdício de alimentos e, de outro, sua falta, essencial à sustentação dessa população. Como forma de reparar essa deficiência e garantir alimentação regular e saudável, o governo federal lançou o Programa Fome Zero.

A vontade política de eliminar a fome no Brasil não basta e, para que tenha uma perspectiva de sustentação do programa, necessita-se de maior oferta de alimentos a baixo custo.

Nesse cenário, o fortalecimento da agricultura familiar surge como forte elo da estratégia tanto para a segurança alimentar como para a política de inclusão social, de maneira a não se tornar apenas uma assistência transitória.

A agricultura familiar, constituída por mini e pequenos agricultores, representa 77% dos produtores rurais no Brasil e emprega mais de 12 milhões de pessoas. Detém apenas 20% das terras e responde por 30% da produção do País, de acordo com dados do IBGE (2004).

Alguns produtos básicos produzidos pela agricultura familiar representam importante parcela no consumo da dieta do brasileiro e contribuem para o incremento das exportações, como pode ser observado na Fig. 1.

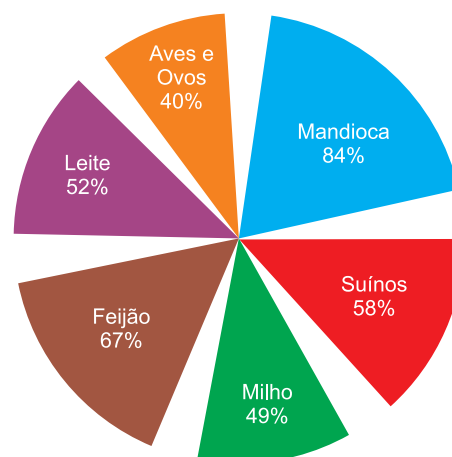


Fig. 1. Produtos típicos da agricultura familiar no consumo da dieta do brasileiro (%).

Fonte: MDA (BRASIL, 2004) (adaptado)

O crescimento da renda desse segmento, por meio da conquista de mercado, traz impacto favorável, principalmente às regiões interioranas do País, onde exerce papel fundamental para o desenvolvimento social, evitando o êxodo rural e tornando-se instrumento de inclusão social, geração de trabalho e renda.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Criado pelo governo federal com o propósito de apoiar os agricultores familiares, atualmente sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Pronaf vem obtendo pleno êxito, principalmente nas regiões onde os mini e pequenos produtores possuem maior capacidade de organização, seja por meio de federações, sindicatos ou outras entidades de classe.

O objetivo principal do programa é o fortalecimento e a valorização do agricultor familiar, visando integrá-lo à cadeia de agronegócios e proporcionar-lhe o aumento de renda e a agregação de valor ao produto e à propriedade, mediante sua profissionalização e modernização do sistema produtivo.

O crédito do Pronaf vem sendo distribuído para todas as regiões do País. Conforme dados da Tabela 2, verifica-se uma concentração de aplicação de recursos na Região Sul, em decorrência, principalmente, do elevado grau de organização social. A tendência, a partir da safra 2003/2004, é que haja elevação no percentual de crédito aplicado nas demais regiões, com ênfase no Norte e Nordeste do País.

O programa, desde a sua instituição, vem passando por alterações no intuito de proporcionar melhorias a esse segmento. Além do crédito, medidas a favor da educação, da formação profissional dos agricultores familiares e da comercialização da produção são essenciais para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil.

A seguir, por meio de uma retrospectiva histórica, poderemos visualizar ações de maior relevância à ampliação do nível de acesso ao crédito dos agricultores familiares.

Tabela 2. Distribuição regional dos recursos do Pronaf, liberados de 1997 a 2003.

| Região | Estabelecimentos (%) | Crédito 1997-2003 (%) |
|--------------|----------------------|-----------------------|
| Centro-Oeste | 5 | 7,5 |
| Nordeste | 48 | 20 |
| Norte | 9 | 6 |
| Sudeste | 17 | 16 |
| Sul | 21 | 51 |
| Total | 100 | 100 |

Fonte: Banco Central do Brasil (Bacen) (2004d); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (BRASIL, 2004); Companhia Nacional de Abastecimento do Brasil (CONAB, 2004).

Retrospectiva histórica do Pronaf

1995 – Instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) pela Resolução CMN (Conselho Monetário

Nacional) – (Banco Central do Brasil) Bacen n.º 2.191, de 24/08/95, com as seguintes características: créditos para custeio e investimento para produtores rurais que apresentam a Declaração de Aptidão ao Programa, com taxas de juros de 16% ao ano.

1996 – Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) pelo Decreto n.º 1.946, de 28/06/96. Redução da taxa de juros para 12% ao ano e ampliação do limite de crédito individual e coletivo.

1997 – Inclusão de novos beneficiários como os pescadores artesanais, aqüicultores e seringueiros extrativistas; redução da taxa de juros para 6,5% ao ano e criação de novas linhas de financiamento, inclusive modalidade destinada a melhorar a infra-estrutura e os serviços comunitários rurais. Simplificação das normas do Proagro.

1998 – Redução da taxa de juros para 5,75% ao ano e criação da linha Pronaf Agregar.

1999 – Classificação dos beneficiários do Pronaf em grupos “A”, “B”, “C” e “D”, para fins de acesso aos créditos; extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procer), passando as famílias assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária a serem beneficiadas pelo Pronaf “A”; criação de crédito coletivo para pessoas jurídicas: destinado a associações, cooperativas e outras formas de agrupamento; possibilidade de financiamento de atividade não-agrícolas, como o turismo rural e o artesanato.

2000 – Redução da taxa de juros para 4% ao ano; criação de custeio especial para assentados da reforma agrária e beneficiários do Programa de Crédito Fundiário.

2001 – Elevação do limite de financiamento; aumento para até cinco anos do período de carência para projetos de investimento; a possibilidade de substituição do projeto técnico de investimento por proposta simples.

2002 – Suspensão, pelo Programa, do financiamento à cultura do fumo; eleva o limite de crédito em projetos iniciais para beneficiários do grupo “A” do Pronaf, dos quais 7,7% são destinados ao pagamento da assistência técnica.

2003 – Implementação de medidas de simplificação e racionalização dos contratos, permitindo renovações por até cinco anos. Criação do Pronaf Semi-Árido, Pronaf Florestal e do Cartão Pronaf.

2004 – Inclusão de novas linhas de financiamento, como o Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf grupo “E”; reestruturação do Pronaf Agregar, passando a denominar-se Pronaf Agroindústria; e Criação do Proagro Mais.

Beneficiários do Pronaf

Podem pleitear créditos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar os produtores rurais que, mediante apresentação de Declaração de Aptidão ao Programa, atendam cumulativamente as condições abaixo:

a) Explorem a terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária.

b) Residam na propriedade ou em local próximo.

c) Possuam, no máximo, quatro módulos fiscais (ou seis módulos, no caso de atividade pecuária).

d) Tenham o trabalho familiar como base da exploração do estabelecimento.

e) Tenham renda bruta anual compatível com a exigida para cada grupo do Pronaf, conforme estipulado na Tabela 3.

Os créditos podem ser destinados ao custeio das atividades agropecuárias e não agropecuárias de beneficiários enquadrados nos grupos “A/C”, “C”, “D” e “E”, de acordo com projetos específicos ou propostas de financiamento e a empréstimos de investimento para produtores dos grupos “A”, “B”, “C”, “D” e “E” para implantação ou modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.

Tabela 3. Modalidades de Financiamento.

| Grupos | beneficiários | Finalidade | Valor | Juros (% ao ano) | Rebate (bônus de adimplência) | Prazos | Carência |
|--------|---|--------------|--------------------------------|---------------------|--|-------------|------------|
| A | Assentados da Reforma Agrária ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal | Investimento | Até R\$ 15.000,00 | 1,15 | Até 46% sobre o capital | Até 10 anos | Até 5 anos |
| A/C | Assentados da Reforma Agrária que já contrataram financiamentos do grupo “A” | Custeio | De R\$ 500,00 até R\$ 3.000,00 | 2 | R\$ 200,00, por beneficiário. | Até 2 anos | Não tem |
| B | Agricultores com renda bruta anual até R\$2.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes da atividade rural) | Investimento | Até R\$ 1.000,00 | 1 | 25% em cada parcela da dívida (capital e juros). | Até 2 anos | Até 1 ano |

Continua...

Continuação da Tabela 3.

| Grupos | Beneficiários | Finalidade | Valor | Juros (% ao ano) | Rebate (bônus de adimplência) | Prazos | Carência |
|--------|---|--------------|---|---------------------|--|---------------|---------------|
| C | Agricultores com renda bruta anual acima de R\$ 2.000,00 e até R\$ 14.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes da atividade rural) | Investimento | De R\$ 1.500,00 até R\$ 6.000,00 | 4 | R\$ 700,00 + 25% por beneficiário sobre juros | Até 8 anos | Até 5 anos |
| | | Custeio | De R\$ 500,00 até R\$ 3.000,00 | 4 | De R\$ 200,00, por ano. | Até 2 anos | Não tem |
| D | Agricultores com renda bruta anual acima de R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes da atividade rural) | Investimento | Até R\$ 18.000,00 | 4 | 25% sobre os juros, por operação. | Até 8 anos | Até 5 anos |
| | | Custeio | Até R\$ 6.000,00 | 4 | Não tem | Até 2 anos | Não tem |
| E | Agricultores com renda bruta anual acima de R\$ 40.000,00 e até R\$ 60.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes da atividade rural) | Investimento | Até R\$ 36.000,00 | 7,25 | Não tem | Até 8 anos | Até 5 anos |
| | | Custeio | Até R\$ 28.000,00 | 7,25 | Não tem | Até 2 anos | Não tem |

Fonte: Banco Central do Brasil (2004a).

O Pronaf também prevê atendimento a segmentos específicos, como:

Pronaf Mulher – Crédito especial de investimento para projetos de interesse das esposas ou companheiras dos agricultores familiares, que contemplem atividades agregadoras de renda e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar. Devem ser observadas as condições previstas para os grupos “C”, “D” e “E”, limitado a um crédito, independentemente dos tetos de investimentos já concedidos à unidade familiar.

Pronaf Jovem – Para projetos específicos de interesse de jovens, de 16 a 25 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de cursos de formação profissional.

Pronaf Semi-Árido – Crédito especial com juros de 1% ao ano e prazo de pagamento de 10 anos, com até três anos de carência, para os agricultores da Região do Semi-Árido, enquadrados nos grupos “C” e “D”. Destinado

à construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação e dessalinização da água.

Pronaf Florestal – Destinado ao financiamento de projetos de silvicultura e sistemas agroflorestais e exploração extrativista sustentável, para produtores enquadrados nos grupos “C” e “D”. Os juros são de 4% ao ano, com bônus de adimplência de 25% na taxa de juros e prazo de até 12 anos, com até oito anos de carência.

Pronaf Agroindústria – Destinado a produtores enquadrados nos grupos “C”, “D” e “E”, cooperativas, associações ou outras pessoas jurídicas, formadas no mínimo de 90% dos participantes ativos de agricultores familiares e que comprovem, em projeto técnico, que mais de 70% da matéria prima a ser beneficiada ou industrializada seja de produção própria ou de associados participantes. A taxa de juros é de 4% ao ano, com bônus de adimplência de 25% na taxa de juros.

Como ter acesso ao crédito

Para obter o financiamento, o agricultor familiar deve, primeiramente, procurar uma das entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como empresas de Assistência Técnica, Sindicatos, Associações de Produtores Rurais, entre outros, que fornecerão gratuitamente a Declaração de Aptidão ao Programa (DAP).

Além da DAP, os documentos abaixo devem ser apresentados obrigatoriamente pelo produtor:

Documentos Pessoais:

- Carteira de Identidade.
- CPF.
- Certidão de casamento, se for o caso.

Documentos do Imóvel:

- Se proprietário: na DAP deve constar a informação de propriedade do imóvel.

- Se arrendatário, comodatário, parceiro, meeiro ou similar: contrato de arrendamento, comodato, meação ou parceria e/ou carta de anuência.

- Se posseiro: na DAP deve constar a informação de que o(a) produtor(a) tem posse mansa e pacífica do imóvel há mais de dois anos, assinada por duas testemunhas.

Cartão Pronaf do Banco do Brasil

Na busca por agilidade, inovação tecnológica e com o objetivo de oferecer um produto amplamente aceito pelo mercado, o Banco do Brasil lançou, em 2003, o Cartão Pronaf (Fig. 2).

O Cartão Pronaf é isento de qualquer tipo de tarifas, é disponibilizado para o produtor que ainda não possui conta corrente no Banco do Brasil. Esse cartão permite efetuar pagamentos dos bens adquiridos e pode ser utilizado nos terminais de auto-atendimento, sem necessidade de comparecimento do cliente à agência bancária.

Renovação Automática BB: o produtor, pagando em dia e mantendo a mesma atividade de área financiada dos grupos “C” e “D”, o financiamento de custeio pode ser renovado por até cinco anos. Mais de 500 mil produtores já estão sendo atendidos por meio dessa modalidade de financiamento, o que concede ao produtor a garantia de ter crédito para as safras subseqüentes.



Fig. 2. Cartão Pronaf do Banco do Brasil.

Agricultura Familiar – Resultado do Plano de Safra 2003/2004

O trabalho realizado na safra 2003/2004 permitiu que os recursos chegassem de forma

ágil e tempestivamente às mãos dos produtores, em função da simplificação de processos, da atuação integrada com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e também de parcerias realizadas com entidades de classe, cooperativas, sindicatos, assistências técnicas, governos estaduais, prefeituras e demais entidades de apoio ao agricultor familiar.

Assim, foram aplicados 4,5 bilhões de reais, com mais de 1,4 milhão de contratos formalizados, conforme Tabela 4 e Fig. 3 e 4.

Tabela 4. Valores aplicados por região.

| Região | Safra 2003/2004 (valores em R\$ milhões) | % |
|--------------|---|--------|
| Norte | 556 | 12,20 |
| Nordeste | 916 | 20,10 |
| Centro-Oeste | 357 | 7,83 |
| Sudeste | 786 | 17,25 |
| Sul | 1.942 | 42,62 |
| Total | 4.557 | 100,00 |

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2004).

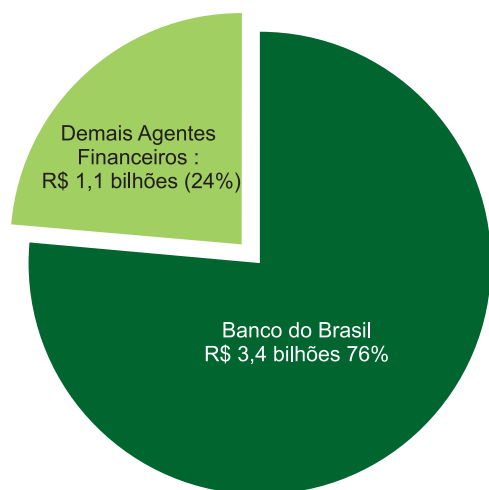


Fig. 3. Valores aplicados pelo Banco do Brasil *versus* demais agentes – safra 2003/2004.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2004).

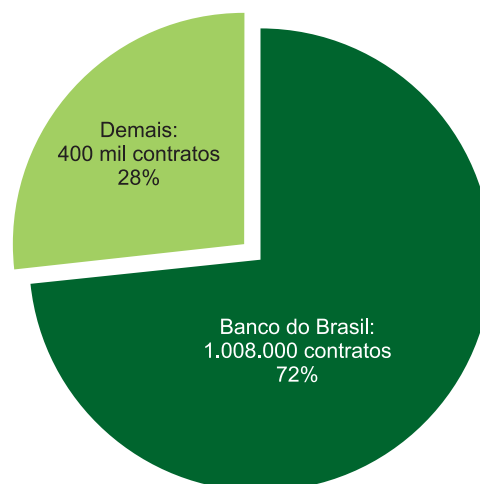


Fig. 4. Quantidade de contratos formalizados pelo Banco do Brasil *versus* demais agentes – safra 2003/2004.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2004).

Agricultura Familiar – Plano de Safra 2004/2005

Para o Plano de Safra 2004/2005 está sendo disponibilizado R\$ 7 bilhões para a agricultura familiar, que irão beneficiar cerca de 1,8 milhão de famílias.

O Plano pretende consolidar linhas especiais de financiamento, como o Pronaf Jovem e o Pronaf Mulher.

Destacamos a seguir as principais novidades para a safra 2004/2005:

- Elevação dos tetos de financiamentos – Pronaf Custeio A/C e C de R\$ 2.500,00 para R\$ 3.000,00; Pronaf Investimento C de R\$ 5.000,00 para R\$ 6.000,00.
- Criação das seguintes linhas:
 - Pronaf Mulher: investimento para esposas e companheiras pertencentes a unidades de produção enquadradas nos grupos “C, D e E”.
 - Pronaf Jovem: investimento para jovens enquadrados nos grupos “C, D e E”, com idade entre 16 e 25 anos, que tenham concluído ou que estejam cursando centros familiares de formação por alternância ou escolas técnicas

agrícolas de nível médio, com teto de R\$ 6.000,00, a taxa de juros de 1% a.a. e prazo de até 10 anos para pagamento.

- Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares: custeio do beneficiamento e industrialização de agroindústrias familiares, destinado ao segmento formal e informal enquadrados no programa.

- Pronaf Cotas Partes: investimento para cotas partes de agricultores familiares cooperativados, destinado à cooperativas de crédito com no mínimo 90 de seus sócios ativos pertencentes aos grupos “B, C, D e E”. A finalidade da linha contempla capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro.

Do valor total de R\$ 7 bilhões, R\$ 4,1 bilhões estão sendo previstos para serem alocados no Banco do Brasil (59 % do total), conforme a Fig. 5.

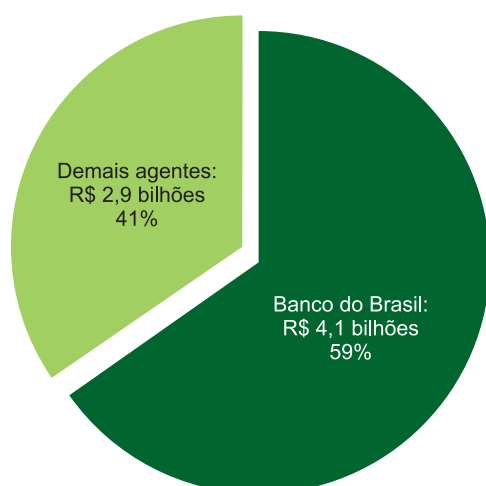


Fig. 5. Valores previstos por agente financeiro – Safra 2004/2005.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2004)

A agricultura familiar no Banco do Brasil, na safra 2003/2004

Pela capilaridade, o Banco do Brasil atuou em todas as Unidades da Federação, avançando suas aplicações em regiões menos assistidas, como foi o caso do Norte e Nordeste, conforme Tabela 5 e Fig. 6 .

Tabela 5. Valores aplicados pelo Banco do Brasil por Região.

| Região | Safra 2003/2004 (valores em R\$ milhões) | % |
|--------------|---|--------|
| Norte | 246 | 7,19 |
| Nordeste | 408 | 11,92 |
| Centro-Oeste | 354 | 10,34 |
| Sudeste | 720 | 21,04 |
| Sul | 1.694 | 49,50 |
| Total | 3.422 | 100,00 |

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2004).

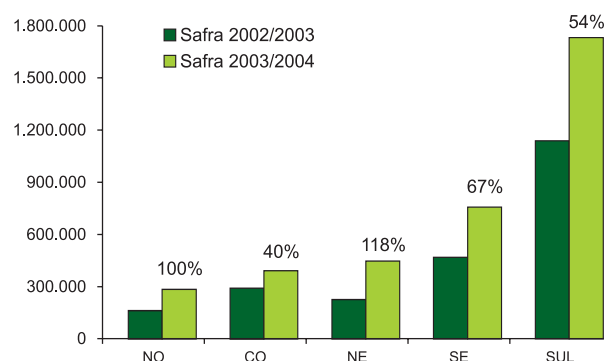


Fig. 6. Aplicações do Banco do Brasil – Percentual de crescimento por região – Safra 2003/2004 versus safra 2002/2003.

Fontes: Siagro – Sistema de Informações do Agronegócio/Banco do Brasil (2004).

O crescimento das aplicações feitas pelo Banco do Brasil, nas safras 2003/2004 em relação ao ano anterior foram consideravelmente mais altas, sendo que a Região Nordeste foi a que teve o maior volume de aplicações no mesmo período.

No início do programa, na safra 2000/2001, foram formalizados cerca de 605 mil contratos, a partir desse período, a evolução foi constante, chegando a mais de um milhão na safra 2003/2004, conforme Fig. 7. O Banco do Brasil tem contribuído de forma decisiva para o sucesso do programa.

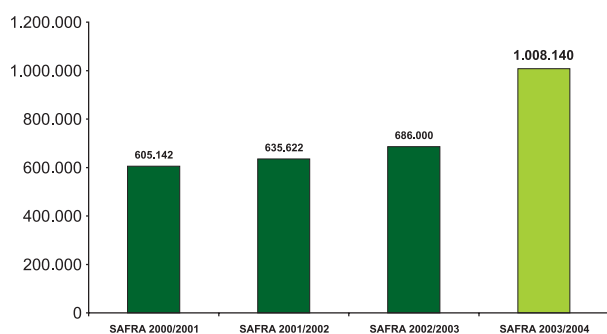


Fig. 7. Comparativo das aplicações do Banco do Brasil, por safra.

Fontes: Siagro – Sistema de Informações do Agronegócio – Banco do Brasil (2004).

O crescimento no volume de recursos aplicados foi de 63% em relação à safra de 2002/2003 (R\$ 2.096) em comparação à de 2003/2004 (R\$ 3.422), conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2004). A Fig. 8 apresenta o detalhamento do período de 2002 a 2003.

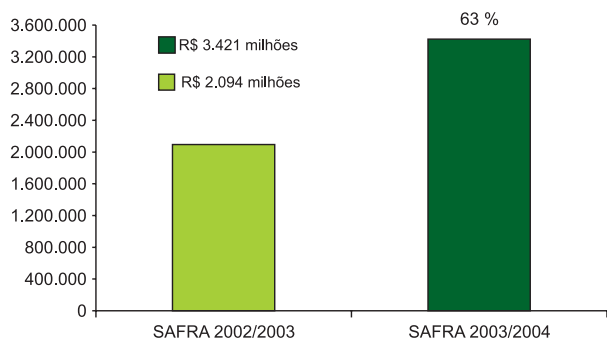


Fig. 8. Comparativo das aplicações do Banco do Brasil, por safra.

Fontes: Siagro – Sistema de Informações do Agronegócio – Banco do Brasil (2004).

A safra 2004/2005 e atuação do Banco do Brasil

A estratégia do Banco do Brasil para o atendimento do agricultor familiar está alinhada aos planos do governo federal para esse segmento, agregando ao crédito um conjunto de serviços essenciais para a construção de capital social²,

inclusive auxiliando na superação de obstáculos que travam o desenvolvimento e a inserção sustentável dos agricultores familiares nos mercados.

Os últimos planos de safra foram segmentados por tipo de produção (familiar e empresarial) e não mais por porte de produtor. Mas, considerando que a agricultura familiar engloba mini e pequenos produtores, podemos verificar uma mudança no perfil dos tomadores de crédito. Houve um significativo aumento do estrato de pequenos, com respectiva diminuição de mini produtores atendidos. Esse dado sugere que produtores considerados mini estão evoluindo e se transformando em pequenos, o que consolida o sucesso do Programa como fomentador de renda para a agricultura familiar.

Para o Plano Safra 2004/2005, dos R\$ 7 bilhões para a agricultura familiar, para o Banco do Brasil estão previstos R\$ 4,1 bilhões (58,71%), com incremento da ordem de 19,8% em relação à safra 2003/2004, distribuídos de acordo com as finalidades constantes da Tabela 6.

Tabela 6. Agricultura familiar - Aplicação por finalidade.

| Finalidade | 2003/2004 | 2004/2005 ⁽¹⁾ | Variação (%) |
|----------------------|-----------|--------------------------|--------------|
| Custeio/Investimento | 2.246 | 2.692 | 19,7 |
| Comercialização | 1.176 | 1.408 | 19,9 |
| Total | 3.422 | 4.100 | 19,8 |

⁽¹⁾ Previsão.

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2004).

Agricultura familiar – Proagro Mais é destaque

A agricultura sempre foi uma atividade de risco, sensível às variações climáticas como seca, granizo, veranicos, chuvas em excesso ou fora de época.

² Capital social é a soma dos conhecimentos e experiências dos grupos que participam de um determinado programa ou projeto.

O Banco do Brasil, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Fazenda, está implantando um programa de garantia da atividade agropecuária para a agricultura familiar – Proagro Mais. Os programas tradicionais e existentes só garantem ao produtor uma indenização dos valores previstos para a lavoura financiada. Já o Proagro Mais garantirá, adicionalmente, 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado.

O Proagro Mais terá as seguintes abrangências:

- Lavouras indicadas pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, no zoneamento agrícola.
- Lavouras de mandioca, mamona, caju, uva e banana.
- Lavouras consorciadas, quando a lavoura principal for zoneada ou uma das previstas no item anterior.

Novas perspectivas

Para que a agricultura familiar modifique sua caracterização de produção, em pequena escala, tornar-se necessária a integração dos atores da cadeia produtiva e a busca contínua de vantagem competitiva, quer seja pela liderança de custos ou pela diferenciação de produtos.

Os agricultores familiares também precisam buscar especialização, para que sua produção encontre novos mercados ou novos nichos.

Os órgãos responsáveis pelo controle e monitoramento da agricultura familiar, no País, podem estimular e propor para esses trabalhadores do campo ações empreendedoras, as quais proporcionarão a geração de desenvolvimento.

Também é bom salientar que boa parte das comunidades de agricultores familiares, que

mantêm princípios comunitários solidários, utilizam-se de redes de cooperação para melhor estruturar sua produção e promover novas parcerias econômicas.

A agricultura familiar brasileira precisa identificar as tendências mundiais que valorizam a demanda por produtos oriundos do pequeno produtor. Os consumidores cada vez mais se importam com a responsabilidade social das empresas e com um comércio mundial mais justo. Produtos agrícolas fabricados e/ou produzidos por agricultores familiares, social e ecologicamente corretos, poderão ter suas demandas e preços mais valorizados do que no mercado convencional. Cabe apenas tornar esse diferencial visível para que o consumidor perceba nesses produtos seu valor agregado.

Referências

- BANCO DO BRASIL. Siagro. Relatórios Internos. Disponível em: <<http://www.bb.agronegocios-e.br>>. Acesso em: 20 out. 2004.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Manual do Crédito Rural** – MCR. Brasília, DF, 2004a. 21 p.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Anuário Estatístico 2003**. Disponível em: <www.bacen.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2004b.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). **Resolução BACEN nº 2.101, de 24 de agosto de 1994**. Crédito Rural. Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE). Safra de verão 94-95. Disponível em: <www.bacen.gov.br>. Acesso em: 13 out. 2004c.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN).. **Resolução CMN/BACEN nº 2.191 de 24 de agosto de 1995**. Crédito Rural – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Disponível em: <www.bacen.gov.br>. Acesso em: 13 out. 2004d.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Pronaf**. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2004.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. **Pronaf**. Disponível em: <www.conab.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2004.
- IBGE. **Censo agropecuário: 1995/1996**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>>. Acesso em: 20 out. 2004.

Banco do Brasil e cooperativas

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

O cooperativismo é reconhecidamente uma das formas mais apropriadas de organização da sociedade, e tem dado mostras de que é um instrumento hábil para melhorar a vida das pessoas, a partir de relações econômicas e de trabalho.

No Brasil, o cooperativismo está enraizado na estrutura socioeconômica, amplamente disseminado em todo território nacional. No âmbito rural, sem dúvida foi um dos pilares do desenvolvimento do agronegócio, principalmente nos períodos iniciais – anos 60 e 70 – com seu pioneirismo na organização das cadeias produtivas, difusão de tecnologia e viabilização de infraestrutura. Recentemente, com a expansão dos demais setores econômicos, o cooperativismo encontrou um campo fértil para se inserir no meio urbano, apresentando-se como uma importante forma de estruturação dos mais diversos ramos de atividade.

O cooperativismo consolida cada vez mais sua participação na economia brasileira, pela modernização do sistema, pela incorporação de tecnologia às suas atividades e pela profissionalização da gestão. Atuante, estruturado e de relevância significativa para a economia do País, o sistema buscou o fortalecimento da sua imagem sistêmica junto à sociedade, com o objetivo de tornar-se conhecido e compreendido como um segmento integrado, unido e forte.

Especialmente o ramo agropecuário, que vive um momento ímpar na sua história, é apontado como uma das soluções para gerar renda, manter e criar postos de trabalho, permitir a inclusão social e promover o desenvolvimento do País.

O Banco do Brasil (BB), como maior instituição financeira do País, dispõe de estruturas específicas e modernas para atender, de maneira diferenciada, todos os segmentos do mercado. Em relação às cooperativas, mantém gerências especializadas que proporcionam estreito relacionamento e procuram, por intermédio de soluções adequadas em produtos, serviços e parcerias para atender às demandas desse segmento.

No Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005, o cooperativismo, mais uma vez, terá papel decisivo na consolidação do ciclo virtuoso do agronegócio brasileiro, e o Banco do Brasil, agente financeiro de maior participação no mercado, está pronto, neste processo, para dar sua parcela de contribuição, orgulhando-se dos laços fraternos que mantém com as cooperativas, pois entende que assim presta importante serviço ao segmento e ao País.

Cooperativismo Brasileiro

O cooperativismo brasileiro está estruturado em treze ramos pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a saber: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, mineral, produção, infraestrutura, trabalho, saúde, turismo e lazer e transporte. (Tabela 1).

A partir da metade da década de 90, o cooperativismo vem apresentando acentuado crescimento no número de organizações, contando hoje com 7.355 cooperativas, 5,762 milhões de cooperados, sendo responsável por 6% do PIB, gerando 182 mil empregos diretos e US\$1,09 bilhão de exportações diretas (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2003).

Tabela 1. Quantidade de cooperativas por ramo, cooperados e empregados.

| Ramo | Cooperativas | Cooperados | Empregados |
|-----------------|--------------|------------------|----------------|
| Agropecuário | 1.519 | 940.482 | 110.910 |
| Consumo | 158 | 1.920.311 | 7.219 |
| Crédito | 1.115 | 1.439.644 | 23.291 |
| Educacional | 303 | 98.970 | 2.874 |
| Especial | 7 | 2.083 | 6 |
| Habitacional | 314 | 104.908 | 2.472 |
| Infra-estrutura | 172 | 575.256 | 5.500 |
| Mineral | 34 | 48.830 | 35 |
| Produção | 113 | 9.559 | 315 |
| Saúde | 878 | 261.871 | 23.267 |
| Trabalho | 2.024 | 311.856 | 4.036 |
| Turismo e lazer | 12 | 396 | 2 |
| Transporte | 706 | 48.552 | 2.099 |
| Total | 7.355 | 5.762.718 | 182.026 |

Fonte: Núcleo de Banco de Dados da OCB – Dezembro/2003.

Tabela 2. Quantidade de cooperativas agropecuárias, cooperados, empregos diretos e pessoas vinculadas.

| | |
|---|-----------|
| Número de cooperativas em atividade | 1.519 |
| Total de agricultores associados | 940.482 |
| Número de empregos diretos | 110.910 |
| Total de pessoas diretamente vinculadas | 1.051.392 |
| Total de pessoas indiretamente vinculadas | 5.256.960 |
| Total de Cooperados, familiares e agregados | 6.308.352 |

Fonte: Núcleo de Banco de Dados da OCB (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2003).

Cooperativas agropecuárias

As cooperativas, além de proporcionar a inclusão social e o resgate da cidadania aos brasileiros, são responsáveis, em virtude do seu pioneirismo, pela organização das cadeias produtivas, difusão tecnológica e viabilização de infra-estrutura.

O sistema cooperativista brasileiro teve uma grande expansão nos anos 60 e 70, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, especificamente no ramo agropecuário.

As cooperativas agropecuárias têm participação entre 35% a 40% no PIB agrícola. Segundo dados estatísticos da OCB, existem atualmente 1.519 cooperativas agropecuárias em atividade, com um total de 940.482 agricultores associados, gerando 110.910 empregos diretos, com 6.308.352 pessoas vinculadas direta e indiretamente (cooperados, familiares e agregados). O setor deverá continuar crescendo em faturamento na ordem de 20% ao ano devido ao desenvolvimento agrícola, ao desempenho dos produtores rurais e a ocupação de novos espaços no mercado (Tabela 2).

Participação das cooperativas na produção agropecuária

Na Safra 2003/04, de 119 milhões de toneladas de grãos, o cooperativismo participou com 25% dessa produção e com 35% da produção agropecuária, conforme demonstrado na Fig. 1.

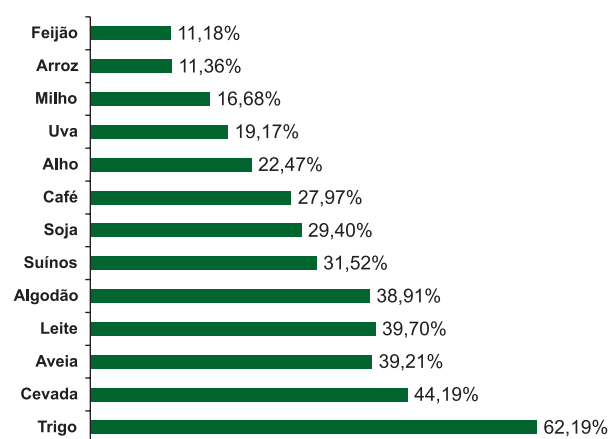


Fig. 1. Participação percentual das cooperativas na produção agropecuária brasileira.

Fonte: Núcleo de Banco de Dados da OCB (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2003).

As cooperativas agropecuárias são responsáveis por 96% do total de produtos exportados por cooperativas, sendo que os produtos mais exportados são: soja, café, carne e açúcar.

Na Safra 2003/04, o Banco do Brasil contratou diretamente com as cooperativas agropecuárias mais de R\$ 1,1 bilhão em operações de crédito rural, nas finalidades de custeio, investimento e comercialização (Fig. 2). Além disso, o Banco do Brasil vem financiando os cooperados de forma individual.

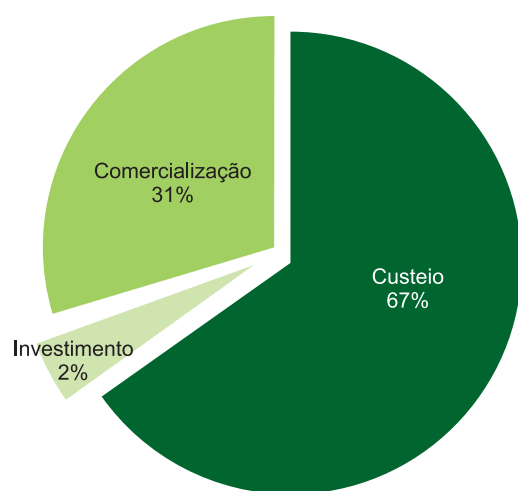


Fig. 2. Banco do Brasil – Crédito Rural – Safra 2003/04. Participação por finalidade das operações realizadas com cooperativas agropecuárias.

Fonte: Banco do Brasil (2004).

Durante a década de 90, as cooperativas agropecuárias passaram por grandes dificuldades financeiras e estruturais. Para mitigar os efeitos do processo de endividamento contínuo e crescente, o governo federal criou mecanismos para renegociação de dívidas, como a Securitização, o Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa) e o Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras (Recoop).

A finalidade do Recoop foi financiar a reestruturação, capitalização e revitalização

das cooperativas agropecuárias, visando ao desenvolvimento auto-sustentado, em condições de competitividade, com resultado na manutenção, geração e melhoria do emprego e renda.

O Banco do Brasil teve uma participação relevante nesse programa, contratando um volume de R\$ 1,235 bilhão, para 172 cooperativas, sendo R\$ 776 milhões em alongamento de dívidas e R\$ 459 milhões em novos créditos.

As cooperativas que obtiveram recursos no Recoop exibiram um crescimento médio no faturamento de 20% entre 2001 e 2003 (FREITAS, 2004). Parte desse crescimento foi devido às exportações, resultando em significativa contribuição ao País, em divisas e ocupação de mão-de-obra.

Cooperativas de crédito rural

Conforme (PINHEIRO, 2004), as cooperativas de crédito são instituições financeiras, constituídas como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeitas a falência, com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados. Regem-se pelo disposto nas Leis nºs. 10.406, de 10.1.2002, 5.764, de 16.12.1971, e 4.595, de 31.12.1964, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil e pelo respectivo estatuto social.

Classificam-se em:

Singulares: as constituídas pelo número mínimo de pessoas físicas necessário para compor a administração da sociedade. Conforme Resolução nº 11, de 27.2.2003, da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), permanecem exigíveis o concurso mínimo de 20 associados para a observância da estrita legalidade dos atos constitutivos e posteriores alterações, para fins de registro na OCB e funcionamento das sociedades cooperativas.

Cooperativas centrais ou federações de cooperativas: as constituídas de, no mínimo, três singulares de crédito.

Confederações de cooperativas: as constituídas, pelo menos, de três federações de cooperativas de crédito ou cooperativas centrais de crédito.

As cooperativas de crédito rural são uma das seis formas de atuação previstas pelo Bacen. São formadas por pessoas que desenvolvem, na área de atuação da cooperativa, de forma efetiva e predominante, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou se dedicam a operações de captura e transformação do pescado.

O Banco do Brasil possui experiência e pessoal qualificado para atuar nesse mercado. Vem conduzindo ações que visam incrementar o relacionamento negocial por meio da criação de produtos, serviços, parcerias/alianças estratégicas e processos negociais, visando o aprimoramento de modelos de relacionamento.

De acordo com os registros do Bacen, (PINHEIRO, 2004), existiam no Brasil 454 cooperativas de crédito rural. Desse total, 437 possuem cadastro no Banco do Brasil, o que representa um percentual de 96% (Fig. 3).

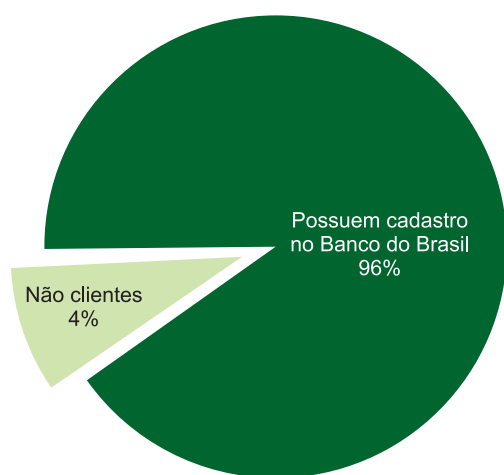


Fig. 3. Cooperativas de crédito rural, clientes do Banco do Brasil.

Fonte: Banco do Brasil (2004).

Embora o percentual de cadastrados no BB seja significativo, o número de cooperativas que desenvolvem todo o seu potencial de negócios é, comparativamente, de menor expressão.

Assim, de acordo com o escopo estratégico definido pelo Banco do Brasil para o segmento cooperativo de crédito rural, o estabelecimento de parcerias e alianças estratégicas com diversos sistemas, por meio de suas centrais ou diretamente com as cooperativas singulares, tem alavancado um crescente volume de negócios cooperativos, organizados e com crescimento real e sustentável.

De acordo com essas premissas, o atendimento aos sistemas cooperativos obedece à seguinte estratificação:

- Atendimento direcionado aos sistemas cooperativos compostos por médios e grandes produtores, voltados à economia produtiva em escala comercial.
- Ao segmento da agricultura familiar e economia solidária, com ênfase ao atendimento aos beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), devido ao alto grau de inclusão social e geração de emprego e renda no campo, propiciada pelo programa.

Essa estratificação demonstra o alinhamento do BB às políticas governamentais de atendimento e apoio aos sistemas produtivos rurais, safra 2003/2004 (Tabela 3).

Tabela 3. Banco do Brasil – Contratação de operações custeio e investimento – Safra 2003/04.

| | |
|---------------------------------|-----------------|
| Cooperativas atendidas | 121 |
| Municípios atendidos | 1.381 |
| Famílias beneficiadas | 55 mil |
| Valor financiado - custeio | R\$ 304 milhões |
| Valor financiado - investimento | R\$ 60 milhões |

Fonte: Banco do Brasil (2004).

Para o atendimento a essas cooperativas, o banco oferece seus produtos e serviços. Entre os principais produtos, destacam-se:

Convênio Compe: que possibilita a integração da cooperativa de crédito ao Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis (SCCOP), envolvendo, entre outros serviços, o fornecimento de cheques cooperativos para uso dos cooperados e a liquidação de documentos compensáveis da cooperativa e de seus associados, centralizando toda a movimentação financeira da cooperativa.

Convênios de Cooperação Técnica Operacional e Financeira: que viabiliza o acesso ao crédito rural de custeio e de investimento a um maior número de produtores rurais, com a interveniência das cooperativas.

Referências

BANCO DO BRASIL (BB). **Cooperativa: Financiamentos, Programas Específicos e Convênios.** 2004. Disponível em <www.agronegocios-e.com.br>. Acesso em: 2 set. 2004.

FREITAS, MÁRCIO LOPES DE. A Força das cooperativas no campo. **Campo Aberto**, n. 72, jun. 2003. Seção Cenário. Disponível em: <http://www.massey.com.br/portugues/campo/campo_aberto.asp>. Acesso em: 13 set. 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS (OCB). **Dados-Dezembro/2003.** Disponível em: <www.ocb.org.br>. Acesso em 09 set. 2004.

PINHEIRO, MARCOS ANTONIO HENRIQUES. **História da evolução normativa no Brasil.** – Banco Central do Brasil (BACEN). 2004. Disponível em: <www.bcb.org.br>. Acesso em: 22 set. 2004.

Soluções inovadoras para o agronegócio

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

Introdução

O Brasil produz 122 milhões de toneladas de grãos por ano, é o primeiro produtor mundial de café, açúcar e suco de laranja, e o segundo produtor mundial de milho, soja, frango e carne bovina, mas precisa aperfeiçoar suas formas de comercialização. O Banco do Brasil (BB), como uma instituição financeira que tradicionalmente investe no agronegócio, foi pioneiro na disponibilização de novos canais para atender toda a cadeia do agronegócio que, até então, só contava com as formas tradicionais de comercialização. A seguir, destacam-se três desses novos mecanismos: site Agronegócios-e, Cédula de Produto Rural (CPR) e Mercados Futuros e de Opções.

Site Agronegócios-e

O site Agronegócios-e foi criado a partir de decisão estratégica do Conselho Diretor do Banco do Brasil em 1999, com o objetivo de trazer o setor de agronegócio para o mundo moderno das transações on-line. Comprar. Vender. Negociar. Leiloar. Contratar. Pagar. Financiar. Transportar. E ainda manter-se informado. Tudo em um único endereço: www.agronegocios-e.com.br, que também pode ser acessado por meio de link específico (agronegócios) no menu "Sala de Negócios" do Portal do Banco do Brasil (www.bb.com.br).

As possibilidades oferecidas por esse site permitiram que o comércio eletrônico se

consolidasse como uma importante ferramenta de comercialização para os agroempresários brasileiros. Para um país com as dimensões territoriais do Brasil, tão indispensável quanto plantar, tão fundamental quanto colher é encontrar a melhor forma de comercializar a produção.

Nesse cenário, o site Agronegócios-e confirma que a comodidade e a eficiência, associadas ao comércio eletrônico, contribuem para facilitar a alavancagem de negócios nesse setor produtivo, que é responsável por 42% da exportação brasileira e, em 2003, representou 33% do PIB nacional, conforme o Ministério da Agricultura (BRASIL, 2003). Um setor com tamanha expressão não podia deixar de usar a Internet como facilitador para ampliação e fortalecimento dos mercados.

Em um campo que vem sendo cultivado com profissionalismo, criatividade e eficiência, e que tem tido colheitas fartas, é de se esperar a realização de muitos negócios no site. O Balcão de Agronegócios, principal ferramenta de comércio eletrônico do site, movimentou desde o seu lançamento R\$ 5,72 bilhões em mais de 201 mil operações em 2004, acumulando R\$ 2,24 bilhões em negócios, com 73,3 mil operações realizadas, conforme dados internos (BANCO DO BRASIL, 2004). O Balcão de Agronegócios conta hoje com pouco mais de 200 mil usuários habilitados, e o número de clientes do Banco do Brasil com perfil de agronegócio ultrapassa um milhão, o que

demonstra o grande potencial de expansão dos negócios em curto prazo.

O perfil dos usuários do site é bastante variado. Essa característica exige do banco estratégia permanente para atração e conquista de todos os nichos desse mercado, como o desenvolvimento de novas ferramentas e adequação da navegabilidade do site. Dessa maneira, o Agronegócios-e atende tanto aos grandes produtores rurais e agroindústrias, acostumados com as novidades tecnológicas, como também aos pequenos produtores, que antes não dispunham desse tipo de ferramenta.

Como o acesso à internet no Brasil ainda é deficitário em muitas regiões, o Banco do Brasil disponibiliza sua estrutura física e capacita seus funcionários para que os clientes tenham condições de realizar negócios no site. Nesse sentido, o banco beneficia-se da capilaridade da sua rede de agências, que cobre todo o território nacional e conta com mais de quatro mil pontos de atendimento, e contribui com o projeto de inclusão digital desenvolvido pelo governo federal.

Além de disponibilizar conteúdo direcionado aos produtores rurais, o site Agronegócios-e também oferece conteúdo segmentado para agroindústrias e cooperativas. A arquitetura de informações do site dinamiza a navegação nas páginas sobre produtos e serviços do Banco do Brasil voltados para cada perfil de cliente.

O conteúdo do site, comum a todos os segmentos, conta com notícias, cotações de mercado físico e mercado futuro, divulgação de feiras e exposições do agronegócio, previsão meteorológica e simuladores de financiamentos. Os clientes habilitados têm acesso à “Sala de Agronegócios”, ambiente no qual encontram-se informações técnicas e de mercado fornecidas por especialistas contratados pelo banco.

Comércio Eletrônico

O comércio eletrônico no Brasil vem se desenvolvendo a passos largos. Estimativas de

especialistas apontam crescimento de 53% no primeiro semestre de 2004, em relação ao mesmo período em 2003. As vendas em 2004 estão estimadas em 1,8 bilhão, não incluindo as vendas de passagens aéreas, automóveis e sites de leilão, e o número de usuários em 2,75 milhões.

O banco, assim como outras instituições financeiras, vem investindo muito no canal internet, e no agronegócio não podia ser diferente. Os aplicativos de negócios do site permitem ao agroempresário realizar diversas atividades sem sair de sua fazenda ou escritório, tudo com a comodidade e agilidade que a internet oferece.

Todos os serviços de comércio eletrônico contam com *fechamento on-line* dos negócios e liquidação financeira realizada pelo Banco do Brasil. Para um melhor entendimento, a seguir, detalharemos como funciona cada um dos aplicativos de negócio:

Balcão de Agronegócios

É um sistema que permite aos clientes, via internet, registrarem suas ofertas de compra e venda de bens e serviços com fechamento de negócios on-line e com visibilidade a todos os clientes previamente habilitados. O acesso ao sistema é feito pela página principal do site (seus negócios – balcão de agronegócios).

Podem participar os clientes previamente habilitados. A habilitação é feita na agência de relacionamento do cliente mediante a assinatura de termo de adesão.

As ofertas (compra ou venda) são classificadas por categorias, para facilitar a inclusão e busca de negócios em ambiente totalmente seguro.

A realização de negócio, via balcão, terá quatro etapas:

- Pré-negociação: o participante habilitado cadastra a oferta no sistema e a libera ao mercado.
- Negociação: visualização das ofertas pelos clientes habilitados, manifestação de interesses e fechamento dos negócios. Aqui

acontecerá o lance, as contra-ofertas e os pedidos de reserva.

- **Fechamento:** o sistema processa os lances, contra-ofertas e pedidos de reserva aceitos e apura o vencedor.
- **Pós-negociação:** o sistema informa as condições de fechamento do negócio, controla a entrega da mercadoria e realiza a liquidação financeira do negócio.

O que pode ser ofertado e negociado:

- **Produtos agropecuários:** máquinas (colheitadeiras, tratores de pneus e de esteira), produtos agrícolas (frutas, hortaliças, flores, algodão, arroz, café, feijão, mandioca, milho, soja, trigo e triticale).
- **Insumos:** sementes (algodão, arroz, café, milho, soja e triticale), fertilizantes, corretivos de solo, defensivos e nutrição animal (ração).
- **Equipamentos:** plantadeiras/semeadeiras, pulverizadores, arados e grades.
- **Benfeitorias rurais.**

O pagamento das mercadorias/serviços será somente à vista, com a possibilidade de débito em conta corrente, débito na conta de financiamentos que o cliente tenha previamente formalizado com o banco e débito na conta de CPRs que o cliente tenha previamente emitido.

Os benefícios para o vendedor e para o comprador são, respectivamente:

Vendedor:

- a) Preços justos.
- b) Ampliação do mercado.
- c) Comodidade, praticidade, segurança e confiabilidade do Banco do Brasil.
- d) Liquidação financeira das operações administradas pelo Banco do Brasil.
- e) Maior agilidade e sem a figura do atravessador.

Comprador:

- a) Redução de custos (gasto com estrutura física, com corretor).
- b) Ampliação do mercado.
- c) Comodidade, praticidade, segurança e confiabilidade do Banco do Brasil.
- d) Liquidação financeira das operações administradas pelo Banco do Brasil.
- e) Maior agilidade.

Sala de CPR:

Este ambiente foi preparado especialmente para quem emite e compra BB CPR, a moeda forte do campo, totalmente garantida com o aval do Banco do Brasil. Em tópico específico, apresentaremos mais detalhes sobre a CPR.

Além de comprar BB CPR no Balcão de Agronegócios, é possível também consultar e fazer download da carteira do cliente, emitir certificado de custódia, consultar emissões e o teto operacional, fazer simulações, entre outras facilidades.

O acesso às facilidades dessa sala é liberado a clientes previamente habilitados.

Sistema de Comercialização de Grãos:

Os interessados em comprar ou vender grãos deverão ser habilitados ao Sistema por suas agências de relacionamento. Para os clientes (pessoas físicas) que não tenham prática de navegação na internet, as agências do banco poderão auxiliá-los como seus representantes. O acesso ao ambiente de comercialização de grãos é feito na página principal do site (seus negócios – grãos).

Ao clicar no link “Grãos”, será aberta uma página específica “Sala de Grãos” na qual estão disponibilizados a Agenda (por produtos, com as respectivas datas e horários das negociações), o menu de funcionalidades, o Regulamento, a Tabela de Tarifas e o Texto de Ajuda, além das cotações do mercado físico e futuro.

No ambiente de Comercialização de Grãos, os habilitados podem incluir/excluir

ofertas, acompanhar negócios, dar lances e contra-ofertas, utilizar defesa de preço em caso de oscilações do mercado e aceitar contra-ofertas, além de acompanhar as cotações dos mercados físico e futuro e dos negócios realizados no âmbito do Sistema Grãos. A inclusão dos produtos para oferta no “Grãos” é feita diretamente pela Internet, em modelo de formulário específico para cada produto.

As negociações são realizadas em “Salas” por produto, ambiente de negócio específico que somente estão disponíveis nos horários estabelecidos na agenda, e poderão ocorrer separadamente ou simultaneamente, dependendo do horário que melhor atenda os mercados de cada produto.

Sistema de comercialização de fretes:

O sistema de comercialização de fretes viabiliza a realização de negócios de compra e venda de serviços de logística. Seu objetivo é disponibilizar alternativas de logística eficientes e facilitar o escoamento de mercadorias do segmento do agronegócio. O acesso ao ambiente de comercialização de grãos é feito na página principal do site (seus negócios – fretes).

Os serviços são executados por empresas de logística habilitadas pelo Banco do Brasil, e incluem a contratação de frete em todas as modalidades de transporte, despachante, registros, estufagem, agente do armador e outros que se fizerem necessários ao transporte, à movimentação e ao despacho aduaneiro de mercadorias.

A participação no sistema é permitida somente para clientes do Banco do Brasil. O cliente interessado em participar do sistema, para comprar ou vender serviços de logística, deve procurar sua agência de relacionamento para fazer a habilitação.

O processo de habilitação compreende:

- Análise cadastral por parte do banco.
- Indicação de representante para operar o sistema em seu nome, obrigatória para pessoa jurídica.

- Formalização de Termo de Adesão ao Regulamento do Sistema de Comercialização de Fretes e, se for o caso, de Procuração nomeando o representante.

Depois de habilitados, os participantes do sistema são identificados como: Cliente Solicitante – cliente interessado em contratar serviços de logística (produtores rurais, criadores de animais, cooperativas, associações, agroindústrias, supermercados, processadoras, beneficiadoras, etc.) ou operador de transporte – empresa de logística que oferece seus serviços aos clientes.

A negociação no sistema é simples e segura. Veja como funciona:

- Cliente solicitante cadastra e envia o pedido de cotação a um ou mais operadores de transporte de sua escolha.
- Cada operador de transporte, com base no pedido de cotação, elabora e envia a cotação ao cliente solicitante.
- Cliente solicitante recebe a cotação e, se aceitá-la, emite a ordem de serviço.
- Sistema debita na conta corrente do cliente solicitante, pelo valor da ordem de serviço, acrescido da tarifa, para liberação ao operador de transporte após a conclusão do serviço.
- Operador de transporte recebe a ordem de serviço, executa o serviço contratado e envia o comunicado de conclusão de ordem de serviço.
- Cliente solicitante certifica-se da conclusão do serviço e efetua a liberação do pagamento ao operador de transporte.

As partes podem ter certeza da conclusão do negócio. O operador de transporte recebe a autorização para executar o serviço após confirmado o pagamento pelo cliente solicitante. E o cliente solicitante autoriza a liberação do pagamento ao operador de transporte depois de confirmada a execução do serviço nas condições negociadas.

As regras do negócio estão no documento “Sistema de Comercialização de Fretes – Regulamento”, disponível no [link “Fretes”](#) no site.

Cadastramento e acompanhamento de propostas de financiamentos

É um sistema desenvolvido pelo Banco do Brasil para possibilitar o acolhimento e o acompanhamento de propostas de financiamento de produtos da cadeia do agronegócio pela Internet. O acesso é feito na página principal do site (seus negócios – Propostas de Financiamento). O acesso se dá pela página principal.

Podem participar todos os clientes do banco, pessoas físicas ou jurídicas, previamente habilitados pelo banco como participantes que, dependendo das ações executadas no sistema, assumirão as seguintes qualificações:

Comprador: o interessado em incluir propostas de financiamento.

Revendedor: o interessado em vender seu produto ao comprador.

Fabricante: o interessado que o seu revendedor venda o produto ao comprador.

Os participantes poderão incluir propostas de financiamento no Sistema, bem como acompanhar a situação daquelas propostas das quais façam parte como comprador, revendedor ou fabricante. O participante comprador concorda que os participantes revendedor e fabricante possam registrar no Sistema propostas de financiamento para lhe vender um ou mais produtos.

A proposta registrada pelos participantes revendedor e fabricante não implica nenhuma obrigação ao participante comprador e será analisada somente após a sua concordância. Os participantes concordam de forma irrestrita com a disponibilização das informações de sua proposta, para visualização e acompanhamento na internet, pelos demais participantes (comprador, revendedor e fabricante) da referida proposta, bem como da utilização dessas informações.

É disponibilizado ao participante somente as informações das propostas das quais esteja qualificado como comprador, revendedor ou fabricante e que tenha sido informado o seu

CPF/CNPJ, quando do registro da proposta. A apresentação da proposta de financiamento não implica aprovação do crédito. A aprovação está condicionada à análise, deferimento pelo banco e disponibilidade de recursos financeiros.

Em breve, será lançado o ambiente Mercado Futuro e de Opções, que permitirá ao cliente a simulação de contratos de opções de compra e de venda a partir de dados por ele informados (produto, quantidade, preço, etc.).

Com os aplicativos anteriormente descritos, o site de Agronegócios do Banco do Brasil é o único site brasileiro de comercialização de bens e serviços do agronegócio com fechamento online. O Agronegócios-e elimina a figura do atravessador e permite que as duas partes, vendedor e comprador, acompanhem em tempo real todo o processo, da oferta até o fechamento. Toda a transação é completada no mesmo ambiente. O cliente não sai nenhuma vez de onde está, seja para comprar ou vender. E o site pode ser acessado a qualquer momento do dia, sem limitação de horários para negociações.

Apesar da especialização das ferramentas de comércio eletrônico, o maior diferencial do site Agronegócios-e é a liquidação financeira completa dos negócios, com a possibilidade de débito em conta corrente, débito na conta de financiamentos que o cliente tenha previamente formalizado com o BB e débito na conta de CPRs que o cliente tenha previamente emitido. Os valores envolvidos nas transações são liberados para o cliente vendedor somente após a entrega do produto ou serviço nas características acertadas e com a anuência do cliente comprador.

A segurança é um fator de extrema importância no mundo virtual, e especialmente para o Banco do Brasil. Todos os ambientes de realização de negócios são criptografados e exigem alto grau de codificação do *browser*. O acesso depende da informação de dados básicos da conta e da senha de uso pessoal.

O próximo desafio para o Agronegócios é buscar integração com o Balcão de Negócios Internacionais, serviço de comércio eletrônico do Banco do Brasil voltado para a exportação. Com isso, os médios e grandes produtores brasileiros poderão oferecer seus produtos para o mercado internacional via Internet.

Cédula de Produto Rural (CPR)

Até a década de 80, o produtor dispunha de poucos mecanismos para viabilizar a formação de suas lavouras. As necessidades de crédito eram supridas basicamente por financiamentos de custeio, oferecidos pelo sistema bancário, com participação expressiva do Banco do Brasil e muito embasados em recursos oficiais. Mudanças na conjuntura econômica, como aumento das taxas internacionais de juros e problemas internos de ordem fiscal, obrigaram o governo a limitar a concessão de empréstimos às disponibilidades orçamentárias, induzindo o mercado a criar mecanismos próprios para financiamento do agronegócio, estimulando, com isso, a comercialização antecipada e a troca de insumos por produtos.

Nesse contexto, surgiu em 1994 a Cédula de Produto Rural (CPR), com a qual os produtores passaram a contar com um novo instrumento para alavancar recursos para o financiamento de seu empreendimento, com venda antecipada de sua produção. As *tradings*¹ e as empresas de insumos passaram a ter condições de realizar seus negócios com os produtores rurais de forma mais adequada e com menos riscos. As *tradings* passaram a comprar antecipadamente os produtos necessários ao cumprimento de seus compromissos e as empresas de insumos a melhor viabilizar a venda de seus produtos (sementes, fertilizantes e herbicidas) sem a dependência do crédito rural oficial, cada vez mais escasso.

Esse novo mecanismo possibilitou ao produtor rural dotar sua lavoura da tecnologia

indispensável à obtenção de alta produtividade, bem como decidir pelo momento adequado de comprar seus insumos, adequando os juros cobrados pelos seus fornecedores à rentabilidade de suas lavouras.

O Banco do Brasil, desde o início, vem participando desse processo, fomentando a utilização da CPR por intermédio da concessão de aval, o que dá credibilidade ao título perante o mercado.

Diante da escassez de recursos oficiais para suprir as necessidades de recursos para o financiamento da atividade agropecuária, a CPR mostrou-se um instrumento de comercialização sem par no mercado, principalmente depois da instituição da modalidade Financeira em 2000. Com a nova modalidade, em vez da obrigatoriedade de entrega física da mercadoria para resgatar a cédula, o emitente também pode optar pela liquidação em espécie, o que significa dizer que a sua obrigação se configura a um financiamento rural, com todos os seus desdobramentos. Em outras palavras, a CPR Financeira propicia ao produtor levantar recursos para o plantio, mas não garante a comercialização, como é o caso da CPR com entrega física de produto. Essa modalidade, portanto, exige dos produtores rurais um melhor planejamento da atividade, inclusive do período de comercialização, vez que a grande maioria depende da venda da safra para liquidá-la.

Apesar do pouco tempo de seu lançamento, o mercado já sentiu que o negócio é bom. A CPR Financeira atraiu o interesse de bancos e fundos de investimentos, causando “barulho” no mercado financeiro. Para os investidores institucionais que não desejam ou não se interessam em receber produto, essa nova forma de liquidação da CPR foi um “achado”. O grande atrativo do papel está na credibilidade oferecida pelas instituições financeiras, que conferem autoliquidez ao título, mediante concessão de aval ao emitente.

O Banco do Brasil, principal intermediador dessas operações, já avalizou, desde o início do título, em 1994, mais de R\$ 7 bilhões, posição em setembro/2004, conforme demonstra a Fig. 1.

¹ *Tradings* são empresas que comercializam grãos e outros produtos agrícolas.

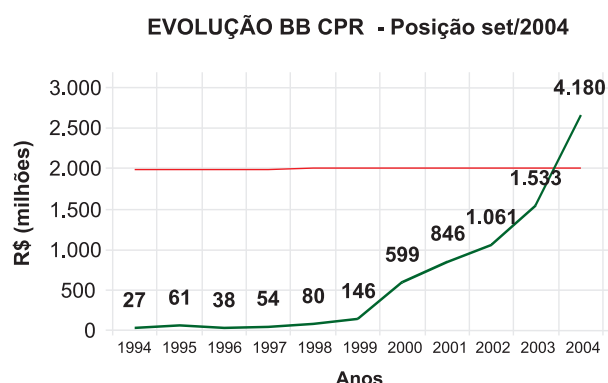


Fig. 1. Cédula de Produto Rural (CPR) – Evolução dos negócios.

Fonte: Banco do Brasil, Diretoria de Agronegócios (2004).

Sem dúvida, as duas modalidades de CPR oferecem mais tranquilidade ao emitente. No entanto, quem for emitir uma cédula deverá estar municiado de informações sobre os mercados à vista e futuro para se decidir quanto à melhor forma de resgate a ser utilizada. Por exemplo, a emissão de uma CPR Financeira, próxima à colheita, vai propiciar a alavancagem de recursos para cumprir compromissos anteriores ao plantio, permitindo ao produtor adiar a comercialização da safra para época mais oportuna – fora do pico –, o que poderá redundar em maior lucratividade.

No ano de 2004, as operações com CPR ultrapassaram os R\$ 4 bilhões, com o atendimento dos mais variados setores do agronegócio e uma grande diversificação de produtos agropecuários, conforme Tabela 1.

Outra peculiaridade da CPR é a sua capacidade de adequação aos mecanismos de proteção de preços dos mercados futuros e de opções, em função da padronização dos produtos (qualidade, quantidade e prazo de vencimento), similar aos contratos futuros das commodities negociadas em bolsas. Assim, tanto vendedores quanto compradores podem minimizar seus riscos, de mercado e de preços, conjugando a emissão/

Tabela 1. Cédula de Produto Rural (CPR) - Negócios realizados em 2004 por produto.

| Produto | Nº CPR | Valor (R\$) |
|-----------------|---------------|----------------------|
| Soja | 19.027 | 1.564.103.095 |
| Bovinos | 17.018 | 909.865.178 |
| Café | 9.319 | 473.759.081 |
| Milho | 4.868 | 415.329.469 |
| Algodão | 1.067 | 360.304.251 |
| Arroz | 3.064 | 231.546.190 |
| Trigo/Triticale | 1.014 | 37.290.487 |
| Suínos | 631 | 27.469.591 |
| Cana-de-açúcar | 345 | 24.407.853 |
| Frutas | 445 | 25.395.614 |
| Hortaliças | 199 | 20.873.018 |
| Sementes | 92 | 14.753.089 |
| Feijão | 163 | 14.140.693 |
| Outros | 1.104 | 60.890.029 |
| Total | 58.356 | 4.180.127.638 |

Fonte: Banco do Brasil - Diretoria Agronegócio (2004).

aquisição da Cédula com um *hedge*², mecanismo bastante disseminado no setor do agronegócio.

A CPR oferece, hoje, um leque de possibilidades de negócios para toda a cadeia do agronegócio, abrindo novos mercados, principalmente depois do lançamento da CPR Exportação. Todos esses atributos conferem à CPR enorme potencial, assinalando-a como instrumento de venda antecipada altamente promissor para a atividade agropecuária.

Entre as várias modalidades negociais disponibilizadas, pode-se citar a CPR com vínculo de Nota Promissória Rural (NPR), nas situações em que o produtor vende sua produção e recebe o pagamento em NPR. Nesses casos, o produtor pode emitir uma CPR Financeira para se capitalizar imediatamente, deixando as NPRs em cobrança no banco. Quando do pagamento das NPRs pelo comprador, o produtor liquida a CPR Financeira.

Outra forma desenvolvida pelo Banco do Brasil foi a CPR Estrada. Vários produtores de Mato Grosso se uniram, em parceria com o governo daquele estado (uma das primeiras experiências das parcerias público-privada),

² Método de garantia para comprar e vender em mercados futuros. O método de garantia visa minimizar riscos não favoráveis em virtude das oscilações ou mudanças de preço.

para que fossem construídas estradas vicinais, viabilizando uma melhoria no escoamento da produção e diminuição com os gastos com os transportes. Nesse modelo, os produtores emitem a CPR Financeira e, juntamente com o governo, conseguem levantar recursos necessários à construção das estradas.

Com a CPR Insumo, o Banco do Brasil tem propiciado aos produtores rurais recursos para a aquisição antecipada de insumos. O produtor consegue ganhar dos dois lados. Obtém uma menor taxa de juros com o Banco do Brasil e consegue melhorar sua negociação com os fornecedores de insumos, aproveitando épocas de preços mais favoráveis.

Com as estruturas de aquisição de CPR com recompra e risco conveniado, o banco atende tanto o produtor rural como as empresas interessadas em garantir seu abastecimento de matérias-primas. O banco adquire as CPRs previamente ajustadas entre produtor rural e empresa conveniada, mantém o título em sua carteira e, no seu vencimento, repassa à empresa que receberá o produto. A alternativa de risco conveniado, com impacto no limite de crédito da empresa, também pode ser utilizada em CPRs Financeiras.

Mais recentemente, foi disponibilizada ao mercado a CPR Remate, com foco nos leilões de animais. Os produtores que venderam seus animais nos leilões e receberam pagamento em Nota Promissória (NP), Nota Promissória Rural (NPR) ou mesmo cheques, puderam, com o novo produto, levantar recursos imediatamente, com a emissão de CPR Financeira, dando em garantia os recebíveis. O lançamento ocorreu no mês de setembro de 2004, na Expointer – RS.

Por tudo isso, é fácil entender porque a CPR é a moeda forte do campo. A CPR, como moeda de compra, pode ser utilizada no canal de venda do Banco do Brasil, como no Balcão de Agronegócios, o qual permite que o produtor possa estar realizando *mix* da CPR com outras linhas de financiamento. Isso significa que o produtor pode, por exemplo, ao mesmo tempo receber recursos controlados e complementar com a emissão da CPR os recursos necessários

à implantação de seu empreendimento agropecuário.

Mercados Futuros e de Opções

Mercados Futuros

Entre as principais dificuldades apontadas pelo agronegócio brasileiro – tanto dos produtores rurais como das agroindústrias e de outras empresas – está a garantia de comercialização por preços justos, obviamente acima dos custos de produção, de forma a possibilitar a manutenção ou o incremento das atividades.

Com os problemas climáticos cada vez mais freqüentes, os altos subsídios concedidos e os preços muitas vezes artificialmente formados, os produtores rurais começam a analisar as cotações dos preços futuros antes de tomar a decisão pela venda a termo, dificultando, em alguns casos, a comercialização antecipada com as *tradings*.

Dessa forma, a proteção de preços futuros em Bolsas de Mercadoria e de Futuros não só é essencial para os segmentos participantes como para a redução de riscos de uma série de agentes envolvidos com o agronegócio.

Com isso, além de maior parceiro do agronegócio, no tocante a concessões crescentes de recursos, via Créditos e CPR, o Banco também vem se esforçando para disseminar a cultura do *hedge* no Brasil, de forma que os produtores e as agroindústrias/*tradings* possam ter as mesmas condições de agentes dos EUA e da União Européia (UE), por exemplo.

Admite-se que é necessário desmistificar o *hedge* agropecuário, de forma a diferenciá-lo das operações em Bolsas de Valores. Ambos são essenciais para o desenvolvimento do País, mas o *hedge* em Bolsa de Mercadorias e Futuros (Bolsas de Chicago, Nova Iorque e BM&F), além de proteger a renda dos agentes do agronegócio, tem risco próximo ao “zero”, pois eventuais ajustes pagos nas operações são compensados posteriormente pelos acréscimos/decréscimos nos preços dos produtos agrícolas ou matérias-primas. Assim, possíveis perdas restringem-se aos custos

operacionais, aliás muito baixos (cerca de 0,7% do valor das operações quando na BM&F).

Evoluído a partir do mercado a termo, o Mercado Futuro foi desenvolvido para minimizar os riscos causados pelas variações de preços e padronizar a comercialização dos principais produtos agropecuários. No Mercado Futuro de produtos agropecuários, alguns também chamados *commodities* são negociados contratos. Alcool, açúcar, bezerro, boi, café, soja, algodão e milho são as *commodities* agropecuárias mais comumente negociadas nas Bolsas de Futuros. No Brasil, os negócios são mais realizados na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) de São Paulo, mas pode-se operar também na Bolsa de Chicago (complexo-soja), Bolsa de Nova Iorque (açúcar, algodão, café, cacau e suco de laranja) e outras.

Nesse mercado, compradores e vendedores, representados por seus corretores, encontram-se para negociar posições futuras – compras ou vendas –, gerando ou sinalizando expectativas de preços. As cotações futuras são indicativos, sinalizados a partir de componentes de previsões de safras, estoques, escassez e abundância, determinados pela ocorrência de eventos climáticos e pela lei de oferta e procura.

Assim, servem para fixar antecipadamente – e à vista dos custos de produção conhecidos – o preço máximo de compra ou preço mínimo de venda do produto (ativo-objeto) em uma data futura (operação de *hedge*) nos meses autorizados pelas Bolsas.

Note-se que as proteções são de natureza financeira – como se a fazenda ou agroindústria se situasse dentro das Bolsas – e que os produtores rurais continuarão vendendo seus produtos físicos, e as empresas comprando, para os seus habituais compradores/fornecedores em suas cidades.

Os mercados futuros se destinam a:

- Produtores rurais, associações de produtores e cooperativas agropecuárias que ainda não garantiram o preço futuro do produto – fazem a venda de contratos futuros, ou a compra de Opções.

- Agroindústrias e empresas que utilizam produtos como matéria-prima ou para consumo ou, ainda, para comercialização – fazem a compra ou a venda de contratos futuros ou ainda a compra de Opções:

- a) Compra de contratos futuros: quando essas empresas não tiverem garantido o preço máximo de compra do produto.

- b) Venda de contratos futuros: quando essas empresas já tiverem garantido o preço máximo de compra, mas com riscos de quedas.

Mercado de Opções

Integrante do conceito de proteção de preços futuros (*hedge*), o Mercado de Opções é uma evolução do Mercado Futuro e vem desenvolvendo-se mais que aquele.

Enquanto em Mercados Futuros fixa-se um preço-alvo – à vista dos custos de produção – que possibilite antecipadamente uma boa margem, no Mercado de Opções se garante, também antecipadamente, tal preço cotado no Mercado Futuro. Ou seja, em Futuros, os preços podem oscilar diariamente com os agentes recebendo ou pagando ajustes em suas contas-correntes segundo os valores “hedgeados”; já em Opções não há ajustes nas contas-correntes, pois o preço futuro já foi garantido pelo pagamento de um prêmio.

Obviamente, sempre a Opção dependerá da oscilação da cotação no Mercado Futuro a que está vinculado. Mas, ao comprar a Opção, o agente pagará um prêmio que lhe garante o direito de negociação, garantindo o recebimento do valor negociado, se favorável. As Opções assemelham-se a um “Seguro de Carros” em que se paga um prêmio no valor de até 10% do valor do veículo para protegê-lo antecipadamente contra roubos, colisões etc., só que são muito mais baratas.

Conclusões

Como o Banco atua?

Intermediando as negociações, por meio de corretoras credenciadas, que representam os agentes do mercado no pregão das Bolsas.

Todas as agências estão preparadas para orientar o cliente sobre e como efetivar as operações de *hedge*, operações essas dirigidas exclusivamente para produtores rurais e agroindústrias/*trading*.

Existem algumas perguntas que são comuns entre os produtores e que ouvimos com frequência:

- Eu vendo meu produto pela CPR Física ou troco por insumos com as *Trading*/Agroindústrias? E se, na época da colheita, o preço subir? Eu não ganho a diferença de preço? Como participar de possíveis altas?
- Na CPR Financeira, se o preço do meu produto cair, o prejuízo é meu?, Como me garantir contra as quedas?
- Como posso me proteger das oscilações de preços se já vendi meu produto?
- Se achar que o preço vai subir, devo deixar o meu produto estocado e aguardar?
- Existe algum contrato que me garanta um preço-mínimo no futuro?
- Vendi/comprei um imóvel rural em equivalente soja ou boi. Como me proteger de queda/alta dos preços na época do pagamento?
- O que devo plantar na próxima safra, à vista de meus custos de produção? Como garantir preliminarmente uma margem mínima?

Essas perguntas refletem a preocupação dos agropecuaristas que não estão acostumados com as operações nos Mercados Futuros e de Opções. Eles temem pela oscilação do preço de seus produtos no mercado físico, que possivelmente levaria à queda da renda e até à provável expulsão da atividade em longo prazo.

O Banco tem inúmeros casos de sucesso que comprovam a eficiência dos Mercados Futuros e de Opções na manutenção/ampliação da Renda Agrícola. Também já desenvolveu uma série de CPRs vinculadas a esses Mercados Futuros e de Opções – chamadas de CPRs Financeiras Seguro de Preços – em que é possível garantir a renda preliminarmente e antecipar até 30% mais de recursos imediatos – ante as sem *hedge* – para a compra de insumos agrícolas e animais de reposição até 8 meses antes de suas necessidades, ou seja, por preços muito mais baratos.

Os produtores rurais e agroindústrias/*trading* que já efetivaram as suas proteções anteriormente no Banco do Brasil mostram-se satisfeitos com os resultados e têm colaborado para disseminar as necessidades de trabalhar sempre protegidos, informando, também, aos outros sobre o elevado risco de não se proteger.

Combinando as operações, de *hedge*, em Mercados Futuros, de Opções com emissões de CPR, a compra de insumos e fretes e a venda de produtos pelo Balcão Eletrônico e outros negócios, o Banco do Brasil está apto a contribuir para aumentar a rentabilidade do agronegócio brasileiro.

Referências

BANCO DO BRASIL. Diretoria de Agronegócios. **Sistema de Gerenciamento da CPR**. Relatórios Gerenciais 2004. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Estatísticas: Agronegócio Brasileiro**. Agronegócio brasileiro: uma oportunidade de investimentos. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2004.

Investimento agropecuário

Âncora do desenvolvimento

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

Com a consolidação da estabilidade da economia brasileira, a atividade produtiva recebeu forte impulso de expansão, que pode ser observado especialmente nos últimos dois anos.

O agronegócio, particularmente, vem apresentando crescentes números, tanto em produção como em produtividade e saldos comerciais. Projeções indicam, para 2004, um volume total de R\$ 522,39 bilhões em produção, ante os R\$ 508,27 bilhões observados no ano de 2003, conforme informações da Confederação Nacional de Agricultura (2004a, 2004b).

As perspectivas, em relação à participação nas exportações, também indicam forte crescimento: no período de janeiro a agosto de 2004, o saldo da balança comercial do agronegócio já atingiu a cifra de US\$ 31,6 bilhões, conforme informações CONAB (2004), 34,5% superior aos US\$ 23,5 bilhões observados no mesmo período de 2003. Esses números indicam que, dos US\$ 24 bilhões de saldo em 2003, a balança do agronegócio deverá fechar em aproximadamente US\$ 32,5 bilhões ao final de 2004.

O forte ritmo de crescimento do agronegócio brasileiro vem demandando expressivo volume de recursos para financiamento de novos empreendimentos ou para melhoria da produtividade e das tecnologias utilizadas.

Por conseqüência do crescimento, surgem novas necessidades de apoio à produção, bem como à infra-estrutura de escoamento da safra.

Essa crescente necessidade de investimentos levou o governo federal a priorizar recursos

para aplicação em créditos de investimento, utilizando diversas fontes orçamentárias disponíveis para o crédito rural.

Para a safra 2004/2005, foi definido um montante de R\$ 10,7 bilhões. Desse total, R\$ 8,6 bilhões são provenientes dos programas do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (BRASIL, 2004), com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES/Finame) (Fig. 1).

Os Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), Norte (FNO) e Nordeste (FNE) participarão com R\$ 2 bilhões, e os R\$ 100 milhões restantes serão obtidos junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

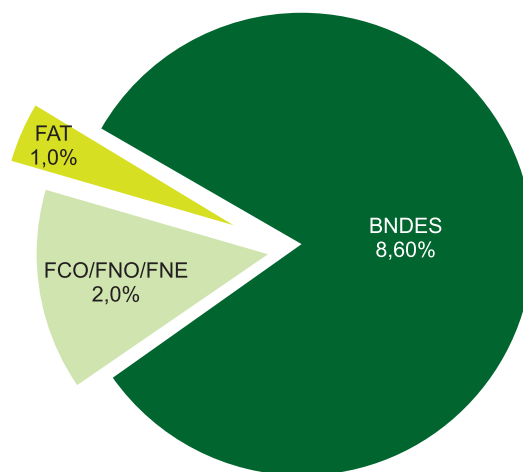


Fig. 1. Investimento agropecuário 2004/2005 (em bilhões).

Fonte: Banco do Brasil (2004b).

As linhas de crédito do BNDES/Finame receberam incremento de 117% no volume de recursos previsto para aplicação – os créditos concedidos na safra 2003/2004 somaram R\$ 3,97 bilhões.

Os créditos de investimento agropecuário destinam-se ao financiamento de bens e serviços, cujo desfrute se estenda por vários períodos da atividade rural. Por consequência, tais linhas têm prazos maiores e períodos de carência compatíveis com o retorno previsto para o empreendimento financiado. Não menos importante, as taxas de juros são mais acessíveis, o que permite o comprometimento do empréstimo pelo produtor rural.

São financiáveis diversos itens¹, como: construção de infra-estruturas de produção agroindustrial, aquisição de animais, compra de maquinaria e equipamentos utilizados na atividade agropecuária (tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, etc.); construção de unidades são financiáveis diversos itens², como: construção de infra-estruturas de produção agroindustrial, aquisição de animais, compra de maquinaria e equipamentos utilizados na atividade agropecuária (tratores, colheitadeiras, implementos agrícolas, etc.), e construção de unidades de armazenamento e conservação de mercadorias.

O setor de máquinas e equipamentos é o que mais demanda suporte financeiro, especialmente para aquisição de novas unidades de máquinas agrícolas, em função de depreciação das existentes ou de atualização tecnológica do parque de maquinaria.

Além dos recursos já definidos pelo governo federal, ações conjuntas promovidas pelo Banco do Brasil, Ministério da Integração Nacional e Ministério da Fazenda junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, resultaram na instituição, pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), de linha de crédito especial denominada FAT Integrar, cujos recursos

(R\$1 bilhão) serão destinados ao financiamento de projetos de investimento na Região Centro-Oeste do País, de forma a conceder créditos de financiamento para demandas excedentes da região, geradas pelos setores agropecuário, agroindustrial e de comércio e serviços.

Participação do Banco do Brasil

O Banco do Brasil, seguindo a orientação governamental, vem buscando ampliar o volume de créditos para investimento, notadamente aqueles destinados à infra-estrutura e à logística, uma vez que esses representam, atualmente, os principais entraves à expansão do agronegócio. Para a safra 2004/2005, do montante definido pelo governo, o BB será responsável pela contratação de aproximadamente 45%, com R\$ 4,87 bilhões, superando em 48% seu próprio volume de créditos de investimento concedidos na safra 2003/2004 (Fig. 2).

Para isso, estão sendo adotadas diversas ações como:

- Automatização e simplificação de processos de análise e deferimento de operações de investimento.

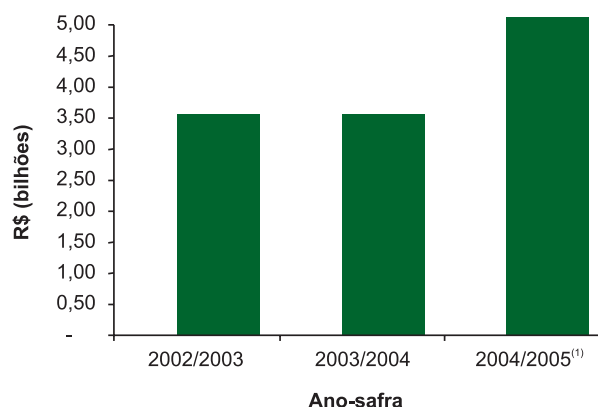


Fig. 2. Contrações de créditos de investimento no Banco do Brasil.

⁽¹⁾ Previsão

Fonte: Banco do Brasil (2004b).

¹Veja descrição das linhas de investimento agropecuários na matéria "Evolução Histórica do Crédito Rural", nesta edição.

²Veja descrição das linhas de investimento agropecuários na matéria "Evolução Histórica do Crédito Rural", nesta edição.

- Lançamento do programa BB Armazenagem, voltado para o segmento de estocagem da produção. Com forte participação da linha Moderinfra no financiamento à construção, reforma e modernização tecnológica de unidades armazenadoras. No âmbito desse programa, já foram aplicados cerca de R\$ 72 milhões, proporcionando incremento da capacidade de armazenagem da ordem de 820 mil toneladas. A demanda estimada pelo banco alcançará R\$ 365 milhões, o que possibilita ampliar a capacidade de armazenagem em cerca 3,2 milhões de toneladas.

- Com novas condições do Moderinfra – ampliação de limites por beneficiário e do volume de recursos disponibilizado – e utilizando recursos do FCO e BNDES, o banco dará continuidade ao BB Armazenagem, programa que tem como objetivo incrementar e melhorar a capacidade estática de armazenagem na ordem de 8 milhões de toneladas em um período de três anos (2004-2006), mediante financiamentos no valor de R\$ 574 milhões.

- Criação de Cédula de Produto Rural (CPR), para apoio à infra-estrutura de logística: a BB CPR Estrada. O BB deverá destinar R\$ 114 milhões, em 2004, para a compra de CPR emitidas por produtores rurais do Mato Grosso para viabilizar a construção ou recuperação, ao longo de três anos, de 3 mil km de estradas vicinais, essenciais ao escoamento da safra.

- Criação, no portal www.agronegocios-e.com.br, do Sistema de Comercialização de Fretes, um serviço de comércio eletrônico específico para negociação e contratação de serviços de logística, no qual o produtor pode solicitar cotações de operadores conveniados com o BB, qualificados para prestar serviços de consultoria em fretes rodoviários, ferroviários, marítimos, fluviais ou multimodais, bem como serviços de desembarço aduaneiro, classificação de produtos e outros serviços portuários.

- Alavancagem de CPR para exportação, com o objetivo de facilitar a negociação direta antecipada da safra entre produtores rurais brasileiros e importadores não-residentes no País,

mediante aval, garantindo a entrega do produto. Além disso, o banco viabiliza assessoria para documentação de exportação, contratação de câmbio/internalização dos recursos provenientes do negócio e financiamento para importadores.

- A questão da alavancagem de investimentos, para a safra 2004/2005, tem aderência com as ações estabelecidas pelo governo federal, de incentivo ao aumento da eficiência, competitividade e capacidade produtiva nos diversos setores econômicos nacionais, com foco na geração de empregos e divisas.

Outros instrumentos de apoio ao setor estão sendo desenvolvidos e disponibilizados, em especial aqueles capazes de ajudar a suprir as necessidades de capital para investimentos do segmento, buscando acompanhar o ritmo imposto pelos crescentes recordes da produção agropecuária brasileira.

Porém, certamente a pressão da demanda do setor por esses instrumentos continuará além do ano-safra 2004/2005, necessitando de permanente acompanhamento e planejamento, com o propósito de se ajustar rapidamente às ações necessárias por parte dos órgãos federais envolvidos, bem como dos agentes financeiros do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR).

Referências

BANCO DO BRASIL. **Plano de Safra 2004/2005: Agricultura Comercial: Participação do Banco do Brasil.** – Disponível em: <<http://www.agronegocios-e.com.br>>. Acessado em: 12 set. 2004a.

BANCO DO BRASIL. **Sistemas corporativos.** Brasília, 2004b. Relatórios internos.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005.** Brasília, DF: MAPA-SPA, 2004. 12 páginas.

CONAB. **Balança Comercial do Agronegócio.** – Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acessado em: 20 nov. 2004.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA. Indicadores rurais. **Informativo Indicadores Rurais**, Brasília, DF, n. 50, jan., 2004a.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE AGRICULTURA. Indicadores rurais. **Informativo Indicadores Rurais**, Brasília, DF, n. 55, ago., 2004b.

Negócios estruturados do Banco do Brasil

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

Até meados da década de 80, o crédito agrícola era baseado, essencialmente, nos recursos da Conta Movimento que o Banco Central (Bacen) mantinha no Banco do Brasil (BB) para contabilizar as operações de interesse do governo federal. Por esse dispositivo, era possível a liberação de financiamentos sem a correspondente previsão no orçamento do governo, o que permitia que grandes volumes de recursos fossem direcionados ao crédito agropecuário praticamente de forma ilimitada.

O congelamento da Conta Movimento, no bojo do Plano Cruzado em 1986, estabeleceu um marco fundamental no financiamento da atividade rural do País. A partir desse momento, as novas operações de crédito passaram a depender de prévia alocação orçamentária dos recursos (BANCO DO BRASIL, 2004).

Desde o início, o Tesouro Nacional mostrou-se impossibilitado de fornecer recursos em montantes suficientes para manter as disponibilidades para financiamento da agropecuária, nos níveis observados à época da Conta Movimento. (Economianet. 2004).

A capacidade limitada do governo em suprir as necessidades de recursos para o crédito rural, associada à crescente expansão do agronegócio brasileiro a cada safra, fez a demanda reprimida por financiamentos crescer exponencialmente, instaurando a necessidade premente de criação de novas formas de originação de recursos para o apoio à atividade agropecuária. Atualmente, a participação do crédito rural oficial no financiamento do agronegócio brasileiro está estimada em 30%. Conforme Fig. 1.

Nesse contexto de escassez de recursos oficiais e de crescimento constante das necessidades creditícias da agropecuária, o Banco do

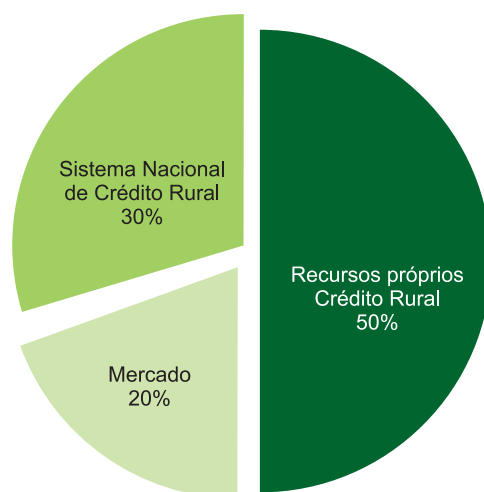


Fig. 1. Financiamento do agronegócio.

Fonte: Adaptado de Souza (2004).

Brasil concentrou esforços no sentido de disponibilizar ao mercado uma base de estruturas negociais, denominada Projeto Agribusiness. Esse projeto visa à criação de soluções alternativas ao crédito rural tradicional, ao atendimento de todos os agentes da cadeia de valor do agronegócio (fornecedores, produtores, processadores, *tradings*, exportadores e importadores) e a intensificar as operações de comércio exterior.

Na concepção do Projeto Agribusiness, o BB procurou integrar seu reconhecido *know how* no agronegócio e no apoio ao comércio exterior com o conhecimento das necessidades financeiras dos clientes, apurado mediante criterioso pesquisa de mercado.

O Projeto Agribusiness está estruturado em cinco blocos negociais, definidos segundo os tipos de operações (Tabela 1).

Tabela 1. Projeto Agobusiness – Tipos de operações.

| Grupos | Tipos de operações | Definição |
|--------|---|---|
| A | Insumos agropecuários | Aquisição e troca de insumos baseada em CPR (Cédulas de Produto Rural) emitidas por produtores rurais ou cooperativas |
| B | Comércio exterior | Importação ou exportação direta de insumos e de produtos agropecuários por produtores rurais ou cooperativas |
| C | Aquisição de CPR | Compra de CPR pelo Banco do Brasil diretamente do emitente |
| D | Convênios de integração - BB Convir | Parcerias entre BB e empresas de agroindústria, para financiamento dos projetos de integração (custeio ou investimento) |
| E | Financiamento de cadeias produtivas para exportação | Financiamento dos agentes das cadeias produtivas, voltadas à exportação |

Fonte: Banco do Brasil. Diretoria de Agronegócios (2004).

A aplicação das estruturas negociais é bastante dinâmica, na qual se admite, dentro dos grupos, variadas possibilidades de engenharias financeiras, de modo a atender situações negociais específicas e as necessidades dos clientes.

Como exemplo, no modelo negocial (Fig. 2) estão presentes fundamentos de engenharia financeira – geração de *funding* alternativo, operação de comércio exterior e integração de todos os elos

da cadeia de valor, desde o produtor e cooperativa, até o fornecedor de insumos e a *trading* exportadora.

As fases do processo do modelo negocial, são:

1. O produtor rural ou cooperativa vende Cédulas de Produto Rural (CPR) física para *trading*.

2. A *trading* indica o armazém, no qual deve ser feita a entrega.

3. O fornecedor de insumos avaliza a CPR(ou afiança o Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (CCA)/Adiantamento sobre Cambiais Entregues (CCE)/Pré pagamento (PP) que deverá gerar o *funding*).

4. O produtor rural ou a cooperativa se compromete em comprar insumos no valor total do negócio.

5. O BB financia a *trading* mediante ACC/ACE/Pré pagamento, tendo como garantia a CPR (*trading* endossa CPR ao BB) avalizada pela fornecedora de insumos ou fiança no ACC/ACE/PP.

6. A *trading*, por meio do BB, paga ao produtor rural ou à cooperativa e, ao mesmo tempo, mediante prévia autorização destes.

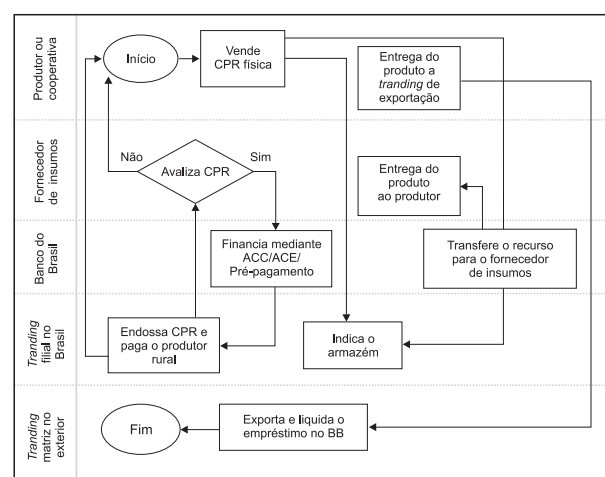


Fig. 2. Modelo negocial.

7. O BB transfere os recursos para o fornecedor de insumos, liquidando a compra de fertilizantes por ele realizada.

8. A fornecedora de insumos entrega o produto ao produtor rural ou à cooperativa.

9. No vencimento das CPR, o produtor rural ou a cooperativa entrega o produto à *trading*.

10. A *trading* efetua a exportação.

11. A *trading*, com os recursos da performance, liquida o empréstimo no BB.

12. Caso o produtor rural ou a cooperativa não entregue o produto, o fornecedor de insumos honra o pagamento da operação de ACC/ACE/Pré pagamento no BB.

Esse tipo de estrutura traz como principais vantagens para o produtor ou cooperativa a possibilidade de obtenção de recursos, de acordo com suas reais necessidades, além de proporcionar a aquisição dos insumos referenciados em preço à vista. No caso do fornecedor, este tem suas vendas alavancadas e a *trading* exportadora acessa recursos externos a custos mais competitivos.

Outro exemplo de estruturação que vem se difundindo no mercado, agora no grupo de operações de comércio exterior, é a importação direta de insumos por produtor rural ou cooperativa, financiada com recursos externos. Assim, a título de exemplo desse tipo de operação, cooperativas, principalmente da Região Centro-Oeste, que importam significativas quantidades de fertilizante para fornecimento a seus cooperados, financiam essas compras no Banco do Brasil, mediante financiamento à importação (Finimp). Os produtores rurais associados dessas cooperativas, após receberem o fertilizante importado, vêm ao Banco do Brasil e assumem parcela proporcional do empréstimo Finimp, inicialmente contratado pela cooperativa.

Como resultante, os produtores têm acesso a volume de recursos dimensionados de acordo com as necessidades de suas atividades, ao custo de recursos captados no mercado internacional. Já a cooperativa cumpre sua função enquanto sociedade voltada aos interesses coletivos de seus associados (Fig. 3).

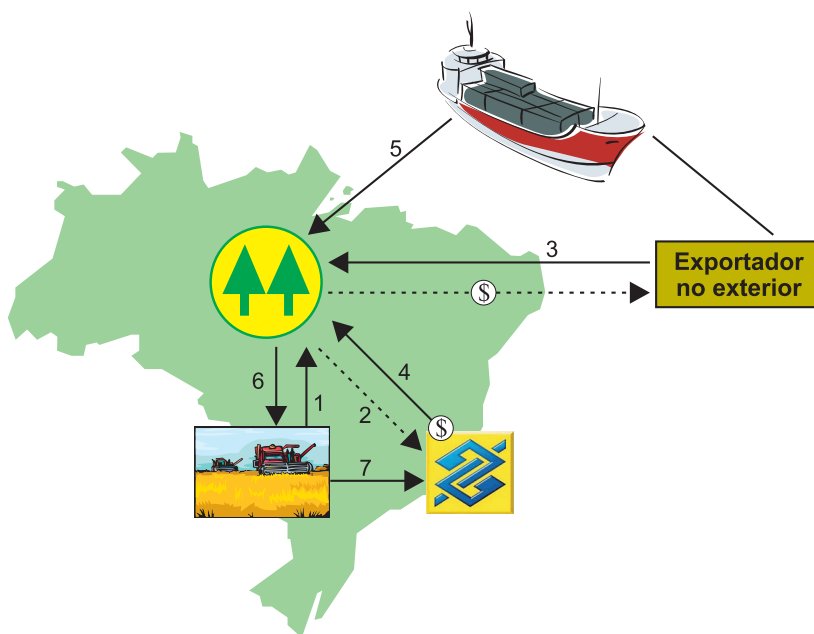


Fig. 3. Operação de financiamento à exportação com assunção pelo produtor rural.

Fonte: Banco do Brasil. Diretoria de Agronegócios (2004).

As fases do processo da Operação de Financiamento à Exportação são:

1. O produtor rural cooperado apresenta proposta de aquisição de insumos à cooperativa.

2. A cooperativa informa ao BB quais são os produtores pretensos a participar da operação e o volume de recursos necessários ao financiamento da importação.

3. A cooperativa contrata a importação no exterior.

4. O BB financia a importação da cooperativa por meio do Finimp.

5. Ao receber os recursos da cooperativa (viabilizados com o Finimp), o fornecedor no exterior embarca a mercadoria.

6. A cooperativa entrega os insumos aos produtores cooperados.

7. O produtor assume, perante o BB, parte do financiamento Finimp, inicialmente contratado em nome da cooperativa, na proporção do valor dos insumos por ele recebido.

Por último, novo direcionamento adotado pelo Banco do Brasil, a partir da safra 2004/2005, a aquisição de CPR diretamente de seus emitentes deu origem a uma série de novas alternativas de estruturação financeira, com lastro nesse importante título do agronegócio.

Com essa nova forma de atuação, houve uma significativa redução do custo final das transações com CPR para o emitente, em virtude da ausência da taxa de aval, aliada à prática, pelo BB, de deságios financeiros mais atrativos ao produtor rural. Outro benefício é a maior agilidade na disponibilização dos recursos ao emitente, que ocorre no mesmo da aquisição da CPR pelo Banco.

O modelo, apresentado na Fig. 4, é um exemplo de aplicação do novo direcionamento das operações com CPR, e que teve início com algumas agroindústrias do setor de carnes.

As fases do processo de aquisição de CPR pelo Banco do Brasil são:

1. O Banco do Brasil e a *Trading/Agroindústria* formalizam contrato para compra de CPR física.

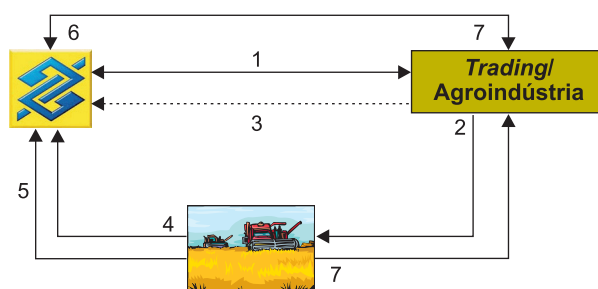


Fig. 4. Aquisição de CPR pelo Banco do Brasil.

Fonte: Banco do Brasil. Diretoria de Agronegócios. (2004).

2. A *Trading/Agroindústria* seleciona Produtores potenciais emitentes de CPR; negocia as condições do produto objeto (quantidade e preço do produto, local e data da entrega, etc).

3. A *Trading/Agroindústria* indica produtores ao Banco do Brasil (via carta de apresentação).

4. Os produtores indicados apresentam carta e proposta de venda de CPR ao Banco do Brasil.

5. O Banco do Brasil analisa a proposta e, se aprovada, adquire a CPR emitida pelo proponente.

6. A *Trading/Agroindústria*, em cinco dias antes do vencimento da CPR, "Recompra" CPR do banco.

7. No vencimento da CPR, o produtor emitente entrega o produto à *Trading/Agroindústria*, nas condições previamente acordadas.

Obs.: Caso o emitente da CPR não entregue o produto, o BB honra o compromisso junto à *Trading/Agroindústria*.

As estruturas aqui referidas são uma pequena demonstração do vasto universo de possibilidades de engenharias financeiras no mercado do agronegócio. Nessa linha, o Banco do Brasil vem se especializando em formas alternativas de atendimento ao cliente do agronegócio, em sintonia com a evolução tecnológica e com as novas necessidades desse segmento capital para a economia do País.

O aprimorando e o desenvolvendo de soluções em produtos e serviços financeiros sob medida para o cliente, a exemplo das

operações estruturadas, é a forma adotada pelo banco para alcançar esses objetivos.

Além disso, não se pode deixar de mencionar a estrutura organizacional do BB voltada ao atendimento do agronegócio, com pessoas e canais de negócios diferenciados. São mais de 3.100 agências operadoras de crédito rural e agroindustrial distribuídas pelo País, 37 dependências no exterior e uma equipe de profissionais altamente qualificada.

A combinação dessas variáveis faz do Banco do Brasil a instituição financeira que mais interage com o agronegócio brasileiro.

Referências

BANCO DO BRASIL. O Plano Cruzado: fim da conta movimento. (Retrato da Empresa. História do BB). Disponível em: <<http://www.bb.com.br/appbb/portal/ri/ret/bbHistoriaPlano.jsp>>. Acesso em 13 out. 2004.

BANCO DO BRASIL. Diretoria de Agronegócios. Relatório Gerencial Interno. Brasília, 2004. 25 p.

ECONOMIANET. Economia. Conceitos. As finanças públicas brasileiras antes de 1980. Disponível em: <http://www.economiabr.net/economia/7_financas-antes80.html>. Acesso em: 13 out. 2004.

SOUZA, Climaco César de. Segmento Fornecedor Agrícola. Ribeirão Preto, SP: Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD), 2004. (Agronegócios: diagnósticos e tendências). Disponível em: <<http://www.agrovision.com.br>> ou <<http://www.bmf.com.br/pages/Educacional1/publicacoes/LivroAgro/LivroAgro.htm>>. Acesso em: 20 set. 2004.

Referencial técnico da atratividade agropecuária

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

Em meados da década de 90, a agropecuária brasileira sofria os reflexos da caótica situação econômico-financeira vivenciada pelo País no período que antecedeu o Plano Real. O endividamento do setor crescera assustadoramente, em virtude da hiperinflação e dos malsucedidos planos econômicos lançados pelo governo. Em contraposição, os preços dos produtos agrícolas continuavam a apresentar uma trajetória descendente, tanto no âmbito do mercado internacional quanto interno.

A descapitalização dos agricultores era crescente em função do aumento dos custos de produção e do aviltamento dos preços agrícolas. A inadimplência do segmento no sistema financeiro atingia níveis insustentáveis, algo em torno de 40%, fato que comprometia o retorno dos capitais emprestados e, por consequência, dificultava novas aplicações.

Por sua vez, a abertura da economia brasileira ao mercado internacional desnudava os agentes do processo produtivo rural, mostrando a necessidade de melhoria da competitividade do setor.

Foi nesse cenário que, em 1995, nasceu dentro do Banco do Brasil (BB) o Sistema Referencial Técnico de Atratividade Agropecuária (RTA), com a missão de identificar diferenças de atratividade nos empreendimentos agropecuários localizados nas diversas regiões produtoras do País, oferecendo informações para a tomada de decisão em relação ao direcionamento do crédito rural.

O benefício proporcionado pelo RTA, em associação com outras medidas importantes tomadas pelo banco, para melhorar sua carteira de crédito rural, pode ser avaliado pela curva da taxa de inadimplência das operações rurais pós 1995, que revela uma tendência decrescente e a consolidação daquele índice em níveis inferiores a 0,5% (Fig. 1).

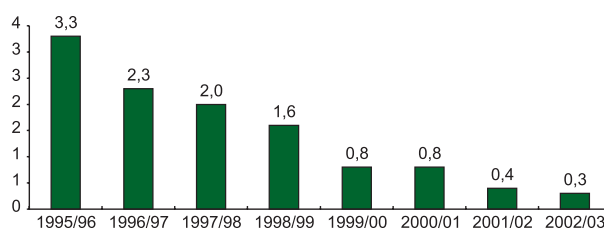


Fig. 1. Carteira de Agronegócios – Taxa de inadimplência de capital por safra.

Fonte: Banco do Brasil (2004) – Análise do desempenho e demonstrações contábeis – 1º trimestre 2004.

Verifica-se, pela Fig. 1, que, no BB, a inadimplência de capital aplicado no segmento agronegócios caiu de 3,3% na safra 1995/96 para 0,3% na safra 2002/03, evidenciando significativa melhoria da qualidade da carteira de crédito rural no período. Como já dito anteriormente, o Banco do Brasil adotou uma série de medidas para proporcionar maior qualidade à carteira de crédito rural, porém dentre elas a implantação do RTA foi de fundamental importância.

O RTA é operacionalizado pelo Assessoramento Técnico em Nível de Carteira (ATNC), segmento constituído por 293 profissionais com formação em agronomia, zootecnia ou medicina veterinária, distribuídos por todo o Brasil e atendendo a todos os municípios brasileiros.

Os técnicos do BB são responsáveis pela elaboração dos orçamentos, diferenciados por sistemas de produção, das diversas lavouras cultivadas em sua área de atuação. Os orçamentos levam em consideração apenas os efetivos desembolsos nas fases de preparo do solo para plantio, tratos culturais, colheita e pós-colheita.

O sistema contempla variados níveis tecnológicos praticados nas diversas micror-regiões brasileiras, o que se traduz em diferentes orçamentos, que atendem a quase totalidade das situações, com elevado grau de adequabilidade à realidade do produtor. Atualmente estão disponibilizadas mais de 122 mil planilhas, apenas para as atividades agrícolas.

As planilhas de custos são confeccionadas segundo critério metodológico padronizado, de acordo com os fundamentos técnicos reconhecidos pela área de ciências agrárias. Os coeficientes técnicos das operações mecanizadas, por exemplo, são resultantes da aplicação de fórmulas específicas com a utilização de diversas variáveis (faixa de trabalho do implemento, velocidade do trator, eficiência de campo etc.). Os orçamentos produzidos são discutidos com empresas de assistência técnica, técnicos de cooperativas e outras lideranças do setor agropecuário local antes de sua utilização pelo banco.

Associado ao orçamento para cada sistema de produção, o RTA mantém o histórico de suas respectivas produtividades no município, preços recebidos e receitas obtidas pelos produtores rurais.

O processamento desses dados, mediante metodologia inédita desenvolvida pelo BB, resulta em informações que traduzem o grau de atratividade das atividades ou empreendimentos desenvolvidos em determinada região.

Nas análises de atratividade são avaliados os resultados esperados dos empreendimentos, considerando-se o comportamento histórico da produtividade, dos preços e da receita obtidos pelos produtores rurais em cada localidade e para cada sistema de produção específico.

Dessa maneira, o Banco do Brasil vem analisando as propostas de custeio agrícola apresentadas pelos mutuários, direcionando o crédito somente para empreendimentos viáveis e não atendendo, com razoável margem de segurança e mínimo grau de subjetividade, aqueles com alta probabilidade de insucesso.

O RTA, por causa de sua base de dados agropecuária e do dinamismo na atualização das informações, também constitui valioso instrumento no processo operacional de financiamento da agricultura familiar, pois fornece grande parte dos parâmetros técnicos necessários ao rápido processamento das propostas de crédito, sem necessidade de busca de informações adicionais, que, de outra maneira, poderia alongar o tempo necessário à segura contratação daquelas operações.

Além do uso operacional no estudo de pedidos de financiamento de custeio, o RTA também constitui importante instrumento de gerenciamento de informações do setor agropecuário, podendo ser útil no estabelecimento de diagnósticos e estudos, como apoio na formulação de propostas da política agrícola.

Nessa linha, o RTA poderá identificar as atividades e localidades com vantagens comparativas em relação às demais e, também, diagnosticar problemas ligados à falta de atratividade, tais como alta oscilação da produtividade por problemas climáticos, aviltamento de preços de produtos agropecuários, que podem ser reflexos da falta de infra-estrutura de transporte ou armazenamento ou da grande distância dos centros consumidores, entre outros. Pode, ainda, oferecer subsídios para o desenvolvimento de metodologia voltada ao estabelecimento de prêmios diferenciados de seguro agrícola para atividades de maior ou menor risco de produção.

O próximo desafio é concluir o projeto para implantar o módulo pecuário do sistema, que teve a etapa de programação concluída em novembro de 2004. A estimativa é que a partir de julho de 2005 todas as operações de custeio pecuário sejam contratadas utilizando o novo módulo pecuário do sistema RTA, o que proporcionará maior agilidade no atendimento ao cliente e confiabi-

lidade e segurança ao banco na concessão de crédito rural.

Referências

BANCO DO BRASIL. **Análise do Desempenho e Demonstrações Contábeis do Banco do Brasil S/A**: 1º trimestre 2004. Brasília, DF, 2004. 173 p.

Oportunidades do agronegócio e novos mercados

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

Oportunidades

O Brasil vem se destacando no agronegócio internacional e as oportunidades negociais são imensas, favoráveis e progressivas. Isso pode ampliar muito os negócios bancários, mas exigirá constantes readequações de foco e, principalmente, um novo tipo de profissional: especializado, preparado e treinado. O novo cliente será cada vez mais parceiro fiel e exigente das empresas e bancos, etc. que lhe prestarem consultorias e orientações seguras para os novos negócios e desafios após a globalização do dinheiro e a velocidade de mudanças da Internet.

Em termos de oportunidades, vejamos algumas referências de institutos, órgãos e pesquisadores internacionais (SOUZA, 2004d):

- Para a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), o Brasil liderará a produção mundial de alimentos em poucos anos.

- Já Bourlag Norman, agrônomo, Prêmio Nobel da Paz e criador da “Revolução Verde”, entende que superaremos os Estados Unidos, proximamente, como supridor mundial de alimentos.

- Para Schmidt Helmut, ex-chanceler alemão, o Brasil destaca-se pelas riquezas minerais, elevado potencial agrícola e pela vitalidade da população.

- Para o poderoso Conselho de Relações Exteriores dos Estados Unidos, o Brasil é o líder

dos países emergentes, e não só da América Latina. Os investimentos americanos no Brasil eram cinco vezes maiores que na China e, para muitas empresas dos Estados Unidos, o Brasil representava o único mercado externo.

- Para Barros Mendonça, após a desvalorização do Real, nossa agricultura tornou-se a mais competitiva do mundo. Além disso, estão amadurecendo investimentos de muitas companhias que vêm se modernizando e conseguindo elevados padrões de qualidade.

- Para outros analistas, o mercado interno brasileiro é forte e tem potencial para crescer. A capacidade de consumo de US\$1 trilhão/ano torna o País a quinta economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, China, Japão e Alemanha.

Estudos mostram que se o PIB per capita do Nordeste e Norte ampliasse 10%, em dólar, a produção de grãos teria que dobrar e apenas para atender a maior demanda interna por grãos, carnes e lácteos. O mesmo ocorreria se as exportações ampliassem 30%, o que já vem ocorrendo.

Segundo análises feitas e resumidas, podemos vislumbrar as seguintes mudanças:

- Abertura intensiva de mercados e parcerias internacionais, sobretudo com a China, Índia, Rússia, países da África e da América Latina (COELHO, 2001).

- Incremento das vendas diretas de alimentos, bebidas e têxteis brasileiros aos supermercados e intermediários nos principais países consumidores (SOUZA, 2004c).

- Ampliação das compras de insumos e fatores econômicos diretamente dos fornecedores internacionais.

- Melhoria progressiva da logística interna e externa, com aumento dos fretamentos grupais de vagões, *trucks* (caminhões) e até de navios (SOUZA, 2004b).

- Surgimento de megacidades às margens das ferrovias e hidrovias, com deslocamentos geográficos progressivos dos consumidores, produções, mão-de-obra, insumos e fatores (filiais) (SOUZA, 2004a).

- Possível ampliação da renda per capita do Nordeste e do Norte, com ampliação conjunta da infra-estrutura, levando à necessidade de forte aumento da produção de alimentos, roupas, calçados, etc.

- Forte ampliação dos negócios em parceria público-privada, sobretudo em investimentos diretos em agronegócios locais e na melhoria da infra-estrutura regional (SOUZA, 2004a).

- Ampliação de parcerias negociais grupais/familiares em armazenagens, máquinas e outros utensílios, visando a ampliar escalas e a reduzir custos.

- Aumento do conceito de utilização *full-time* do solo e água com cultivos seqüenciais e complementares.

- Ampliação do uso da integração lavoura-pecuária, visando melhorar as condições de solo/água e a redução de custos (SOUZA, 2004d).

- Aumento da agregação regional de valor, com a construção de marcas regionais próprias com certificados de qualidade e garantias de rastreamentos (SOUZA, 2004e).

- Forte ampliação da destinação de áreas de safrinha para a produção de girassol e de sorgo com sementes apropriadas.

Entre as principais oportunidades negociais, que se delineiam em curto e médio prazos, podemos citar:

- Recuperação de áreas agrícolas anteriormente abandonadas, mas com alto potencial para cultivos, desde que com acompanhamento ambiental constante e de forma a promover o desenvolvimento regional sustentável.

- Investimentos em tecnologias de ponta, sobretudo no tocante à biogenética de plantas e de animais e a fertilização de solos e plantas (biofertilizantes), para ampliar as produtividades, sobretudo de milho, sorgo, suínos, trigo, etc., ainda bem abaixo do padrão dos competidores.

- Inversões em fábricas de equipamentos e de outros destinados às reduções de perdas de cultivos e de custos de produção (com forte ampliação em alguns segmentos).

- Ampliação de negócios envolvendo sensoriamento remoto de solo, plantas, água, animais, recursos naturais, etc.

- Revigoração e ampliação dos negócios e das parcerias internacionais entre cooperativas de produção e de prestações de serviços do agronegócio.

- Investimentos em tecnologias, softwares e outros, destinados a controlar melhor os cultivos, sobretudo no tocante a pragas de solo, doenças, perdas etc.

- Investimentos em máquinas e utensílios que promovam a redução das elevadas ociosidades de fábricas, de máquinas e até de áreas férteis, mas subutilizadas, mesmo com clima adequado para cultivos seqüenciais.

Novos mercados

Em termos de novos mercados e de ampliação de nichos, pode-se prever intensificação dos negócios com:

- Integração lavoura-pecuária (boi+soja, aves+suínos+soja, suínos+café orgânico, aves+café orgânico, leite+suínos, etc.).

- Biodiesel, a partir, sobretudo, da mamona e mesmo com girassol e soja.

- Álcool para exportação e geração de energia, via recursos de seqüestro de carbono (Protocolo de Kyoto).

- Maciços florestais moveleiros.
- Geração de energia em PCH (pequenas centrais hidroelétricas grupais) e biodigestores.
- Aquicultura, sobretudo de camarão marinho, outros crustáceos e ainda de tilápia para filetagem¹ e couro.
- Fruticultura tropical, com destaque para produtos exclusivos do Brasil, com alta qualidade e diferencial de mercado e em contra-estação.
- Produtos orgânicos, sobretudo da integração lavoura-pecuária, para a redução de custos (COELHO, 2001).
- Fito-hormônios e fitoterápicos para humanos, vegetais e animais (NEVES, et al., 2000).
- Produções em alta escala de embriões para cria/recria/engorda e de fetos para biotecnologia humana.
- Produção de vitelos, a partir de bezerros da pecuária de leite em *creep-feding*², novilhos superprecoces e precoces.
- Produtos da agricultura familiar (perfumes, cosméticos, extrativismos, artesanatos, etc.) para vendas no comércio justo (*fair trade*).
- Turismo rural e ecológico internacional e intra-regional.

Conclusões

Inúmeras são as oportunidades negociais e os novos mercados para o agronegócio no Brasil.

Vislumbram-se grandes negócios com ampliações das rendas, empregos, divisas, etc. e que levariam ao forte desenvolvimento regional sustentável, fundamental para o crescimento da economia brasileira.

Há oportunidades tanto para novos investimentos individualizados e de empresas como para ampliações de negócios já existentes.

Em todos, contudo, será fundamental o profissionalismo, o conhecimento e a vontade de vencer, que fazem parte do perfil do novo agroempresário.

O Banco do Brasil, que sempre colaborou e participou do avanço do agronegócio brasileiro, já está preparado para esse novo desafio de desenvolvimento e de rentabilização dos novos e futuros agronegócios.

Muito mais que de gerentes, o novo agronegócio dependerá de consultores de negócios bancários especializados e treinados para atendimentos customizados e fidelizados. Esse será o perfil do novo profissional do BB Agronegócios e que está se preparando para tal.

Referências

COELHO, Carlos Nayro - A expansão e o potencial do mercado mundial de produtos orgânicos. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, DF, n. 2, p. 9, jul. 2001.

NEVES, M. F; CHADAD, R.; LAZZARINI, S. **Alimentos: novos tempos e conceitos na gestão de negócios**. São Paulo: Pioneira, 2000. 215 p.

SOUZA, Climaco César de. **Cadeia da Avicultura de Corte e de Postura**. Ribeirão Preto, SP: Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD), 2004. (Livro-Vivo, 7). Disponível em: <www.inepad.org.br/>. Acesso em: 8 dez. 2004e.

SOUZA, Climaco César de. **Cadeia da Carne bovina e subprodutos, mais Segmento Coureiro Calçadista**. Ribeirão Preto, SP: Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD), 2004. (Livro-Vivo, 6). Disponível em <www.inepad.com.br/>. Acesso em: Acesso em: 10 maio 2004d. Em edição para lançamento.

SOUZA, Climaco César de. **Cadeia da Soja e outras oleaginosas**. Ribeirão Preto, SP: Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD), 2004. (Livro-Vivo, 5). Disponível em: <www.inepad.com.br/>. Acesso em: Acesso em: 10 maio 2004c.

SOUZA, Climaco César de. **Indicadores Globais do Agronegócio**. (Livro-Vivo, 1). Ribeirão Preto, SP: Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD), 2004. Disponível em: <www.inepad.com.br/>. Acesso em: 10 maio 2004a.

SOUZA, Climaco César de. **Suprimento e Comércio de Alimentos**. Ribeirão Preto, SP: Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração (INEPAD), 2004. (Livro-Vivo, 3). Disponível em: <www.inepad.com.br/>. Acesso em: Acesso em: 10 maio 2004b.

¹ Processo de fabricação de filés.

² Sistema de desmame e alimentação de bezerros.

Rally da Safra

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

“Viagem ao Brasil que produz” – o slogan do “Rally da Safra” resume o espírito da expedição que percorreu 25 mil quilômetros de estradas, passando pelas principais regiões produtoras de grãos do País. Divididos em quatro grupos, agrônomos, jornalistas, funcionários do Banco do Brasil (BB) e das demais empresas patrocinadoras visitaram 33 pólos de produção em 15 estados brasileiros. Foram 40 dias de viagem, iniciada no início de fevereiro/04, conforme mostra a Fig. 1.

O objetivo das visitas aos pólos de produção foi avaliar as condições de desenvolvimento das lavouras, principalmente as de soja e milho, bem como o nível da tecnologia empregada na condução das plantações. A viagem permitiu traçar um retrato do setor agrícola nas diversas regiões visitadas.

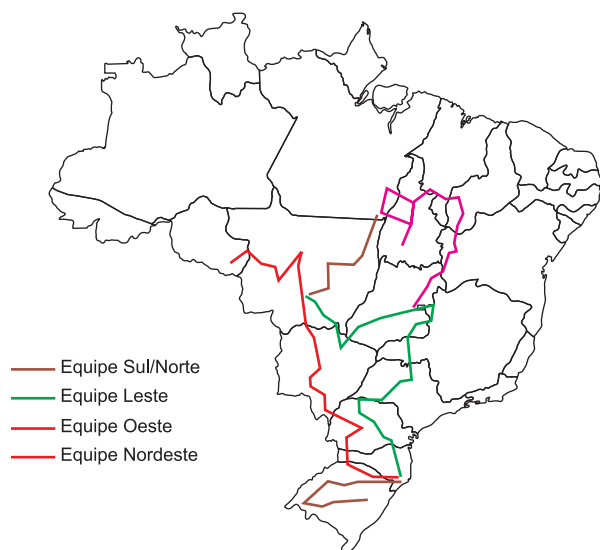


Fig. 1. Percurso do “Rally da Safra”.

Fonte: Agroconsult (2004).

O “Rally” foi uma iniciativa da empresa de consultoria Agroconsult, e contou com o patrocínio do Banco do Brasil, Bunge Fertilizantes, Kepler Weber e John Deere, o apoio da Ford e da Fundação Agrisus, e a cobertura jornalística e divulgação da Agência Estado e Rádio Eldorado. Matérias, imagens e áudios relacionados ao Projeto foram divulgados diariamente nos sites www.aeagro.com.br e www.agronegocios-e.com.br, e constituiu-se na maior iniciativa privada, para análise da produção de grãos, já realizada no País. Além disso, foi produzido um DVD especial com a edição das principais visitas e entrevistas efetuadas, bem como das matérias divulgadas na mídia.

Merece destaque o envolvimento dos funcionários do BB com o projeto, os quais acompanharam as visitas técnicas e participaram de forma decisiva para a qualidade verificada nos eventos realizados. Todos os produtores visitados eram clientes do banco, e foram unânimes em ressaltar o esforço das agências do BB que buscam atender com cordialidade e qualidade a comunidade rural (Fig. 2).



Fig. 2. Equipe do “Rally” visitando a agência do Banco do Brasil em Redenção, PA.

1ª Fase

A primeira fase da viagem começou no dia 1º de fevereiro, quando duas equipes deixaram a cidade de Florianópolis, SC e visitaram 22 cidades, conforme roteiro descrito na Tabela 1.

Tabela 1. Roteiro das equipes Oeste e Leste.

| Equipe Oeste | Equipe Leste |
|--------------------------------|---------------------|
| Florianópolis, SC | Florianópolis, SC |
| Campos Novos, SC | Ponta Grossa, PR |
| Cascavel, PR | Maringá, PR |
| Dourados, MS | Assis, SP |
| São Gabriel d'Oeste, MS | Barretos, (SP) |
| Lucas do Rio Verde, MT | Uberlândia, MG |
| Sinop, MT | Luziânia, GO |
| Campos Novos do Parecis, MT | Rio Verde, GO |
| Sapezal, MT | Chapadão do Sul, MS |
| Vilhena, RO | Rondonópolis, MT |
| Cuiabá, MT | Cuiabá, MT |

2ª Fase

A segunda etapa começou em 14 de março, com a largada da equipe Nordeste, realizada da sede do Banco do Brasil, em Brasília, DF, e da equipe Sul/Norte da cidade de Florianópolis, SC, conforme Tabela 2.

Tabela 2. Roteiro das equipes Nordeste e Sul/Norte

| Equipe Nordeste | Equipe Sul/Norte |
|----------------------------|-------------------------|
| Brasília, DF | Florianópolis, SC |
| Luis Eduardo Magalhães, BA | Passo Fundo, RS |
| Bom Jesus do Piauí, PI | Santo Ângelo, RS |
| Balsas, MA | Uruguaiana, RS |
| Pedro Afonso, TO | São Gabriel, RS |
| Gurupi, TO | Cuiabá, MT |
| Redenção, PA | Primavera do Leste, MT |
| Santana do Araguaia, PA | Canarana, MT |
| Palmas, TO | Santana do Araguaia, PA |
| | Palmas, TO |

As equipes visitaram cerca de três propriedades agrícolas, por dia, e realizaram encontros com os produtores nos principais pólos visitados. Nesses encontros foram apresentadas as principais notícias da viagem e, também, como estavam as condições de desenvolvimento das lavouras nos pólos já visitados pela expedição.

As visitas viabilizaram a elaboração de um quadro bastante abrangente do nível de tecnologia utilizada pelos produtores rurais visitados que, de certa forma, sintetizam aquele verificado no País. Entre os principais aspectos observados, destacam-se:

a) Área cultivada: não obstante os problemas de logística, é unânime entre os produtores a perspectiva de expansão da área cultivada.

b) Competição de atividades: visando maior rentabilidade, advinda de ganhos de escala e dos bons preços atuais, verificou-se forte avanço da soja sobre áreas de pecuária em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Pará e Tocantins, e de algodão nas áreas de soja em São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. A medida que o produtor vai ampliando a renda e a capacidade de autofinanciar-se, migra para cultivos mais rentáveis e seguros.

c) Parque de máquinas: os financiamentos do Programa de Modernização de Máquinas e Equipamentos (Moderfrota) foram fundamentais para a modernização das máquinas e equipamentos nos últimos anos. A maioria dispõe de maquinário suficiente ao demandado pelo empreendimento. Os produtores planejam adquirir novos tratores/implementos, visando a substituição de máquinas antigas e fazer face à expansão da área cultivada. Entretanto, em vista dos preços desses bens, postergarão essas aquisições o máximo possível.

d) Seguro agrícola: poucos possuem seguro agrícola, sob a alegação de que os prêmios são elevados e cobrem apenas os custos de produção, e não a renda da atividade.

e) Comercialização antecipada: no Centro-Oeste, de 40% a 60% da safra é comercializada antecipadamente, enquanto no Rio Grande do

Sul esse percentual está em aproximadamente 30%. Os principais compradores são as *tradings*. Os produtores raramente utilizam mecanismos de trava de preços e mercado de opções, por não conhecerem, em detalhes, o funcionamento desses mercados.

f) Profissionalização dos produtores: é evidente a profissionalização dos produtores, os quais estão utilizando tecnologia de ponta e todos os mecanismos disponíveis recomendados para alcançarem maior produtividade. A maior preocupação é o custo por saca produzida, e não o custo por área plantada.

g) Sistema de plantio: o sistema de plantio direto é o mais utilizado. Segundo os produtores, desde que seja feito o manejo adequado pelo esquema de rotação entre culturas/atividades, esse sistema:

- Aumenta a produtividade de suas lavouras, pois a palhada deixada pelas culturas anteriores preserva os nutrientes e a umidade.
- Melhora a qualidade dos solos.
- Evita erosão.
- Reduz a necessidade de máquinas e os custos com mão-de-obra.

h) Armazenagem: na maioria das propriedades visitadas, os sistemas de armazenagem não são suficientes para abrigar a produção colhida. Os produtores estão priorizando investimentos na expansão de suas propriedades e no aumento da área cultivada. A consequência dessas medidas é uma dependência cada vez maior dos produtores perante as grandes empresas para secagem, armazenagem e comercialização de suas produções. Não obstante, estão cada vez mais conscientes de que a ausência de armazéns significa perda de renda e alguns projetos para construção de novas unidades começam a ser desenvolvidos.

i) Preço das terras: acompanhando a elevação dos preços da soja, as terras em que se cultiva essa leguminosa experimentaram grande valorização.

j) Transporte: no Rio Grande do Sul (exceto em alguns trechos da BR 472 e da BR 290) e no Paraná, as rodovias estão em boa situação de conservação. Nos demais estados visitados, a

situação é inversa: exceto alguns trechos razoáveis, o quadro é de estradas muito ruins e algumas até intransitáveis. Em decorrência, os fretes se elevam significativamente e o produtor recebe menos pelo seu produto. O Estado da Bahia, inclusive, está negociando a criação de uma ferrovia no trecho Barreiras/Brumado que facilitará o escoamento das futuras safras para os portos de Salvador e Ilhéus.

k) Soja transgênica: segundo os produtores, ela revitalizou a agricultura no Rio Grande do Sul, elevando a produtividade, reduzindo custos (de R\$ 100,00 a R\$ 150,00/ha) e controlando as ervas daninhas. De maneira geral, existe uma grande expectativa dos produtores no estabelecimento de regras claras e flexíveis para que possam ser iniciadas e intensificadas experimentações com a variedade nos demais Estados.

l) Ferrugem asiática: ocorreu em menor intensidade na Região Sul, provavelmente em decorrência da seca, e nos estados do Piauí, Maranhão, Pará e Tocantins, com a maioria dos produtores conseguindo fechar a maturação com apenas uma aplicação de fungicida. Já na Região Sudeste, Mato Grosso, Triângulo Mineiro, nordeste de SP, sudeste de Goiás e sudoeste da Bahia, o problema é mais sério, com a maioria dos produtores necessitando de duas a três aplicações de fungicida para controlar o ataque da doença.

No geral, houve boa receptividade do “Projeto Rally da Safra” em todas as localidades visitadas. Os produtores mostraram-se solícitos e prontos a responder a todas as indagações.

Em função disso, no período de 26 de setembro a 16 de outubro de 2004, realizou o “Rally da Pecuária”, evento que pretendeu avaliar o desenvolvimento tecnológico da pecuária nacional.

Baseado no “Rally da Safra”, o “Rally da Pecuária” teve por objetivo complementar as informações obtidas pelo primeiro. Os participantes do “Rally” percorreram cerca de 15 mil quilômetros pelas principais regiões pecuárias do País, verificando os sistemas de produção e o nível tecnológico das propriedades rurais visitadas.

Ao todo foram 15 cidades-pólo, com visitas *in loco* a pecuaristas em vários estados durante o

Tabela 3. Mapa de tecnologias e manejos.

| Cidade Pólo | Tecnologias e manejos |
|-------------------------|---|
| Maringá/Paranavaí, PR | Integração lavoura pecuária Pastejo rotacionado adubado Pasto de inverno |
| Presidente Prudente, SP | Pastejo rotacionado adubado Inseminação artificial Confinamento Creep-feeding ⁽¹⁾ |
| Dourados, MS | Integração lavoura pecuária Semiconfinamento Pastejo rotacionado intensivo |
| Campo Grande, MS | Consortiação com leguminosa Desmama precoce Transplante de embrião |
| Coxim, MS | Vitelo do pantanal Cruzamento industrial |
| Cuiabá, MT | Produção orgânica Irrigação de pastagens |
| Alta Floresta, MT | Cruzamento industrial Inseminação artificial |
| Redenção, PA | Novilho precoce Rotação de pastagens |
| Palmas, TO | Sal com uréia Cruzamento industrial |
| Gurupi, TO | Sal proteinado Novilho precoce |
| Goiânia, GO | Irrigação de pastagens Confinamento |
| Rio Verde, GO | Semiconfinamento Sal proteinado |
| Uberaba, MG | Transplante de embrião Sincronização do cio |
| Barretos, SP | Semiconfinamento Novilho superprecoce |
| Araçatuba, SP | Confinamento Desmama precoce |

⁽¹⁾ *Creep-feeding* – Sistema de alimentação para acelerar o desmame de bezerras.

período do “Rally”, conforme Tabela 3, que explicita também as tecnologias e os manejos que foram analisados em cada uma das visitas.

Por fim, encontra-se em fase de planejamento o “Rally da Safra 2004/2005”, que deverá ter início em fevereiro/05 objetivando dar

continuidade e aprofundar as avaliações efetuadas por ocasião do “Rally da Safra 2003/2004”.

Referências

AGROCONSULT. **Rally da safra: 2004**. Disponível em: <www.rallydasafra.com.br>. Acesso em: 20 out. 2004.

O desenvolvimento regional sustentável no Banco do Brasil

Banco do Brasil
Diretoria de Agronegócios

A busca por novos paradigmas para o desenvolvimento socioeconômico tem sido objeto de debates cada vez mais frequentes. Desenvolvimento, associado ao conceito de sustentabilidade, é um tema em evidência. Discute-se, entre outros aspectos, a criação de mecanismos eficazes para se associar crescimento econômico à inclusão social e ao respeito ao meio ambiente. O que se percebe, entretanto, é que não há soluções fáceis ou prontas. Pelo contrário, há muito a ser elaborado e aperfeiçoado.

As discussões sobre o assunto começaram há cerca de 40 anos, em plena década de 60, período em que tem início a preocupação quanto aos riscos da degradação do meio ambiente. Na década seguinte, entretanto, com a ameaça de uma crise de energia provocada pela organização dos países produtores e a percepção das limitações naturais da exploração do petróleo, o mundo constata, com surpresa, que os recursos naturais do planeta – água, solo, petróleo, minérios – são finitos.

No ano da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo (1972), foi discutido que o limite da exploração dos recursos no planeta seria atingido, no máximo, em cem anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade industrial. Daí nasceu a necessidade de pensar na limitação do crescimento econômico mundial (ONU, 2004).

Segundo a Declaração das Nações Unidas, de 1974, a causa da explosão demográfica era a pobreza, também geradora da destruição descontrolada dos recursos naturais. Os países industrializados agravavam a situação com altos índices de consumo. A Organização das Nações Unidas (ONU), pela primeira vez, admitia que existe, não apenas um limite mínimo de recursos para proporcionar bem-estar ao indivíduo, mas um limite máximo (ONU, 2004).

Somente na década seguinte, com o Relatório Brundtland, seria apresentado, pela primeira vez, o conceito hoje mais difundido de desenvolvimento sustentável: “É aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

Desenvolver com sustentabilidade é um desafio que demanda a elaboração de ações voltadas para o atendimento às necessidades essenciais da humanidade, respeitando-se as limitações do ambiente e as gerações vindouras. E que considerem igualmente os aspectos socioculturais, econômicos e políticos.

Embora no passado recente, o Brasil tenha marcado presença em eventos, onde novos modelos de desenvolvimento foram debatidos, esses ainda não são prática corrente no País. É no rastro dessas reflexões que surgem iniciativas governamentais voltadas para um desenvolvi-

mento econômico sustentável, que seja capaz de gerar riquezas e melhoria da qualidade de vida enquanto promove o equilíbrio social e impede a degradação ambiental.

Na qualidade de instituição oficial conhecedora das características de cada uma de nossas regiões e detentora de uma rede de atendimento de enorme capilaridade e com capacidade de mobilização, o Banco do Brasil (BB) tem papel de grande relevância e atua como agente articulador e impulsionador desse processo.

Em face disso, o BB, de história repleta de iniciativas voltadas para a redução das desigualdades sociais, vem sendo demandado para intensificar sua atuação para o desenvolvimento econômico e social, seja na realização de operações de giro e investimento com micro e pequenos empreendedores, rurais e urbanos, seja na organização da produção e a inclusão das populações alijadas dos benefícios gerados pelos ciclos de crescimento econômico.

Como empresa parceira do governo, o BB tem enfatizado o apoio à implantação de políticas sob a bandeira do Fome Zero. Elaborou uma estratégia negocial de atuação, com foco em Desenvolvimento Regional Sustentável, como forma de catalisar as ações dos diferentes agentes existentes nas comunidades, no sentido de superar as dificuldades e carências e promover o desenvolvimento não apenas de uma, mas de todas as etapas de uma atividade produtiva.

Essa medida visa implementar uma nova maneira de atuar junto a comunidades localizadas em regiões carentes, buscando mobilizar os agentes econômicos, políticos e sociais para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Com isso, pretende também promover a geração de trabalho e renda de forma sustentável, inclusiva e participativa, considerando as características locais, de natureza econômica, social, ambiental, institucional, política e cultural.

Na base dessa estratégia, o tripé consiste de: viabilidade econômica, justiça social e adequação ambiental. A força motriz da ação do

BB é a “concertação”, processo em que são integrados os esforços de agentes das esferas federal, estadual e municipal, da sociedade civil e dos meios político, empresarial e religioso, entre outros, em prol de ações que permitam um salto de qualidade nas condições de vida e nos indicadores de desenvolvimento locais.

A metodologia da estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) envolve oito etapas, começando pela sensibilização dos funcionários responsáveis. Até o momento, mais de 1.200 pessoas já foram treinadas e sensibilizadas, prevendo-se chegar, ainda em 2004, a um total de 1.500 funcionários. As outras etapas são as seguintes:

- Escolha da atividade a ser apoiada, em conjunto com a comunidade.
- Formação da equipe de trabalho.
- Diagnóstico.
- Elaboração de plano de negócios.
- Análise.
- Implementação.
- Monitoramento e avaliação.

O trabalho começou nas regiões Norte e Nordeste, nos Vales do Jequitinhonha (Minas Gerais), Mucuri (Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo) e Ribeira (São Paulo) e na Bacia do Rio Itabapoana (Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), áreas priorizadas em função dos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH).

Até o final de 2004, espera-se alcançar 920 municípios das áreas definidas e beneficiar cerca de 184.400 famílias. Já para 2005, há uma expectativa de se atingir 1.800 municípios e atender 376.000 famílias, conforme mostra a Fig. 1.

A estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável busca, respeitando aspectos sociais, culturais e ambientais, catalisar potencialidades regionais. É natural, então, que num país como o Brasil, o agronegócio seja componente marcante no modelo de atuação negocial desenvolvido pelo Banco do Brasil.

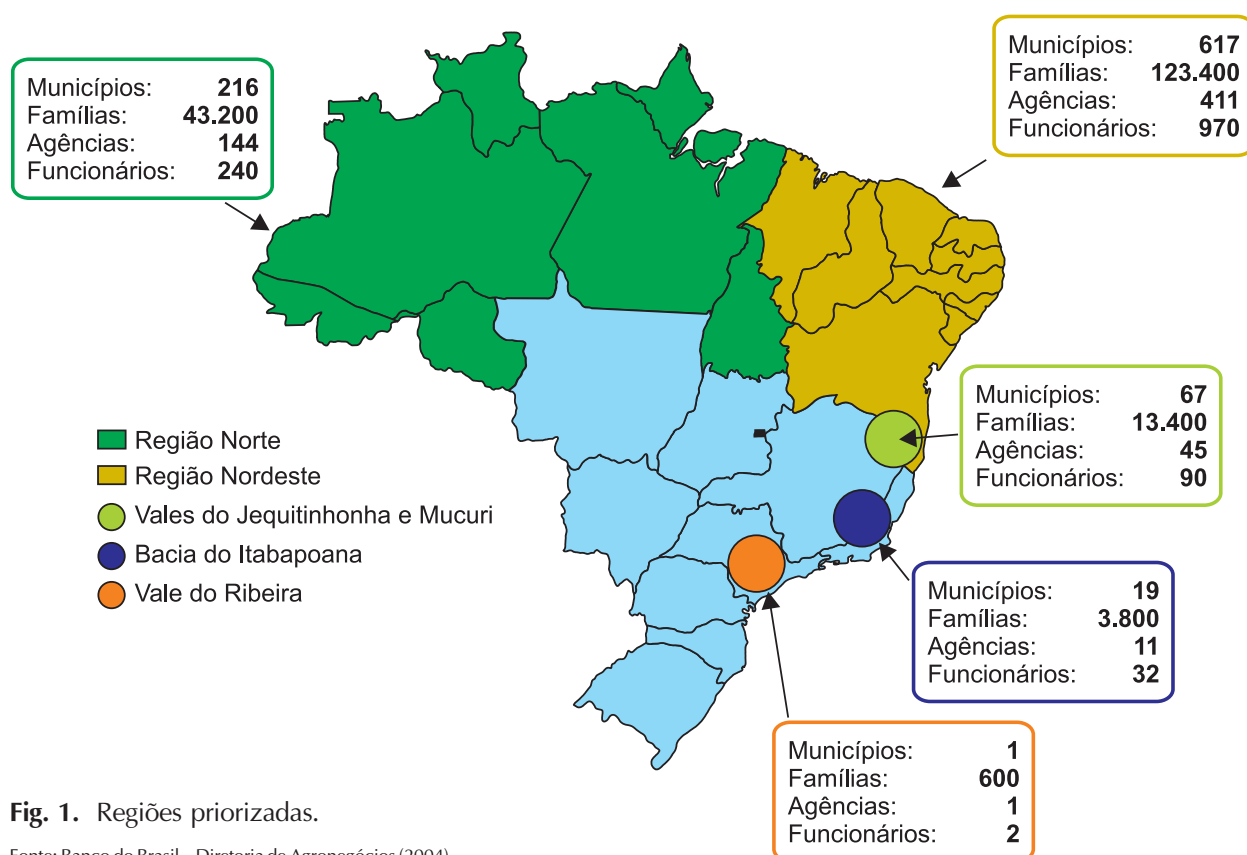


Fig. 1. Regiões priorizadas.

Fonte: Banco do Brasil – Diretoria de Agronegócios (2004).

Isso é facilmente detectável quando se constata que, das cerca de 30 atividades produtivas já cadastradas pelo Banco do Brasil (Fig. 2), as que se destacam são as relativas ao meio agropecuário (ovinocaprinocultura, 15% dos planos de negócios; fruticultura, 15%; mandiocultura, 15%; horticultura, 10%; bovinocultura, 7%; apicultura, 8%).

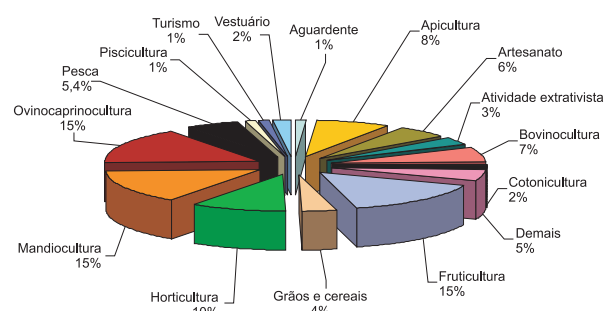


Fig. 2. Atividades cadastradas.

Fonte: Banco do Brasil-Diretoria de Agronegócios (2004).

Hoje, mais de 450 projetos já foram iniciados e encontram-se em diferentes estágios do processo metodológico. Dos planos de negócios já aprovados e que estão na fase de implementação das ações elaboradas, apresentamos alguns casos (Tabela 1).

Nos casos apresentados, o Banco do Brasil envolveu, pelo processo de “concertação”, parceiros como prefeituras, sindicatos, associações, órgãos de assistência técnica, Sebrae, produtores e Fundação Banco do Brasil.

Avaliando o conjunto de ações já realizadas ao longo de sua história, o Banco do Brasil é presença obrigatória nos momentos de mudança da realidade socioeconômica brasileira. A estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável é mais uma contribuição nessa sua longa trajetória. Um aliado em constante mudança. Que ao inovar evolui nas relações com o País, ciente de suas dificuldades, mas, sobretudo, de suas potencialidades.

Tabela 1. Projetos em desenvolvimento.

| Cidade | Atividade produtiva | Quantidade de famílias beneficiadas | Parceiros | Ações previstas |
|----------------------|---------------------------------|-------------------------------------|--|--|
| Aquiry, AC | Piscicultura | 48 | <ul style="list-style-type: none"> • Seater • SEAP/PR • Sebrae • Instituto do Meio Ambiente do Acre • Governo do Estado • Prefeitura Municipal de Bujari, AC • Associação de Produtores do Pólo Agroflorestal Dom Moacir • Associação dos Produtores de Panorama • Associação dos Produtores do Pólo Agroflorestal D. Moacir • Ibama | <ul style="list-style-type: none"> • Reparo de 23 tanques e açudes • Construção de 20 novos tanques • Ampliação de 5 tanques • Aquisição de alevinos • Capacitação dos piscicultores • Crédito para custeio da ração • Alfabetização pelo Programa BB Educar <p>Desenvolvimento de ração alternativa para redução de custos</p> |
| José de Freitas, PI | Avicultura | 216 | <ul style="list-style-type: none"> • Secretaria Municipal de Agricultura de Desenvolvimento Social • Secretaria Municipal de Agricultura de Ação Social • Emater • Sindicato dos Trabalhadores Rurais • Sebrae-PI • Universidade Federal do Piauí • Embrapa Meio-Norte | <ul style="list-style-type: none"> • Alfabetização pelo Programa BB Educar • Capacitação técnica dos produtores <p>Formação dos produtores em apoio à gestão de propriedade</p> |
| Icoaraci - Belém, PA | Artesanato (cerâmica marajoara) | 600 | <ul style="list-style-type: none"> • Conselho Superior de Artesanato do Pará (Cosapa) • Cooperativa de Artesãos de Icoaraci (Coarti) • Sociedade dos Amigos de Icoaraci • Sebrae – PA • Liceu de Artes e Ofícios • Prefeitura Municipal de Belém | <ul style="list-style-type: none"> • Capacitação dos artesãos em associativismo, empreendedorismo, cooperativismo, marketing e vendas • Titularização dos terrenos das olarias <p>Instalação de central de processamento da argila</p> |

O BB olha o Brasil como um enorme tabuleiro de oportunidades, fonte inesgotável de possibilidades de empreendedorismo. Ambiente propício ao estabelecimento de relações e à construção de parcerias que propiciem o retorno dos investimentos, levem à efetiva mudança na qualidade de vida dos brasileiros e contribuam para o crescimento sustentado do País.

Referências

BANCO DO BRASIL. Diretoria de Agronegócios. **Subsistema DRS-Desenvolvimento Regional Sustentado**. Relatórios Internos 2004. Brasília, DF, 2004.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Limites do crescimento**. Disponível em: <<http://www.um.org>>. Acesso em: 20 out. 2004.

O Banco do Brasil em sinergia

Ricardo Alves da Conceição¹

O PIB do agronegócio brasileiro alcançou, em 2004, R\$ 538 bilhões, quase 33% do PIB brasileiro. O agronegócio é responsável por 40% das exportações e 37% dos empregos no País. O Brasil é o maior exportador mundial de suco de laranja, açúcar, café, carne bovina, soja, fumo e carne de frango. As exportações do agronegócio superaram R\$ 39 bilhões em 2004, gerando um superávit de R\$ 34,1 bilhões com a comercialização de produtos agrícolas.

Esses bons números decorrem especialmente da eficiência empresarial do segmento produtor, da tecnologia empregada, das vantagens competitivas naturais do Brasil, do comportamento do mercado mundial, da disponibilização tempestiva e adequada de crédito e da correta formulação e operacionalização dos planos de safra pelo governo.

O Banco do Brasil sempre dedicou especial empenho no apoio a todos os agentes das cadeias produtivas do agronegócio, oferecendo soluções adequadas às necessidades específicas de cada segmento, sejam empresas fornecedoras de insumos, cooperativas, agroindústrias ou produtores rurais.

Esse apoio creditício ao agronegócio se faz apoiado em inovadores sistemas de automação e mitigação de riscos, onde são analisados o histórico operacional, a capacidade gerencial e o desempenho individual de cada cliente.

O atendimento de forma ágil e desburocratizada aos produtores rurais é uma das prioridades do BB. Com a automação e simplificação do processo de recebimento de propostas e formalização dos empréstimos houve, por exemplo, uma mudança no patamar de contratação de operações com agricultores familiares, que, a partir da safra 2003/2004, passou a ser de 1 milhão de contratos, quando nas safras anteriores esse número foi inferior a 700 mil.

Tudo isso faz com que o desempenho da carteira de agronegócios do banco, acompanhando a dinâmica positiva do setor, coloque o BB na liderança do mercado financeiro do agronegócio brasileiro, apresentando baixa inadimplência e excelente índice de qualidade de carteira, com saldo de R\$ 31 bilhões em dezembro de 2004.

É importante registrar que esses avanços estão sustentados principalmente na sinergia que o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) tem patrocinado, por intermédio da elaboração de uma política agrícola abrangente, que permeia os complexos agroindustriais não só com o crédito, mas também com o apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias, à criação de infra-estrutura de armazenamento e escoamento, na abertura de novos mercados para exportação e na consolidação de sistemas produtivos auto-sustentáveis.

¹ Vice Presidente de Agronegócios e Governo do Banco do Brasil